

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE  
LINHA CURRÍCULO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

JOSEMAR DA SILVA MARTINS

## TECENDO A REDE

Notícias Críticas do Trabalho de Descolonização  
Curricular no Semi-Árido Brasileiro e Outras Excedências

Salvador, BA  
2006

JOSEMAR DA SILVA MARTINS

## TECENDO A REDE

Notícias Críticas do Trabalho de Descolonização  
Curricular no Semi-Árido Brasileiro e Outras Excedências

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

*Área de Concentração Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica; linha Currículo e Tecnologias da Informação e da Comunicação.*

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Maria Ornélia Marques.

Salvador, BA  
2006

Biblioteca Anísio Teixeira – Faculdade de Educação /UFBA

M379 Martins, Josemar da Silva.

Tecendo a rede : notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no Semi-Árido Brasileiro e outras excedências / Josemar da Silva Martins. – 2006.

344 f.

Orientadora: Dra. Maria Ornélia Marques.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2006.

1. Currículos. 2. Educação – Regiões áridas. 3. Contexto da educação. 4. Redes de relações sociais. I. Marques, Maria Ornélia. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD – 375 22 ed.

JOSEMAR DA SILVA MARTINS

**TECENDO A REDE:**

NOTÍCIAS CRÍTICAS DO TRABALHO DE DESCOLONIZAÇÃO  
CURRICULAR NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO E OUTRAS EXCEDÊNCIAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

*Área de Concentração Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica; linha Currículo e Tecnologias da Informação e da Comunicação.*

Salvador, BA, 15 de setembro de 2006.

Banca Examinadora:

---

Orientadora – Maria Ornélia Marques  
Doutora em Educação, USP, Brasil  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

---

Álamo Pimentel  
Doutor em Educação, UFRGS, Brasil  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

---

Antonio Munarim  
Doutor em Educação, PUC-São Paulo, Brasil  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

---

Paulo Batista Machado  
Doutor em Educação, Université Du Quebec à Montreal, Canadá  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

---

Roberto Sidnei Alves Macedo  
Doutor em Ciências da Educação, U. Paris VIII, França  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

## **DEDICO**

Ao meu pai **Seu João** e à minha mãe **Sia Lia**, que não tendo a escolarização como mereciam, foram embora do campo, para nos deixar o “tesouro” da educação, como diziam; e o fizeram muito bem, não apenas por nos levarem à escola.

Ao meu irmão **Josivaldo**, cuja escola é outra, e na qual ele tem aprendido sua legítima condição de líder.

Aos meus amigos, que são muitos; aos de agora e aos de sempre.

Aos meus amores para toda a vida: **Lilian, Bárbara e Marina**.

Aos homens e mulheres que no “dentro-fora” do semi-árido brasileiro constituem uma rede de lutas por uma educação contextualizada.

Aos colegas de curso na FACED / UFBA.

À memória de **Felippe Serpa**.

Aos/às colegas professores/as da UNEB, especialmente no DCH III.

Aos alunos e às alunas dos cursos do DCH III, especialmente àqueles/as com os/as quais podemos sempre desenvolver algum afeto, para além da sala de aula.

A todos/as que fazem a RESAB e demais lutas pela educação contextualizada.

*Aos que esperam este texto como se espera chuva: que não vão com tanta sede ao pote; e que ele não chova no molhado.*

## AGRADECIMENTOS

São muitos e todos muito especiais. E nem todos cabem aqui!

### **Agradeço...**

Ao Departamento de Ciências Humanas (DCH III) da UNEB por conceder minha liberação total (pelo empenho de **Odomaria**, **Josenilton** e **Lilian**); e à UNEB por conceder-me a bolsa PAC, que possibilitou a realização da pesquisa e desta tese.

À **Lilian** por todas as noites em que foi para a cama sozinha. E ainda pelas leituras e correções das primeiras versões do texto.

À minha orientadora, **Ornélia**, pelas vezes que me viu sumir, e não desistiu.

Ao **Paulo Machado**, pela amizade militante e pela proposição do Curso de Especialização em Ensino Superior e Docência no Semi-Árido.

Ao **Pinduka** e à **Monique**, por terem me recebido em Salvador nos primeiros dias de aula, e por todas as demais companhias para além do sério. À **Nana**, pelo alegre encontro com as palavras, cafés, sons e afetos. À **Iria** (da Escola Dínamo) pelo empréstimo do apartamento de Ondina, em Salvador.

Aos componentes da Secretaria Executiva e do Grupo Gestor da RESAB, com os quais discuti, em um formato bem particular de Pesquisa-Ação, os escritos provisórios desta pesquisa, especialmente a **Adelaide**, **Edmerson**, **Lucineide**, **Luzineide**, **Marcela**, **Rosângela**... Às pessoas que ofereceram informações e/ou depoimentos, especialmente **Beatriz**, **Moura**, **Nalvinha**, **Paulo Machado**...

À **Neuma** e **Cosme** que são interlocutores em muitas angústias que cruzam ao mesmo tempo o pensamento e vida. À **Ruth** e a **Zé Dias** pela fé alegre em nós; pelo oferecimento da fazenda *Mundão*, que eu não soube aproveitar para esta tese.

À minha irmã **Josenoura**, pela companhia em Salvador, por tolerar a minha bagunça e pela sua luta de auto-superação.

À **Lanja**, **Mariana**, **Milca** e **Dalila**, pelas transcrições das minhas anotações de leitura, e por outros afetos.

À **Valdelice Leal** e **Antonise** pela revisão e correções.

*O verdadeiro movimento nunca aparece como o  
concebiam aqueles que o prepararam.*

(Friedrich Engels)

*O conhecimento-emanipação conquista-se  
assumindo as conseqüências do seu impacto.*

(Boaventura de Souza Santos)

## RESUMO

Esta tese não se baseia em uma pergunta, pois não há, a priori, nenhuma pergunta a ser respondida; apenas situações, questões, processos a serem submetidos à tematização crítica. Assim, ela discute o processo de constituição da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro e o seu trabalho de articulação interinstitucional em prol de uma educação contextualizada, guiada pelo princípio de “convivência com o semi-árido”. E ainda assim vai além disso.

O texto está constituído de três partes. Na primeira parte, ele começa por problematizar a própria forma como se produz o conhecimento no interior das universidades. Logo depois passa pelo horizonte de *desreferenciação* que hoje constitui a nossa contemporaneidade, especialmente na esfera do trabalho intelectual. Em seguida estabelece os parâmetros particulares da pesquisa que possibilitou este texto, a qual se define não como uma *Pesquisa-Ação*, mas como uma *pesquisa-em-ação*, para garantir uma margem de manobra que possibilite um movimento de *autorização*. Nesta parte as problemáticas são relativas às suas circunstâncias e aos seus modos próprios, enquanto texto acadêmico.

A segunda parte entra na tessitura da RESAB, seu sujeito-objeto, começando pelo trabalho de re-configuração da noção de *rede*, e re-qualifica os termos *conectividade* e *interoperabilidade* para, aos poucos, entrar no horizonte instituinte da RESAB e do seu trabalho. Neste campo específico de produtividade, realiza uma tarefa mais descritiva (com a acuidade que foi possível) dos processos de constituição da rede. A pesquisa expõe e tematiza algumas tensões, particularmente aquelas que se situam no campo curricular e segue na direção de exceder a própria discussão ordinária da RESAB e do seu trabalho.

A última parte é dedicada às excedências, cujas questões sugeridas não estão necessariamente na “ordem do dia” das pautas da RESAB. Buscou-se a coerência com a idéia de que produzir conhecimento sobre uma realidade é não apenas inventá-la um pouco, mas é excedê-la sempre. Neste sentido, a tese é finalizada entre a *escassez* e as *riquezas invisíveis*, entre o *inacabado* e o *transitório*, mas não abre mão de uma pergunta “excedente”, que permanecerá esperando respostas possíveis: *como é que faz para andar na frente?*



## RÉSUMÉ

Cette étude ne se base pas sur une question spécifique puisqu'il n'existe, a priori, aucune question qui puisse être répondue; il existe seulement des situations, des processus, soumis à la thématization critique. Dans ce sens, cette étude s'intéresse au processus de constitution du réseau éducatif du semi-aride Brésilien et à sa recherche d'articulation interinstitutionnelle pour une éducation contextualisée, guidée par le principe de "convivialité avec le semi-aride".

La présente thèse aborde d'abord la problématique de la production de connaissances au sein des universités. Ensuite, elle traite du contexte de déréférentialisation qui caractérise notre époque actuelle, surtout dans la sphère du travail intellectuel. Par la suite, elle établit les paramètres particuliers de la recherche qui a permis la productions de ce texte: une *recherche-en-action* plutôt qu'une *recherche-action*, afin de garantir une marge de manœuvre et ainsi un mouvement d'*autorisation*. Dans cette première partie les problématiques sont relatives aux circonstances et aux façons propres de son existence en tant qu'un texte de nature académique.

Dans la deuxième partie, le Réseau de l'éducation du semi-aride (RESAB) est présenté. En commençant par un travail de reconfiguration de la notion de "réseau", les termes de *connectivité* et d'*interopérabilité* se voient re qualifiés et, peu à peu, laissent entrevoir l'horizon qui caractérise la RESAB et son travail. Ce champ spécifique de productivité, est abordé de façon plutôt descriptive, basée sur la pertinence de l'étude des processus de constitution du réseau. Par la suite, certaines tensions, particulièrement celles qui se situent dans le champ curriculaire sont exposées et thématisées, ce qui permet au texte d'aller au delà de la discussion habituelle de la RESAB.

La dernière partie est celle dédiée aux questions qui ne sont pas nécessairement dans l'ordre du jour ou dans l'agenda de la RESAB. Ainsi, cette partie met en lumière l'idée que produire une connaissance sur une réalité est bien plus qu'inventer un peu sur elle, il faut toujours la dépasser. La thèse est conclue entre "la manque" et "les richesses invisibles", entre l'*inachevé* et le *transitoire*, mais elle ne dispense pas une question excédante qui sera toujours en attente de réponses possibles: *comment peu-ont faire pour marcher vers l'avant?*

## RELAÇÃO DAS IMAGENS

- Página 118 – Imagem 1. Reprodução da *Figura 5* de WWF-Brasil (2003, p. 19).
- Página 120 – Imagem 2. Reprodução dos dois formatos de organogramas opostos na RESAB: a árvore e o rizoma.
- Página 120 – Imagem 3. Reprodução de organogramas da *Figura 17* de WWF-Brasil (2003, p. 45).
- Página 148 – Imagens 4, 5 e 6. Representações do modelo de rede adotado pela RESAB.
- Página 170 – Imagens 7, 8, 9, 10, 11 e 12. Reproduções de fólderes de eventos vinculados à RESAB. Uma amostra de um percurso de seis anos.
- Página 201 – Imagem 13. Reprodução de página de internet do Portal Semi-Árido na UFBA.
- Página 294 – Imagem 14: foto da caixa do Leite UHT Desnatado *Naturalis*<sup>®</sup>.
- Página 309 – Imagens 15, 16, 17, 18: Esculturas com sucata. Aeroporto de Brasília.

## RELAÇÃO DE QUADROS

- Página 91 – Quadro 1: Movimento “Dentro-Fora” do Pesquisador

## RELAÇÃO DAS “EXCEDÊNCIAS POÉTICAS”

- Página 40: “SEM TÍTULO”
- Página 56: “CHEGADA E PERMANÊNCIA”
- Página 76: “PRÉ-PÓS-TUDO-BOSSA-BAND”
- Página 98: “TECENDO A MANHÃ”
- Página 103: “CONEXÕES”
- Página 177: “UM NORDESTE”
- Página 254: “VOLTE PARA O SEU LAR”
- Página 274: “TRADUZIR-SE”
- Página 322: “COMIDA”

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAGRA – Associação de Agricultores Alternativos (Alagoas)

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACESA – Animação Comunitária de Educação em Saúde, Diocese de Bacabal, MA.

ADAC – Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária (Juazeiro, BA)

AEC – Associação das Escolas Católicas da Bahia

AECOFABA – Associação das Escolas Famílias Agrícolas da Bahia

AGENDHA – Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia

AIDS – *Acquired Immune Deficiency Syndrome* (sigla inglesa para *Síndrome da Imunodeficiência Adquirida*, SIDA).

AMAVIDA – Associação Maranhense para a Conservação da Natureza

APAEB – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira da Bahia (Valente, BA).

APPJ – Associação de Pequenos Agricultores de Jaboticaba (Quixabeira, BA)

ARCAS – Associação Regional de Convivência Apropriada à Seca (Cícero Dantas, BA)

ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro

ATARB – Associação dos Trabalhadores Rurais de Rui Barbosa

ATTAC – Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAA – Centro de Assessoria de Assuriá (Xiquexique, BA)

CAA-NM – Centro de Agricultura Alternativa no Norte de Minas (Montes Claros, MG)

CAASP – Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano

CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas

CCN-MA – Centro de Cultura Negra do Maranhão

CACTUS – Centro de Apoio Comunitário de Tapera em União a Senador

CÁRITAS Brasileira – Órgão Assistencial da CNBB, fundada em 1956.

CEB – Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica.

CEFAS – Centro Educacional São Francisco de Assis (Floriano, PI)

CEIER – Centro Estadual Integrado de Educação Rural (Espírito Santo)

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (São Paulo, SP).

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CÍRCULOS – Círculos de Educação e Cultura do Semi-Árido de Alagoas

CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

CMI – Capitalismo Mundial Integrado

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONDRAF – Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável

CONESA – Conferência Nacional de Educação do Semi-Árido Brasileiro

COOPERFAJ – Cooperativa de Produção e Serviços Agropecuários, Sócio Econômicos e Ambientais do Vale do São Francisco

COOTAPI – Cooperativa dos Técnicos Agrícolas do Piauí & Associados

COP3 – 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca

COPPABACS – Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (Alagoas)

CPATSA – Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido

CPC – Centro Popular de Cultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CsO – Corpo sem Órgãos

CTA – Centro de Tecnologia Alternativa

CUC – Programa de Convivência com o Semi-árido em Canudos, Uauá e Curaçá, BA.

DCH III – Departamento de Ciências Humanas, Campus III da UNEB (Juazeiro, BA)

DIPSNC – Distrito de Irrigação Perímetro Senador Nilo Coelho

DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EFA – Escola Família Agrícola

EFPT – Escola de Formação Paulo de Tarso

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ERUM – Escola Rural de Massaroca (Juazeiro, BA)

ESAM – Escola Superior de Agricultura de Mossoró

FACED – Faculdade de Educação da UFBA

FAPEX – Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão

FEEC – Fórum Estadual de Educação do Campo da Bahia

FEPEC – Fórum Estadual Permanente de Educação do Campo de Alagoas

FETRAES – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo

FNB – Fundação Joaquim Nabuco (Recife, PE)

FSM – Fórum Social Mundial

FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

GARRA – Grupo de Ação e Resistência Rural Alternativa (Irecê, BA)

GEAVS – Grupo de Educação Ambiental Vida no Sertão (Delmiro Gouveia, AL)

GPT – Grupo Permanente de Trabalho

GT – Grupo de Trabalho

GTIM – Grupo de Trabalho Interministerial

GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Cooperação Técnica Alemã)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEH – Instituto de Ecologia Humana (Recife, PE)

IFOAM – Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (sigla em inglês)

IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas,

IMSEAR – Instituto do Milênio Semi-Árido

INSA-CF – Instituto Nacional do Semi-Árido – Celso Furtado

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPERRAS – Instituto de Permaculturas em Terras Secas (Irecê, BA)

IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Juazeiro, BA)

IYDD – Ano Internacional dos Desertos e Desertificação (sigla em inglês)

MCP – Movimento de Cultura Popular

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação.

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MOC – Movimento de organização Comunitária (Feira de Santana, BA)

NSE – Nova Sociologia da Educação

NTIC – Nova Tecnologia da Informação e da Comunicação

NUDEC – Núcleo de Desenvolvimento Comunitário

ONG – Organização Não-Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas Rurais, da ASA Brasil.

P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas, da ASA Brasil.

PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades  
(Campina Grande, PB)

PAN-Brasil – Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação  
dos Efeitos da Seca.

PEASA – Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido

PECEMEAL – Proposta de Educação Camponesa das Escolas do Município de  
Estrela de Alagoas

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PPCSA – Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA

PRODECAMI – Proposta de Desenvolvimento da Educação do Campo do  
Município de Igaci.

PROER – Programa de Educação Rural (Alagoas)

PROMUAL – Programa de Assessoramento Técnico-Pedagógico aos Municípios  
Alagoanos

REFAISA – Rede das Escolas Famílias Agrícolas do Semi-árido

RESAB – Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro

SAB – Semi-Árido Brasileiro

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do MDA.

SEARA – Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma  
Agrária, do Governo do Rio Grande do Norte.

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SEC-EXEC – Secretaria Executiva da RESAB

SEC/JUAZEIRO – Secretaria de Educação e Cultura de Juazeiro, Ba.

SEC/SOBRADINHO – Secretaria de Educação e Cultura de Sobradinho, BA

SECTEL – Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Uauá, BA

SEE – Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Juazeiro, BA

SEME/CURAÇÁ – Secretaria Municipal de Educação de Curaçá, BA.

SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa, Glória do Goitá, PE.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCP – *Transmission Control Protocol* (Protocolo Controle de Transmissão)

UAEFAMA – União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão.

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRGS – Universidade do Rio Grande do Sul

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEB – Universidade do estado da Bahia

UNEFAB – União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, SP.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>019</b>
<b>PRIMEIRA PARTE</b>	
<b>Estabelecendo as Condições de Inteligibilidade da Pesquisa .....</b>	<b>026</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>Rituais da Pesquisa Acadêmica: As Condições de Legitimação .....</b>	<b>027</b>
<b>Capítulo II</b>	
<b>Atuais Condições do Pensamento: O Quadro de Desreferenciação .....</b>	<b>041</b>
2.1. Encruzilhadas .....	041
2.2. As crises da/na tradição moderna .....	048
2.3. Nossas guerrilhas niilistas .....	051
2.4. Pós-humanismo, Hedonismo, Narcisismo .....	061
2.5. Hora da revisão: por uma teoria crítica pós-moderna .....	064
<b>Capítulo III</b>	
<b>Os modos próprios desta pesquisa .....</b>	<b>077</b>
3.1. Filiações Epistemológicas .....	079
3.2. O Tipo de Pesquisa .....	084
3.3. Princípios da Pesquisa .....	086
3.4. Objeto e contratualização da Pesquisa .....	088
3.5. Instrumentos da Pesquisa .....	090
3.6. A constituição de um <i>corpus</i> .....	092
3.6.A. Dados de observações / anotações /diário de bordo .....	092
3.6.B. Dados de documentos oficiais e marginais da RESAB .....	093
3.6.C. Dados extraídos de entrevistas realizadas .....	094
3.6.D. Dados excedentes .....	094
3.7. O Recurso à triangulação .....	094
3.8. O que pode exceder .....	095
<b>SEGUNDA PARTE</b>	
<b>Tecendo Redes: a RESAB e Suas Conexões Complexas .....</b>	<b>096</b>
<b>Capítulo IV</b>	
<b>Re-Configurando Redes .....</b>	<b>097</b>
4.1. Problematizando a noção de Rede .....	098
4.2. Metáforas do social na conectividade informática .....	103
4.3. Metaforizando o conceito de conectividade para outros fins .....	110
4.4. Re-formatando .....	115
<b>Capítulo V</b>	
<b>A Tessitura da RESAB .....</b>	<b>121</b>
5.1. A propósito de uma genealogia da RESAB .....	122
5.1.1. Um marco de constituição da RESAB .....	126
5.1.2. Passo a passo da tessitura da rede .....	132

5.1.3. Um quadro fractal atual da RESAB .....	153
5.1.3.1. Alagoas .....	154
5.1.3.2. Bahia .....	155
5.1.3.3. Ceará .....	157
5.1.3.4. Espírito Santo .....	158
5.1.3.5. Maranhão .....	159
5.1.3.6. Minas Gerais .....	160
5.1.3.7. Paraíba .....	162
5.1.3.8. Pernambuco .....	164
5.1.3.9. Piauí .....	165
5.1.3.10. Rio Grande do Norte .....	167
5.1.3.11. Sergipe .....	168
5.2. Algumas imagens .....	169
<b>Capítulo VI</b>	
<b>Re-ocupando o Semi-Árido: Princípio de Convivência e Implicação .....</b>	<b>171</b>
6.1. O Nordeste, uma invenção caduca .....	171
6.2. Outra invenção/ocupação .....	181
6.3. Aparecimento residual da questão da educação .....	186
6.4. Transposição de Conhecimentos e Capital Social .....	191
6.5. Repercussões nas malhas do Estado .....	199
<b>Capítulo VII</b>	
<b>Re-ocupando o currículo: o trabalho de descolonização .....</b>	<b>203</b>
7.1. A herança da Educação Popular .....	206
7.2. Re-encontrando a esfera pública .....	211
7.3. Re-ocupando o currículo .....	215
7.3.1. Currículo, um campo de lutas .....	216
7.3.2. As matrizes monoculturais, colonialistas .....	224
7.3.3. A emergência do multiculturalismo pós-colonialista .....	227
7.3.4. Contextualização e descolonização curricular .....	230
7.3.5. “Itinerários pedagógicos” .....	241
7.3.6. Ainda “esclarecimento” e racionalização .....	246
<b>TERCEIRA PARTE</b>	
<b>Pequeno Inventário de Excedências .....</b>	<b>255</b>
<b>Capítulo VIII</b>	
<b>Pequeno Inventário de Cicatrizes .....</b>	<b>256</b>
8.1. Campos Minados .....	256
8.2. Ambivalências pós-estruturalistas .....	261
8.3. Outro ponto de discórdia: a natureza .....	264
8.4. Tensões entre identidade e diferença .....	267
<b>Capítulo IX</b>	
<b>Fragmentos Excedentes Sobre Desenvolvimento .....</b>	<b>275</b>
9.1. Desenvolvimento, ou, a expulsão do paraíso.....	277
9.2. Os fluxos, os ecossistemas e o desenvolvimento .....	287
9.3. Nova primazia do trabalho imaterial .....	292
9.4. Sobre movimentos, diásporas, êxodo, nomadismos .....	302

9.5. A arte das exceções e excedências .....	309
9.6. A fronteira ambivalente da juventude .....	314
9.7. Como faz para andar na frente? .....	321
<b>Conclusões</b> .....	<b>323</b>
1. Relato De Uma Guerra Que Não Acabou .....	323
2. Um olhar retrospectivo .....	325
3. Lições da Conferência Nacional da RESAB .....	328
4. Sobre o inacabado e o transitório .....	330
<b>Bibliografia Utilizada</b> .....	<b>332</b>

## INTRODUÇÃO

Em 2001 fiz a inscrição para o curso de Doutorado em Educação, na Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Acabei sendo selecionado nos primeiros meses de 2002 e, em meados deste mesmo ano, quando as aulas foram iniciadas, após a greve dos professores em curso, a proposta de pesquisa e de tese com a qual eu ingressava no curso era outra, e não esta que ora se realiza.

Tratava-se de um projeto de estudo da questão da presença conflituosa da juventude nas salas de aula do Ensino Fundamental público, e se chamava Cartografias do Desgoverno: um estudo com “alun@s-problema” e seus/suas professores/as numa escola municipal em Juazeiro (BA). Pretendia selecionar alunos e alunas que estivessem envolvidos/as em situações de conflito na (e com a) escola e tinha como lócus de realização o Colégio Municipal Paulo VI, a principal escola pública municipal da cidade de Juazeiro (BA).

O interesse era discutir, a partir do contexto destes conflitos e das histórias implicadas neles (dos/as alunos/as e dos outros sujeitos da escola), a complexidade de sua natureza. Para isso, deveríamos confrontar a cultura secular da escola com as circunstâncias do presente, ou seja, suas estratégias seculares de “governamentalidade”, e o presente, que talvez tenha em Zygmunt Bauman (2001 e 2003a), que o nomeou de modernidade líquida, a sua melhor tradução.

A “modernidade líquida”, escorrendo para onde o ‘barco pende’, para onde as forças do momento a empurram, derretendo, liquidando e liquidificando tudo vorazmente, deveria ser o plano de inteligibilidade dos conflitos dos jovens alunos com a escola, considerando que em geral esses conflitos tendem a ser encarados de forma isolada em relação à realidade do mundo.

Não obstante esta proposta tenha perdurado como um desafio estimulante, e tenha sido aceita e aperfeiçoada durante os primeiros semestres do curso (2002.1, 2002.2 e 2003.1), em um determinado momento, a realização deste estudo tornou-se uma tarefa impraticável.

Por um lado havia dificuldades relativas à minha inserção na escola onde o estudo iria ocorrer. Como sabemos, em nossas escolas públicas, a forma como

ainda conduzimos a sua gestão e como atrelamos politicamente a disposição dos seus profissionais e gestores, acaba por torná-la uma instituição privada. Embora seja dura e paradoxal esta constatação, não é raro ver como há uma demarcação de territórios nas escolas públicas, decorrente entre outras coisas de seu uso político partidário, tornando essas instituições vulnerabilizadas em seu caráter público.

Há sempre muitos melindres; coisas, espaços e procedimentos que pertencem a determinadas pessoas, que não podem ser mexidos, questionados... Mas, por outro lado, quem somos nós, que nos arremessamos de nossos estudos acadêmicos e queremos fazer “análise institucional” na escola? Aparecerá sempre alguém para dizer: “eu já sei qual é o problema, só me falta dinheiro para resolver”. Ou então: “o senhor vem lá da universidade, e depois vai voltar para lá, mas nós não; nós vamos ficar aqui, nós é que sabemos...” Seria este um bom começo de conversa, se as resistências não nos exigissem mais tempo para o seu depuramento, e se os prazos institucionais não tornassem o tempo uma questão crucial; um tempo sem tempo.

Além dessas dificuldades relativas ao contato com o Colégio Municipal Paulo VI, o meu tempo particular também estava dividido. Desde 1997 me envolvi em um conjunto de experiências que tiveram (e têm) como núcleo central a questão da contextualização curricular no semi-árido brasileiro (SAB), levando em consideração as características ecossistêmicas deste recorte espacial. Participei de uma experiência de formação de professores e de elaboração de uma proposta político-pedagógica para as escolas municipais em Curaçá, BA (MARTINS & LIMA, 2001), cujos rumos seguiam nesta direção.

Esta experiência me levou a um processo de estruturação de uma rede que tinha a questão da contextualização do ensino no SAB como questão crucial. Em fins de 2001, já depois da inscrição no processo seletivo do Doutorado em Educação na FAGED (UFBA), recebi uma proposta de consultoria junto ao UNICEF, para trabalhar em favor da mobilização desta rede, a Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB). Fui convencido a aceitar a proposta, mas, de fato, o trabalho somente se iniciou em julho de 2002, quando eu já havia passado na seleção do Doutorado e nele já estava matriculado e com as aulas em andamento. Assim, de qualquer modo, eu estava implicado em dois processos distintos: um que era uma relação de trabalho, decorrente de uma longa implicação anterior; outro que

se vinculava às demandas do meu curso de Doutorado, inscritas em minha proposta de pesquisa.

A situação estava se tornando insustentável e, por isso, em dezembro de 2002 pedi afastamento do trabalho de consultoria junto ao UNICEF, que realizava em prol da RESAB. Mas a minha implicação continuou igualmente dividida. E foi exatamente pelo prolongamento desta situação durante todo o ano de 2003, que comecei a perseguir uma forma de rejuntar minhas partes separadas. Neste sentido, o encontro com a professora Teresinha Fróes Burnham, numa disciplina e depois em um “Trabalho Individual Orientado”, foi extremamente salutar para dar uma solução ao problema que enfrentava.

O contato com a referida professora foi uma espécie de reencontro, pois já tínhamos nos encontrado muito antes, no Departamento de Ciências Humanas III, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Juazeiro, BA, quando a mesma nos envolveu numa discussão sobre multirreferencialidade e intertextualidade. Mas, além disso, a experiência de construção da Proposta Político-Pedagógica para as Escolas de Curaçá, BA, à qual me referi anteriormente (MARTINS & LIMA, 2001), contou também com sua contribuição, através de um de seus textos – “Educação Ambiental e reconstrução do currículo escolar” (BURNHAM, 1993). Foi este texto um dos mais importantes suportes teóricos à elaboração da referida proposta, sendo que os eixos adotados devem muito aos eixos sugeridos em seu texto.

Diante deste reencontro e pelo fato de continuar envolvido nestes campos de atuação teórico-prática, que constituíam as articulações em prol da criação da RESAB, considerei extremamente necessária e pertinente uma mudança no encaminhamento da pesquisa.

A minha situação se parecia muito com aquela da vila de Macondo (de Cem Anos de Solidão, MÁRQUEZ, 1995), em que os caldeirões, os tachos, as tenazes e os fogareiros caíam do lugar e se arrastavam todos, em “debandada turbulenta”, atrás dos ferros mágicos do cigano Melquíades. Assim as situações ligadas à RESAB pareciam se arrastar atrás de mim, como uma assombração barulhenta, mas ao mesmo tempo desafiadora.

Diante de tais circunstâncias, fiz a proposta de mudança do objeto de pesquisa e a apresentei aos meus pares na FACED e no PPGE, especialmente à minha orientadora, a professora Maria Ornélia Marques. A partir de então a pesquisa passou a dizer respeito aos processos de estruturação da RESAB, e ao seu trabalho

de discussão e construção de uma educação contextualizada no/para o Semi-Árido Brasileiro (SAB).

Estou ciente de que mudar um projeto de pesquisa feito para a composição de monografias, dissertações e teses (em cursos de pós-graduação), não chega a ser nenhuma novidade. Seria difícil encontrar propostas que, ao se darem à realização e nela se atualizarem constantemente, não tenham sido convocadas, pelas circunstâncias mesmas de sua realização, a se modificar. O próprio processo de construção de saberes no projeto, na pesquisa; a construção dos conhecimentos específicos – aos poucos pegando ritmo e tecendo suas próprias redes de sentido – *trans*-formam o projeto original de qualquer pesquisa. Mas sei também que há variados tipos de mudança e que algumas delas se dão dentro do mesmo tema, com apenas algum ajuste de perspectiva; outras, no entanto, acabam por implodir a própria proposta inicial. É o que aconteceu com minha proposta de pesquisa.

A reformulação operada praticamente exterminou os contornos básicos da proposta anterior, que havia servido para o ingresso no Doutorado. Porém, tal mudança não foi um ato deliberado de anarquia ou de desprezo pelos rituais e rigores da Academia. Ao contrário, foi mais uma dolorosa decisão movida a muitas e fortes circunstâncias.

A pesquisa que despontou – cujos resultados possíveis são apresentados aqui –, nasceu desta implicação descrita. Isto me convocou a assumir na pesquisa os modos de uma “pesquisa-ação”, ou, de qualquer maneira, os modos de uma “pesquisa-em-ação”; implicada, em movimento, e especialmente interessada na produção de um “excedente” em relação ao seu próprio sujeito-objeto: a RESAB. Assim, adotamos uma perspectiva comunicativa, disposta a “dar notícias” críticas, e que excedessem as discussões ordinárias sustentadas pela própria rede.

Em razão disso, decidimos fazer uma divisão do presente texto em três partes. A primeira reúne os elementos que permitem uma contextualização da própria pesquisa e estabelecem sua condição de inteligibilidade. A segunda é dedicada àquilo que é mais constitutivo do trabalho de mobilização da RESAB e do seu trabalho. E a terceira é dedicada àquilo que, num certo sentido, a excede.

Embora esta pesquisa dê-se no contexto de tamanha implicação, é uma pesquisa acadêmica, limitada pelas regras próprias que regem os cursos de pós-graduação e os trabalhos de conclusão de tais cursos, bem como as condições para

a obtenção dos títulos e graus respectivos. Por isso optamos por apresentar, já no primeiro capítulo, antes mesmo de estabelecer as bases da pesquisa, uma discussão dessas regras e desses rituais particulares da Universidade, sobretudo levando em conta que muitos dos possíveis leitores podem não estar situados no universo acadêmico.

Esta discussão, colocada de forma inaugural, pode criar as condições de inteligibilidade tanto para os pares situados na Universidade, quanto para os que dela estão distantes. É uma forma de contextualizar o próprio texto, sua linguagem, suas motivações, as quais nunca serão meramente “internas” ao fazer acadêmico, embora haja rituais específicos que devem ser levados em consideração. Por isso mesmo começamos a tese colocando no primeiro capítulo, as discussões relativas às regras que regem a produção acadêmica e os seus rituais, bem como uma tematização dos modos particulares desta pesquisa e dos seus limites.

Logo em seguida, no segundo capítulo, passamos a discutir as condições impostas pelo presente a qualquer atividade do pensamento, numa época caracterizada como a “era das desilusões”, das “incertezas”, ou, como já mencionamos, como a era da “modernidade líquida”. O panorama do qual trata essa discussão nos circunda material e imaterialmente, e já produziu um capital de “valor comum” do qual compartilhamos em nossos modos de pensamento, dentro e fora da Universidade: já há uma linguagem, um vocabulário, todo um léxico que inunda nossos fragmentos textuais, nossas discussões ainda sisudas no interior das instituições, ou mais “tesudas”, nas mesas de bares e noutros encontros mais ou menos descontraídos; ou seja, tal panorama já permeou as nossas vidas em seus diversos domínios.

No terceiro capítulo estabelecemos os contornos mais específicos da presente pesquisa, em termos de suas filiações epistemológicas e dos seus modos operativos, para constituir um *corpus* de dados e um modo de análise. Estabelecem-se aí os elementos que a aproximam e que a distinguem da Pesquisa-Ação, quando a definimos como um trabalho implicado que nomeamos como *pesquisa-em-ação*. Com este capítulo finalizamos a primeira parte, dedicada a estabelecer as condições de inteligibilidade do presente trabalho.

Passamos então para uma segunda parte, constituída de quatro capítulos, abrindo-a com o quarto capítulo, no qual exploramos e tentamos reconfigurar a noção de *rede*, a partir de noções como as de *conectividade* e de



*interoperabilidade*, às quais adicionamos a noção de *intencionalidade*. Tal discussão tornou-se necessária tendo em vista o formato de rede adotado pela RESAB.

No quinto capítulo partimos, enfim, para a descrição do processo de constituição da RESAB e do seu trabalho. Este é um capítulo que traz uma descrição mais exaustiva dos processos instituintes da rede. É uma tentativa de constituir uma cartografia de sua construção, mas que já aponta alguns paradoxos que perfazem tal processo, e que serão aos poucos discutidos.

No sexto capítulo discutimos o que chamei de “processo de re-ocupação do Semi-Árido”, baseada na noção de “convivência”. Aí aponto informações relativas ao volume de trabalhos e articulações que, ancoradas na noção de “convivência com o semi-árido”, estabelecem formas de implicação mais duradouras com as comunidades, que permitem a produção de “capital social”, não se tratando apenas de um trabalho de “transferência de tecnologia”, sendo sempre algo mais que isso.

No sétimo capítulo abordamos o campo curricular, partindo do princípio de que também ele está sendo re-ocupado. Recuperamos aí as contribuições produzidas pelos movimentos sociais; a herança da Educação Popular e aquilo que, mesmo de forma ambivalente, é expressão do multiculturalismo no descentramento das narrativas hegemônicas. Tratamos da contextualização curricular como “descolonização”, e apresentamos itinerários pedagógicos que seguem esse rumo. Com essa discussão fechamos a segunda parte do presente trabalho.

Na terceira parte, constituída de dois capítulos, abrimo-la com o oitavo, no qual discutimos aquilo que excede a “ordem do dia” dos temas que a RESAB tem assumido em seu trabalho. Nomeamos esta terceira parte como sendo a parte das “excedências”. Na verdade, trata-se de coisas que margeiam a rede, mas que ainda não foram deliberadamente assumidas por ela. É, portanto, onde estabelecemos um “pequeno inventário de cicatrizes”, ou seja, pontuamos algumas tensões que não apenas margeiam a rede, mas também a antagonizam e questionam o caráter de sua constituição. Aqui recuperamos aspectos da discussão feita no capítulo segundo, distinguindo questões que são relativas às “lutas conceituais” e outras que ainda são “práticas sem discurso”, ou práticas que se processam apesar dos novíssimos discursos da “pós-modernidade reconfortante”.

No nono e último capítulo da tese, realizamos uma discussão “excedente” sobre o *desenvolvimento*. Tratamos aí de paradoxos e ambivalências que em geral não são arroladas quando se discute este tema, ou quando se implica a educação

nessa discussão. Tratamos então não apenas de paradoxos, mas de possibilidades de se vincular a discussão do desenvolvimento à tematização dos fluxos que compõem os ecossistemas sócio-ambientais. Transitamos na discussão da primazia do trabalho imaterial e intelectual na produção do valor, e abrimos uma perspectiva de recuperação da positividade do movimento, dos êxodos, das migrações e diásporas, como estratégias de escape dos pobres e excluídos do mundo.

Tratamos ainda das múltiplas possibilidades de aproveitamento dos “descartados” (sejam coisas ou pessoas). Discutimos a juventude e sua fronteira de ambivalências, que exige que pensemos o desenvolvimento de outras práticas humanas, estéticas e políticas, no campo ou na cidade, e que enfrentemos os outros tantos modos de degradação e de erosão. Finalizamos este último capítulo problematizando as condições de produzir respostas para uma pergunta que, no decorrer da elaboração da tese se tornou irrefutável: *como é que faz para andar na frente?* Como se faz isso no bojo de nossos esforços de inclusão?

Concluimos esta tese reconhecendo que este foi o texto possível, mas persiste em sua finalização um profundo sentimento de transitoriedade e de inacabamento. E quanto à RESAB e ao seu trabalho, tratam-se ambos de eventualidades também inacabados e em permanente reconstrução – estando, neste exato momento, sendo tematizados em outras frentes. De todo modo são eles que, enfim, excedem a presente tematização. Ainda bem!

## **PRIMEIRA PARTE**

### **ESTABELECENDO AS CONDIÇÕES DE INTELIGIBILIDADE DA PESQUISA**

# CAPÍTULO I

## RITUAIS DA PESQUISA ACADÊMICA: AS CONDIÇÕES DE LEGITIMAÇÃO

A instituição responde de modo irônico; pois que torna os começos solenes, cerca-os de um círculo de atenção e de silêncio, e lhes impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância.

(Michel Foucault, *A Ordem do Discurso*).

A reflexão sobre alguns pontos tratados neste estudo merece ser antecipada para que o texto seja compreendido, pelo menos por uma parte importante de seus potenciais futuros leitores e interlocutores. Esses pontos são os modos e rituais particulares de produção, validação e compartilhamento do conhecimento no universo acadêmico, e as condições atuais colocadas ao trabalho do pensamento. Após a apresentação de tais elementos é que abordaremos as linhas que caracterizam a nossa pesquisa, em seus aspectos específicos.

Sabemos que a produção do saber não é uma exclusividade das Universidades ou dos “centros de pesquisa”, institucionalmente legitimados pelo Estado ou pelas corporações que gozam, com a chancela do Estado, das premissas de legalidade e legitimidade para acatar ou debelar o que lhe parecer pertinente, amparadas pelo amplo guarda-chuva do que convencionamos chamar Ciência. Há quem sustente que o conhecimento é fruto do investimento comum de todos nós; trabalho de todos, em todas as sociedades. O conhecimento é o capital comum, excedente imaterial que não se prende às prescrições utilitaristas e capitalistas (que reduzem as coisas ao seu valor de uso), e nem mesmo àquilo que bradamos orgulhosamente (e até com um certo tom de esnobismo) que é “científico”. O conhecimento visto como este excedente imaterial fruto do trabalho coletivo, solapa “todos os mecanismos tradicionais de contabilidade” (HARDT & NEGRI, 2005, p. 197), e é, ao mesmo tempo, a produção da própria vida social. É no que é comum que o conhecimento se tece e se torna possível.

Não só a produção de idéias, imagens e conhecimentos é conduzida em comum – ninguém realmente pensa sozinho, todo pensamento é produzido

em colaboração com o pensamento passado e presente de outros – como cada nova idéia e imagem convida a novas colaborações e as inaugura (HARDT & NEGRI, 2005, p. 195)

No entanto, apesar destas indicações, há sempre formas de criar âmbitos específicos de conhecimento – e, portanto, de restringir o comum, ou dele se apropriar em benefício de um círculo muito mais restrito (sendo ainda comum, mas apenas a um círculo restrito). Essas formas de restrição do saber e do comum, já não se tratam de segredos dos pajés, senão que constituem uma outra experiência, num mundo em que as escalas e os níveis em que o conhecimento é estruturado, recortado, dividido, classificado, estratificado, mantém uma profunda relação com uma sociedade também recortada, dividida, classificada, estratificada.

Em nossa experiência ocidental, aquilo que ficou sob a sombra da oficialidade e do Estado, está sempre “selado” com o carimbo da Ciência, e esta, ao constituir-se, precisou renegar o aleatório, precisou abandonar outros rituais, como os da magia, da bruxaria ou da alquimia; deslegitimou outras formas de saber, como as do senso comum, e instituiu os seus próprios rituais: os rituais da racionalidade.

Produzir conhecimento perante estes rituais “modernos” e “científicos” deve obediências às regras do método – e, nisso, a Modernidade, ao destronar a Tradição, se institui, ela própria, como tradição (COMPAGNON, 1996b); ao desfazer rituais tribais, institui outros seus próprios rituais, em círculos restritos que acabam por reproduzir, de maneira mais dramática, outras tribos. Todas as grandes áreas do conhecimento se instituíram ao instituírem os rigores internos relativos aos seus contornos particulares, bem como os modos particulares de operar com cada um deles, e de definir o círculo dos sujeitos que a eles têm acesso, e são legitimados a manipular seus arranjos internos.

Isso não significa que a produção do *comum* – do *saber comum*, da *linguagem comum*, das imagens e conhecimentos comuns à própria vida – foi cessada ou possa ser cessada de algum modo. Pelo contrário, é este *comum* (especialmente aquele que está “do lado de fora” dos círculos restritos) que é ainda a fonte de toda criação, e, inclusive, é onde ímpetos mais privatistas vão buscar o que pode ser transformado em valor privado, quando o *comum* é contraído em campos restritos de partilha. O comum, que sobrou fora destes campos, foi declarado “sem valor” ou, no mínimo, com menor valor – de sorte que o que está em

jogo nesta forma de produção-e-apropriação do conhecimento é também, de algum modo, a produção e o controle do valor.

Desde aí o conhecimento, atravessado por estas circunstâncias de constrição do comum em benefício de círculos restritos e especializados, teve nos procedimentos metodológicos os mecanismos de produção de sua própria distinção em termos de valor. Tratou-se de operar a sofisticação desta produção do valor; de valorar e desvalorar, pela restrição e pela sofisticação interna dos procedimentos, o que equivale a uma re-elaboração contínua e complexa do *status quo*.

Neste caso, nosso primeiro esforço será aqui o de apontar alguns elementos que constituem os rituais de produção do conhecimento acadêmico, especialmente quando se trata de pesquisas integradas a programas de pós-graduação, como mestrado e doutorado – onde nos localizamos. Como diria Foucault, nestes espaços e instituições, a pesquisa não é um acontecimento aleatório, simplesmente largado às “precipitações de acontecimentos”, e embora estas também o constituam, há ainda rituais seculares, que embora venham sendo modificados, não foram abandonados. Foucault diria: “assim como em outros tempos as religiões demandavam o sacrifício dos corpos, agora o saber requer experimentação em nós mesmos, nos conclama ao sacrifício do sujeito do saber” (RABINOW, 1999, p. 31). Sacrifícios em rituais específicos que têm os espaços acadêmicos como seu *locus* privilegiado.

O dilema de colocar um problema de pesquisa e de formular suas questões, quando circunscritas a cursos de pós-graduação é, exatamente, o fato de que, em tais circunstâncias, uma questão de pesquisa – por mais que venha movida a inumeráveis dores e delícias pessoais e/ou profissionais, experimentadas no curso de nossas vidas – deverá sempre assentar-se em novas bases.

Em termos mais radicais, uma “pesquisa acadêmica”, relativa aos processos de conclusão de cursos acadêmicos de graduação ou de pós-graduação, jamais é totalmente exterior ao contexto acadêmico no qual se ancora. Por mais que cheguemos à Universidade com nossos anseios de que, a partir dela, possamos operar intervenções na prática social em outros contextos, nos deparamos com um ambiente que impõe modos novos de encarar os fatos. E, desse ponto em diante, seremos sempre convocados a operar a partir de um novo estatuto. E é exatamente aí que seus componentes anteriores terão que se reacomodar, para comportar as próprias circunstâncias do ambiente acadêmico em relação ao fazer-pesquisa e ao

fazer-se pesquisador. E em decorrência disso, inserção em outros processos não-acadêmicos tenderá sempre a dar-se com a inevitável marca de “iniciado” na academia. Especialmente porque desenvolvemos em nós mesmos um “desejo de saber” construído no âmbito de tais procedimentos.

Por esta razão talvez já fosse hora de incluirmos, de uma vez por todas, o próprio ambiente acadêmico, em sua diversidade e em sua contingência, como uma instância importante na definição e realização de qualquer pesquisa acadêmica, mesmo que tal ambiente seja apenas uma espécie de coexistência paralela, difusa, mas nunca despreziosa; que funciona como um “meio”, uma “noosfera” – no sentido como a tratam MORIN (1991) e CHARDIN (2001) – que embora não se confunda com o “campo de pesquisa” propriamente dito, não tem menos peso na definição dos rumos que uma pesquisa pode tomar, ou das questões que ela coloca e busca responder.

Há um fervilhar de novas idéias, uma proliferação de novos conceitos (e, às vezes, uma “pirotecnia de novas palavras” com novos charmes sonoros), forma pela qual o ambiente acadêmico acaba por nos imprimir (*imprinting*) o seu próprio sotaque (mesmo que ele seja o sotaque da variedade; uma multidão de sotaques afetados por, e afetando uma “aura acadêmica”).

Neste sentido, qualquer questão de pesquisa, ao chegar nesse ambiente, se descobre incompleta, imprecisa, imperfeita, e novos humores e rumores solicitam uma nova “fabricação” de suas indagações e dos modos de respondê-las. Trata-se não apenas de operar uma metamorfose, mas de elaborar uma performance tecida nas circunstâncias desse ambiente e que é, em boa medida, a ele mesmo dirigida.

Por um lado porque, em termos gerais, a Ciência constrói seus próprios objetos e, como a pesquisa acadêmica ainda mantém esta pretensão de status de prática científica, prefere manter a construção dos seus objetos dentro de certos critérios e rituais (chamamos isso de rigor). Por outro lado, porque (é preciso que se assumam isto) o ambiente acadêmico – seja nos eventos sistemáticos que proporciona, como as aulas e seminários, seja nos agenciamentos aleatórios que se precipitam em seus corredores – se impõe como uma cultura particular, e como uma instância intermediária entre os aportes teóricos e conceituais mais sistematizados, e a prática disciplinada e objetiva de pesquisa de campo; interferindo pois, desde o início (e definitivamente) nas proposições e nas interpretações.

É importante considerar desde aqui que na Academia – e mesmo nesta instância intermediária e difusa do convívio nos seus corredores –, nem tudo é pura deriva; quase nada está liberado aos mais variados espontaneismos. Ainda somos levados a substituir nossas predisposições iniciais, movidas a dores e delícias pessoais, particulares, subjetivas – e muitas vezes restritas às simples opiniões – e andar na direção de um certo “espírito científico”, mantido nos rituais de legitimação dos “pesquisadores” e nos formatos acadêmicos de pesquisa. A este respeito nos dirá BACHELARD:

O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza. Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse sentido do problema que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído (1996, p. 18).

A partir disso a especulação precisa ser contida em suas questões. E estas devem ser construídas a partir de uma série de exercícios de superação das primeiras opiniões ou simplesmente “das opiniões”. Evidentemente essa construção enfrenta outros aspectos, situados na esfera das relações entre saber e poder, dentro da Universidade, e nos diversos “campos” da Ciência. É aí que enfrentamos a questão da *legitimação*, que não é menos sociopolítica que epistemológica.

Neste caso, apresentar questões de pesquisa implica a proposição de enunciados pertinentes e reconhecidos como tais dentro das circunstâncias acadêmicas. Não se trata apenas de bons enunciados, mas, sobretudo, de boas performances no tratamento e na apresentação destes enunciados e de suas questões.

Propusemos-nos a uma pesquisa militante, “em ação”, junto à Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB); uma pesquisa implicada que, embora possa exceder seus próprios limites, ainda assim se põe a serviço da rede e de seus objetivos. Mas isto não deve dizer tudo, ou quase nada. A aceitação deste (ou de qualquer outro) enunciado de pesquisa não depende apenas do grau de militância e boas intenções, emanadas de algum sujeito político engajado, implicado em diversas frentes de ação política, pedagógica e/ou político-pedagógica. A pesquisa depende de uma performance em sua apresentação. Performance esclarecida sobre



a natureza e a história das questões que pretende colocar, antes de mais nada, perante uma comunidade de interlocutores.

A este respeito ponderou Jean-François LYOTARD (2002):

O jogo da ciência implica então uma temporalidade diacrônica, isto é, uma *memória* e um *projeto*. Supõe-se que o remetente atual de um enunciado científico tenha conhecimento dos enunciados precedentes que dizem respeito a seu referente (bibliografia) e não proponha um enunciado sobre este mesmo assunto a não ser que ele difira dos enunciados precedentes (LYOTARD, 2002, p. 48, grifos meus).

De fato, o que se espera é que uma pesquisa seja decorrente de outras pesquisas que lhe amparem, desde a proposição; e evite-se assim que esta se choque com outras possíveis proposições já colocadas – a não ser para produzir novas questões. Tanto na perspectiva da *memória*, quanto do *projeto*, ou seja, tanto em relação ao passado quanto ao futuro, uma proposta de pesquisa precisa se esclarecer, justificar-se antes de tudo para a própria Academia que pretende lhe acatar.

Diante de tais exigências, grande parte do esforço de pesquisa é gasto nesta “limpeza” e na escolha dos melhores termos para a proposição. E desde aí se enfrenta o risco de os enunciados serem tomados como entidades autônomas, muitas vezes apesar das realidades das quais dizem falar, correndo o risco de apenas as atingirem como a sombra do avião.

Os enunciados são colocados em um movimento próprio, numa órbita própria, onde se admite que se engendrem uns nos outros, e que existam uns para os outros, num jogo que privilegia o especulativo e tem a Universidade como a instituição privilegiada de seu exercício (LYOTARD, 2002, p. 63). Aí se produz uma outra realidade, em termos da definição de uma pesquisa.

Nesse jogo se declara que um enunciado é “verdadeiro”. Quando isto ocorre, o que se faz não é nada mais do que pressupor que o sistema axiomático no qual tal enunciado foi formulado, é não apenas decifrável e demonstrável, mas é, sobretudo, conhecido e reconhecido pelos interlocutores, e aceito por estes como estando tão formalmente satisfatório quanto possível (LYOTARD, 2002, p. 79).

De certo modo, essa legitimação dos enunciados postos (ou das questões postas) não se reduz à “administração das provas”. A legitimação já não é senão parte de uma argumentação destinada a obter o consentimento dos destinatários da mensagem científica (a comunidade de interlocutores acadêmicos, a banca de

exame ou de qualificação, os líderes de uma linha de pesquisa...); e a proposição passa a ser controlada por um jogo de linguagem, onde o que está em questão não é tanto mais a verdade; e a administração das provas já não é outra coisa senão o desempenho da performance. O que está em questão é a inserção da proposição numa gramática, numa semântica e numa sintática particulares, que participam efetivamente da “economia teórica” do ambiente acadêmico no qual se ancora.

Este ainda é o jogo que se joga na Universidade, especialmente em um curso de pós-graduação. E não há nada de negativo ou de escandaloso neste reconhecimento. Mas tal consideração reivindica que se reconheça que isto constitui um modo próprio de “produtividade”: um exercício produtivo do poder na constituição do saber. A formulação das nossas questões de pesquisa ainda é um exercício de jogar este jogo – apesar dos anúncios do “fim das metanarrativas”, ou da chagada da completa oportunidade de viver a autônoma *autorização*.

Autorização, aliás, é uma dessas palavras que hoje pululam de boca em boca, em salas de aula e corredores, como se seu consumo se devesse mais ao charme de sua sonoridade do que a outra coisa. Ela deriva das proposições de Jacques ARDOINO (1998b), para quem a *autorização* é o processo pelo qual o *ator* torna-se *autor*, ou seja, fundador, criador, genitor... A *autorização* é, então, esse processo de tornar-se *seu próprio autor* (BARBIER, 2004, p.19), e está para o sujeito na origem de si mesmo e de seus atos. Para ARDOINO, a *autorização*,

(...) torna-se o fato de se autorizar, quer dizer, a intenção e a capacidade conquistada de tornar-se a si mesmo seu próprio co-autor, de querer se situar explicitamente na origem de seus atos, e por conseguinte, dele mesmo enquanto sujeito (ARDOINO, 1998b, p. 28).

Mas o próprio autor em questão faz, na seqüência destas palavras, uma pequena e sutil advertência de que este *ator-tornando-se-autor* reconhece a legitimidade e a necessidade de decidir sobre certas coisas por ele mesmo, mas sem, no entanto, ignorar os determinismos sociais e psicossociais que interferem necessariamente com ele. Pelo visto, nem a *autorização* dá-se autonomamente em plena deriva, sem os efeitos noosféricos da prática social em geral, e das práticas específicas no interior das instituições<sup>1</sup>. E seria mais honesto se assumíssemos isso sem maiores pendengas.

---

<sup>1</sup> Aliás, este foi o tema de variados debates travados nas aulas e nos corredores da FAGED/UFBA, especialmente com o saudoso Felipe Serpa (em memória), conforme se encontra em “*Diálogos – Josemar (Pinzoh) e Felipe Serpa*” (SERPA, 2004, p. 159-172).

Aliás, esta discussão da *autorização*, nos lembra um paradoxo fundamental, ligado à consolidação da “tradição moderna” de produção do conhecimento e de sua difusão, quando exatamente a figura do autor é secundada.

É o próprio Foucault, respondendo à pergunta “o que é um Autor?” que fala de uma mudança. Informa ele que até o século XVII o texto científico era associado ao autor e legitimado pela sua celebridade e notoriedade. Depois há uma “virada” e as disciplinas cruzam o limiar da “formalização”, desenvolvendo procedimentos conceituais, evidências, verificações, etc. Assim o nome do autor deixou de ter importância em relação à autoridade do texto, e a verdade tornou-se mais “anônima” (RABINOW, 1999, p. 48).

Na literatura, no entanto, o processo é inverso. Se na idade média a literatura poderia circular sem qualquer questionamento sobre a identidade de seu autor, a partir do século XIX, a literatura com L maiúsculo emerge como atividade autônoma e valorizada, na qual o valor e a autoridade do autor só tendem a crescer. Diz RABONOW (1999, p. 49): “A identificação e a avaliação de um trabalho literário estão intimamente ligadas à fama, à posição e à reputação do seu autor, bem como ao mundo intelectual que girava em direção ao poder”. Nas ciências, ao contrário, o valor do autor é preservado apenas quando se trata do que Foucault chama de “fundadores de discursividade”, como é o caso de Marx, Freud e, provavelmente, do próprio Foucault.

Nessa direção, poderíamos supor que a *autorização* (no sentido de *tornar-se autor*) acaba tendo que passar pelos mesmos procedimentos de reconhecimento e de legitimação aos quais está lançada produção do conhecimento científico/ acadêmico. Isso implicaria um redobrado esforço para dominar a instância da *memória* dos enunciados, e um amadurecimento na forma e conteúdo da proposição, como forma de produzir as condições aceitação e respeitabilidade nos meios respectivos: um torna-se “*sênior*”, eis as condições iniciais da *autorização*!

A minha hipótese é que é no mínimo difícil simplesmente “se autorizar”, sem levar em consideração esta “noosfera” institucional da Academia, conforme nos apontou Lyotard, posto que ela ainda está em pleno funcionamento. E não apenas neste exclusivo domínio – como aponta Foucault (1999) em *A Ordem do Discurso*:

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos,

dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1999, p. 8 - 9).

Autorizar-se seria investir, de dentro, contra esta espessa camada de formalidades que comportam os procedimentos de legitimação dentro das academias. Mas, também em qualquer outro domínio – e, provavelmente, na tribo também, mas de modo diferente –, a autorização implica ou um “estado de legitimidade”, ou um estado de insurreição, provavelmente quando, ainda aí, a sua legitimidade é negociada entre os pares implicados. A não ser que o trabalho acadêmico seja próximo do campo da arte literária propriamente dita – aliás, parece sintomático que tenhamos nos interessado cada vez mais por temas literários, pela leitura do mundo a partir do texto literário, fazendo o texto acadêmico das teses e dissertações se apresentar atravessado pelo charme de um nominalismo cada vez mais próximo da criação artística; uma espécie de estetização do texto científico, e um textualismo que reduz a realidade aos charmes sonoros de sua gramática.

Aliás, o desaparecimento do autor pôde também ser realizado pela adoção das regras de citação, estabelecidas internacionalmente. Utilizar o último nome do autor e a data da publicação da obra em questão é uma forma, entre outras, de fazer o autor desaparecer. Sobre este aspecto nos *autorizamos* aqui a operar um mecanismo de implicação do autor. Quando a discussão diz respeito à posição do autor e de sua implicação nas questões que compõem a discussão, preferimos referir-nos ao nome completo do autor, tomando-o, antes, um sujeito partícipe do debate, e não apenas uma entidade autoral. Nos casos em que apenas a obra e os conceitos constantes nela nos interessam – mas o autor não comparece com tamanha relevância, então nos contentamos em cumprir a norma técnica. É o que ocorre, por exemplo, no início do próximo capítulo, com a descrição das polêmicas que permearam o 5º Fórum Social Mundial, ocorrido em janeiro de 2005, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

As tantas questões aqui consideradas não são apenas o registro de um rastro de lamentações. É o reconhecimento de que tais procedimentos aqui tratados são ainda os nossos rituais de passagem – e não sabemos se melhores ou piores do que os daquela aldeia de índios que manda seus curumins irem dormir com as

saúvas, na floresta; ou se ralarem com pentes de dentes de peixe, depois jogarem sal e pimenta por cima dos arranhões, e encararem a luta do kuarup...

Um doutoramento é, no seio destes procedimentos, um processo particular em que se espera produzir a legitimidade necessária à produção e ampliação da *autorização*. O que há de cruel, no entanto, é o fato de a Academia continuar nos pedindo algo que ela mesma já não pode nos dar (“*aquilo que o mundo me pede, não é o que o mundo me dá*”, como grita Gabriel O Pensador, na música *Até Quando?*). O que quero dizer com isso é que o ritual de nossa formação (e da produção de nossa *autorização*) acontece, ultimamente (na maioria das vezes), do lado mais turvo, noutra floresta, entre outras formigas e outros arranhões. Porque a agonia agora é só nossa: nossa insônia, nossa gastrite... Dentro de um escuro cada vez maior, porque o ambiente que nos acomoda agora já desfez suas “*memórias*” e seus *projetos*, e ri, agora, de qualquer passado ou futuro.

Estas não são elucubrações insanas ou irresponsáveis. Neste exato momento, embora tais rituais ainda se mantenham no interior da Academia, a nos exigir, por exemplo, que as proposições sejam obrigatoriamente constituídas de “quadros teóricos” ou “quadros conceituais”, já vivemos em um ambiente em que estes mesmos quadros já se desfizeram; ou já não são mais possíveis da forma como o foram um dia – a não ser em forma de bricolagem dos “tais caquinhos do velho mundo”, pois vivemos o ambiente de imensa desconstrução dos referenciais.

O ambiente que nos acomoda agora é o da “des-referenciação”. O paradoxo de, por exemplo, termos que apresentar um quadro conceitual agora, não é mais do que a exigência de que tateemos entre os escombros de antigos referenciais; ou entre aqueles atuais, operando conexões entre fragmentos.

O ambiente acadêmico antecipa este universo de desmanche e o tateio passa, agora, a constituir o seu próprio sistema axiomático, com novos vocábulos, com um novo universo semântico; uma cartografia da “confusão de fronteira”, inaugurando sua uma novíssima gramática a cada início de semestre acadêmico. Neste caso, certamente, a memória de qualquer projeto (se é que ainda é possível), deveria se voltar exatamente para este “desmanche”. Esperamos que a Academia reconheça a dificuldade que é montar um quadro conceitual, a não ser que ele assuma sua essencial condição fractal; sua condição de bricolagem completa; seu desenho inevitável de colcha de retalhos...

A pior sensação é perceber que o “desmanche” das narrativas, que poderia ter nos liberado destes pesos, pelo contrário os aumentou ainda mais; porque agora é preciso estar sempre atento, sempre acordado, um olho aberto outro fechado, e disposto a compor este quadro de pedaços, esta bricolagem sem precedentes, cujos materiais se multiplicam e se diversificam – pois é certo que há cada vez mais “pedaços”. E cada pedaço, cada fragmento do que um dia foi um conceito inteiro, uma idéia inteira, uma teoria inteira, ganha autonomia e prolifera ao infinito; ao passo em que somos bombardeados por todos os lados pelos “torpedos” das mil novidades que nos chegam a cada dia. No fundo vivemos “um museu de grandes novidades”, como diria Cazuza.

Diante de tais circunstâncias e com o desafio de organizar um projeto (quando projeto também já parece um termo ultrapassado; sugere uma teleologia quase desprezível para grande parte das “novas” abordagens tautológicas), esperamos que a Academia esteja pronta para legitimar a performance expressa na constituição de um quadro conceitual em forma de deriva; em forma de tateio no claro-escuro dos escombros que restam de todas as desconstruções. Deriva que a própria Universidade tem nutrido em seus corredores.

Mas tal deriva – que a própria Universidade alimenta –, não significa que estamos todos liberados para nos “autorizarmos” à vontade (embora haja entusiastas que vivem a nos sugerir que, enfim, atingimos os últimos degraus de nossa liberdade criativa, sobretudo ajudados pelas novíssimas tecnologias, que nunca envelhecem). Nada nos garante que não vamos ter que responder, perante uma banca, por que utilizamos tais e tais palavras e conceitos (e virão nos dizer, sobretudo: “os conceitos têm uma história...”). Além do mais, há regras institucionais bastante claras e objetivas para o texto acadêmico. Seria no mínimo uma desonestidade desconsiderá-las como se não existem, ou como se tivessem mais poder e sentido. Os/as mais “atualizados/as” vêm nos dizer: “você não deve obrigação e nenhuma circunstância externa, a nenhuma exterioridade”. E em seguida nos dizem: “esta palavra que você está usando é um conceito; você deveria ter mais cuidado ao usá-la”. Bela encruzilhada!

Provavelmente tanto nossas “políticas de sentido”, quanto nossos esforços na direção do processo de *autorização* – tornar-se seu próprio autor – são atravessados por esta “noosfera acadêmica”, cada vez mais confusa.

Tal “noosfera da confusão” não é apenas uma circunstância externa da qual podemos nos proteger, como se protege do frio. Ela se constitui em paisagem de subjetivação, vasa e infiltra-se em nossos corpos e modos de percepção, imprime-se (*imprinting*) em nós, nos termos apontados por MORIN (1991 e 2000):

O *imprinting* é um termo proposto por Konrad Lorenz para dar conta da marca indelével imposta pelas primeiras experiências do animal recém-nascido (como ocorre com o filhote de passarinho que, ao sair do ovo, segue o primeiro ser vivo que passe por ele, como se fosse sua mãe), o que Andersen já nos havia contado à sua maneira na história d'*O patinho feio*. O *imprinting* cultural marca os humanos desde o nascimento, primeiro com o selo da cultura familiar, da escolar em seguida, depois prossegue na universidade ou na vida profissional (MORIN, 2000: 28).

Felizmente não há um *imprinting* apenas na infância, ou com irrefutável validade universal. Cada realidade humana tem suas próprias substâncias a serem “impressas” nos sujeitos que a constituem. A realidade acadêmica, porém, não pode ser tomada como uma totalidade indivisível. Em cada experiência particular há materiais diferenciados e circunstâncias diferentes, singulares desta “impressão”.

De todo modo, apenas uma coisa parece segura: no interior de qualquer sociedade (e das academias também) haverá sempre esta impressão; este *fazimento* dos sujeitos em práticas específicas. E mais: o que agora poderia estar relacionado ao processo de *autorização*, é o fato de termos nos tornado nossos próprios guardiões – e, neste sentido, as regras de produção acadêmica, sendo também fruto dos processos modernos de racionalização das diversas esferas da vida, assumem as características de um dispositivo panóptico (FOUCAULT, 1987; BENTHAM, 2000), que vamos aos poucos incorporando: nos diversos rituais, trata-se de interiorizar o dispositivo, e é neste sentido que tais rituais são produtivos. A questão é saber se estamos, no atual momento, nos livrando de tais dispositivos.

Em relação à Universidade, ela também parece estar desfazendo-se de si mesma. Se um dia ela foi “o lugar onde por concessão do Estado e da sociedade uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria” (SANTOS, 1996, p. 188, citando Karl Jaspers), agora parece estar também vivendo suas próprias crises, que são de pelo menos três tipos, segundo SANTOS (1996, p. 187-233):

- a) uma *crise de hegemonia* – marcada pelo fim da distinção entre “alta cultura” e “cultura popular”; pela ampliação da distância entre “mundo ilustrado” e “mundo do trabalho”; pelo questionamento da distinção

teoria-prática; pela solicitação para que, de fato, faça sentido do ponto de vista do impacto dos seus conhecimentos na produtividade e no desenvolvimento das nações; e pelo questionamento em relação à sua “responsabilidade social”, ou seja, à sua vinculação à produção de soluções para os problemas sociais.

- b) uma crise de *legitimidade* – que é, diante das questões constantes no item anterior, também uma crise da aceitação da legitimidade de sua existência institucional, tendo em vista a alteração dos grupos sociais a que se destinam os conhecimentos e a própria diversificação destes conhecimentos, com a chegada em seu interior de grupos historicamente excluídos.
- c) e uma crise *institucional* – sendo ela uma repercussão das crises anteriormente apontadas, e estando relacionada à própria crise do Estado-Providência (Estado de Bem-Estar Social), está, portanto, ligada à deterioração progressiva das políticas de saúde, de habitação e de educação, com a justificativa de que há uma “crise financeira”, decorrendo na revisão dos orçamentos a ela destinados.

Poderíamos aventar que tais crises são positivas no sentido de nos livrarmos dos dispositivos panópticos que os rituais nos impõem, mas suponho que, mesmo no interior de tais crises, a relação entre poder e saber na Universidade ainda faz funcionar produtivamente tais procedimentos. Por dentro deles ela tenta se reconstruir de suas próprias crises e da conjunção com outras tantas, nas quais estamos enfiados até o pescoço.

Suponho apenas que essa reconstrução não se dá pela via de uma pura e absoluta deriva. Na maioria das vezes (como aqui), a construção de uma “memória” e de um “projeto”, é o esforço de estabelecimento de um “marco”, que embora nos consuma tanto tempo, seja um recurso que não nos permita nos perdermos de nossas próprias questões – embora inevitavelmente elas sejam sempre outras no final.



**SEM TÍTULO**

Teatro das certezas derruídas  
Rascunho das fronteiras fraturadas  
A vida anda assim encruzilhada  
Arrastando em nossa frente o lusco-fusco

Nada que se diga ou que se faça  
Acalma essa ânsia projetada  
Nem o leve toque da costela amada  
Minimiza na noite o salto brusco

As rimas se perecem indecentes  
Se nada há para rimar neste instante  
Se o amor, a sorte e o palpite  
Agora já se fazem delirantes

Que droga ainda me resta ao experimento?  
Que cor, que gesto impaciente e impreciso?  
Poderão reconstituir qualquer certeza  
– Quando a certeza já é ela indecente?

Pois então já me tornei um estrangeiro  
Querendo refazer seu ambiente  
Querendo fazer cessar qualquer devir  
Onde vespa e orquídea se acasalam

Saber desse outro corpo ao meu lado  
Atar ao pé da cama o sonho alado  
Negar qualquer escuro instituinte  
Tateio pelo espaço fratricídio

Não sei nem o que digo – vejam só!  
Titubeio entre as palavras vacilantes  
Nessa rima sem ritmo, agonizante  
Que tento recriar desesperado

Sei apenas que enamoro a evasão  
Que o chão rachou-se valas descabidas  
E um mundo claro-escuro vem a mim  
Qual o vírus lacaio que me habita?

Percepção diagonal dos horizontes  
Sentimento embrionário inominável  
Só os olhos que me restam e que me traem  
Não querem mais certeza inabalável.

## CAPÍTULO II

### ATUAIS CONDIÇÕES DO PENSAMENTO: O QUADRO DE DESREFERENCIAÇÃO

É pra acabar! É pra acabar! É a liquidação do fim do século. Tudo precisa sair! A modernidade acabou (sem nunca ter acontecido), a orgia acabou, a festa acabou – as liquidações estão começando.

(Jean Baudrillard, *A Ilusão Vital*).

Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína.

(Caetano Veloso, na Música *Fora de Ordem*).

#### *2.1. Encruzilhadas*

No 5º Fórum Social Mundial, ocorrido em fins do mês de janeiro de 2005, na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil), houve um debate cujo destaque dado pela imprensa foi tímido, e a repercussão no meio intelectual também foi fraca. No entanto, ali, no seio da confluência dos movimentos sociais globais *altermundistas*, que lutam por um “outro mundo possível”, travou-se um debate que é, no mínimo, sintomático em relação à “confusão de fronteiras” em que vivemos.

Conheço duas reportagens a respeito: uma que encontrei no espaço eletrônico da *Agência Carta Maior* (PEIXOTO, 2005), e outra registrada no número 56 da Revista *Continente Multicultural* (SADER, 2005). A primeira reportagem narra que um estudante do Rio de Janeiro, por nome João Henrique, diz, na saída do espaço onde estava havendo o debate “Um outro mundo é possível sem tomar o poder: da antiglobalização à alterglobalização”: “*Este é o dilema do Fórum, é o que tá pegando*”. O que “tá pegando”, das palavras de João Henrique, refere-se às polêmicas existentes não apenas entre os que ainda acham que tomar o poder é importante e os que não o acham; mas também entre aqueles que desejavam esclarecer se o Fórum é um “espaço” ou um “movimento”.

Entre os ilustres que figuram no debate estão: o escritor irlandês John Holloway; Michael Hardt, professor da Duke University e autor, junto com o italiano Antônio Negri, de *Império* (HARDT & NEGRI, 2004) e *Multidões* (HARDT & NEGRI, 2005); Emir Sader, sociólogo e coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ; o argentino Atílio Borón, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO); o finlandês Teivo Teivainem, da Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC); o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, o escritor português José Saramago, e o brasileiro Moacyr Gadotti, do Instituto Paulo Freire.

O primeiro ato da polêmica versa sobre se ainda precisamos, ou já não mais, do poder para mudar o mundo. Perfilados do lado dos que acham que *não*, estão pelo menos John Holloway, Michael Hardt e Moacyr Gadotti. Dos que acham que *sim* estão pelo menos Atílio Borón, Teivo Teivainem e Boaventura de Sousa Santos. Teivainem diz que o Fórum corre o risco de se “despolitizar” e anuncia que a má notícia é que não é possível mudar o mundo sem tomar o poder e que não é possível tomar o poder sem tomar o Estado.

Do outro lado, Gadotti afirma que a época das certezas já passou, que aqueles que sofrem com os oprimidos têm que fazer perguntas seguindo os métodos zapatistas e conclui que “não precisamos de teoria, precisamos de meta”. Estes estão perfilados do lado das teses autonomistas, anti-institucionais... Hardt invoca a distinção entre *poder* e *potência*, e afirma que mesmo sem o primeiro, mas com a segunda, é possível derrotar o capitalismo e alcançar o “outro mundo possível”, baseando-se na organização das “multidões”. No centro da polêmica Boaventura Santos pergunta se este entusiasmo “é poder ou não é poder” e quer saber “qual é nossa responsabilidade aqui?”.

Diferentemente de John Holloway, Michael Hardt e Moacyr Gadotti, Boaventura Santos acha que não faz sentido falar sobre poder; faz sentido falar sobre classes dominantes, e acrescentou que a questão não é tomar ou não tomar o poder, mas transformá-lo, e que “isso não se faz sem teoria”. Para ele a transformação do poder e a presença das instituições são condições necessárias para o “outro mundo que queremos”. Uma frase que não deve passar despercebida, foi também proferida por ele: “*somos vítimas das vítimas, o que não nos permite pensar de maneira responsável*” (PEIXOTO, 2005, sem indicação de páginas).

O segundo ato da polêmica envolve uma outra discussão. Consta na reportagem especial do número 56, da Revista *Continente Multicultural*, e envolveu o escritor português e Prêmio Nobel de Literatura, José Saramago, e Eduardo Galeano, escritor e jornalista uruguaio, autor de "*As Veias Abertas da América Latina*" e "*Memórias do Fogo*". O tema desta discussão já não é o *poder*, mas a *utopia*.

No texto de Emir Sader (SADER, 2005, p. 76-79) ele começa perguntando: se a utopia é o não-lugar, porque precisamos de utopia; porque precisamos de um não-lugar? (p. 77). E narra a divergência entre Saramago e Galeano, ocorrida no 5º Fórum Social Mundial (de 2005): o primeiro dizendo que as utopias haviam morrido e que ele queria realidades, e saber se poderia mudar o mundo ainda no seu período de vida; o segundo reivindicando a atualidade e a perenidade da utopia, dizia que estas estão no horizonte e, quanto mais achamos que nos aproximamos delas, mais elas se distanciam de nós. Pergunta para que servem as utopias e ele mesmo responde: "servem para indicar-nos a direção correta em que devemos andar" (p. 79).

O número 56 da *Revista Continente Multicultural* ainda traz outros textos na referida reportagem especial sobre a *utopia*, com prós e contra, mas não vamos mais adiante com este relato, pelo menos por enquanto. Este relato do que ocorreu no 5º Fórum Social Mundial, no entanto, é apenas uma ilustração da encruzilhada em que chegamos. É dela que estamos falando aqui.

A discussão sobre se precisamos ou não mais do poder para mudar o mundo, ou a discussão sobre o fim ou não da utopia, inserem-se naquilo que aqui chamo de "escombros do velho mundo". De fato, mesmo que ainda não saibamos ao certo que tipo de mundo novo nos desponta, pelo menos sabemos ele se constitui, pelo menos em parte, pelos caquinhos do "velho" – onde somos também convocados a um trabalho de "reciclagem", termo apropriado a um tempo que também quer rever seu ímpeto consumista e poluente na relação vital com o planeta.

O fato é que – tudo indica – estamos diante de uma espécie de nova "virada", onde as teses do "fim da utopia", como bem o diz Sader, coincidem com as teses do "fim da História" e com muitas outras teses sobre o fim de muitos outros temas. Poderíamos, por exemplo, perguntar: se a utopia serve para nos fazer andar, o que faremos depois do seu fim? E se ela ainda existe e nos faz andar, o faz em

que direção? Tais questões apenas nos metem mais ainda no indisfarçável e paradoxal mal-estar em relação ao lugar aonde chegamos.

O paradoxal é que nunca como na atualidade a humanidade dispõe de tantos recursos, técnicos e científicos, para poder mudar o mundo conforme seus desejos e seus sonhos. E nunca como atualmente as pessoas sentem os destinos do mundo e de si mesmas tão fora do seu alcance, tão alheios e nunca houve tanta impotência das pessoas diante de tudo o que os rodeia (sic) (SADER, 2005, p. 79).

No capítulo anterior mostramos os rituais que perfazem a produção do conhecimento no interior das universidades, especialmente em cursos de pós-graduação, que ainda nos solicitam um “quadro conceitual” constituído de uma perspectiva da memória (bibliográfica) e uma perspectiva de projeto, apontando, a partir de uma revisão de enunciados já existentes, as proposições com as quais nos implicaremos. E dissemos que o único problema atualmente, é o fato de estarmos sendo lançados a esta deriva de todas as desconstruções, tateando no claro-escuro dos “escombros dos velhos” construtos teóricos – e, por conseguinte, das nossas lutas históricas, especialmente aquelas que marcaram o século XX. Mas, para sermos coerentes com as “atuais” narrativas, entendemos que isso não é apenas problema, senão também uma oportunidade. Vamos a ela!

Atualmente fomos atravessados por um conjunto de novas circunstâncias; por uma *noosfera* do desmanche. Esta *noosfera* – já indicamos no capítulo anterior – diz respeito a uma espessa camada de substâncias imateriais – idéias, conceitos, discursos; mitos e deuses; liturgias conceituais, etc., que temos nomeado – num ato de simplificação – como sendo expressões de uma *diversidade* e/ou de um *multiculturalismo* quase inomináveis.

Como uma das qualidades do presente é também o fato de que os termos, quase todos, se encontram “minados” de controvérsias, nem a *diversidade* nem o *multiculturalismo* escapam a isso. Mas aqui se trata apenas de compor um painel ainda precário, constituído de uma camada formidável de situações de descentramento das formas habituais de ver e viver o mundo; apontando direções diversas e difusas, mas que podem ser caracterizadas, todas elas, como que formando o mesmo “ambiente” do chamado “fim das grandes narrativas modernas”; ou simplesmente “fim das certezas” (conforme o alerta de Gadotti no 5º FSM).

Fim das grandes narrativas teóricas que durante muito tempo ficaram estabilizadas em torno de idéias-mestras ou de paradigmas, e que estabilizaram

também o nosso modo de “ler” o mundo e de projetar nele nossas utopias, como foi o socialismo; ou que definiam uma forma de operar a tradução e a crítica da sociedade desigual, em forma de pirâmide, dividida em classes sociais, etc., como nos legou o marxismo. Ou ainda como foi a perspectiva crítica na sociologia e na educação, crente de que poderíamos produzir outro tipo de sujeito, mais consciente, mais crítico, mais politizado.

De todo modo, nutrimos, durante muito tempo, especialmente na experiência moderna, a esperança (utopia) de que seria possível construir uma experiência diferente daquela que nos impunha o capitalismo. Neste exato momento todas estas idéias viraram escombros.

Esta “noosfera do desmanche” é virtualmente mais intensa, mais potente, e mais significativa no universo acadêmico do que em qualquer outro espaço social (apesar e mesmo através de seus rituais), cujo interior está permeado de lutas que são essencialmente teórico-conceituais, mas que implicam, em algum ponto, a própria vida. Uma confusão que diz respeito, portanto, tanto aos nossos modos de vida quando aos nossos instrumentos para pensá-la. Eis o que é este capítulo: um “mural” fragmentado, fractal, daquilo que são hoje **as condições do pensar**. Nossa premissa inicial é a de que, qualquer pesquisa (bem como os modos de realizá-la), já foi por isso atravessada e não há como nossas “performances” já não estarem trocando os termos, trocando as pernas, trôpegas...

O dilema a que somos levados a enfrentar é o próprio desmanche amplo e contínuo que nos obriga a “pensar sobre escombros”, “pensar entre escombros”; pensar por meio deles. Pensar na fronteira, ou melhor, na “confusão de fronteiras”; no seio mesmo da “confusão de espíritos”, própria de uma época “confusa e confusamente percebida”, como nos disse Milton SANTOS (2000b). Se nosso desafio é constituir um quadro conceitual que ampare e esclareça nosso trabalho, este é um primeiro núcleo de dificuldades que deveremos enfrentar. Este desafio aqui não é apenas o de revisar um núcleo de referências que possibilitam a RESAB, como nosso sujeito-objeto de estudo, mas é o de começar perguntando sobre as atuais condições de tal empreendimento; sobre as nossas atuais condições de pensamento.

Para todos os lados que olhamos, o “hipertexto” do presente nos aponta que estamos passando por um período caracterizado por uma profunda desmontagem de todo o referencial tradicional e moderno que conhecíamos, e com

o qual estávamos acostumados a lidar, enquanto, por outro lado, desponta uma sociedade nova, cuja dimensão é, paradoxalmente, “ao mesmo tempo, molecular e global”.

Conforme SANTOS (2003c, p. 81), *molecular* porque é no nível ínfimo e invisível, no nível da informação digital e genética que estão se produzindo as maiores realizações; e *global* porque cada transformação molecular está destinada a ser incorporada e repercutida numa rede de valorização planetária, característica, conforme HARDT & NEGRI (2004), da era do *Império*.

Mas este não é o aspecto mais importante. Mais importante é, sem dúvida, reconhecer que parte desta transformação molecular ocorre no plano teórico-conceitual. O próprio SANTOS nos indica:

Desregulamentação, desmaterialização, descodificação, desterritorialização, desreferenciação, desconstrução – parece que o prefixo “dês” se impôs para marcar a tendência dominante de desfazer e desmontar não só as atividades nas mais diversas áreas, como também as disciplinas que as estudavam, e até mesmo o quadro conceitual (SANTOS, 2003c, p. 81).

Por outro lado, se o prefixo “dês” se impôs, sua outra face complementar é também o aparecimento de outro prefixo: o “pós”. Este também tem se dado à proliferação: pós-industrial, pós-moderno, pós-histórico, pós-gênero, pós-humano (SANTOS, 2003c, p. 254), e pós-estruturalista, pós-crítico, pós-utópico, etc.

É diante desta eventualidade que nossa performance é dificultada, especialmente se tivermos sido formados à luz daquilo que se chamou “grande narrativa”, com suas “idéias-chave”, “idéias-força” ou “idéias-mestras”. O quadro de desconstrução do presente, no qual se localizam todos os “des” e todos os “pós”, nos fez aceitar que estamos mesmo aquém das certezas que julgávamos possuir. E nem as idéias de uma teoria crítica, de uma sociologia ou de uma pedagogia crítica passam imunes a este desmanche. Impôs-se o “pós-crítico”.

O “pós-crítico” filia-se aos outros “pós” e está também relacionado ao chamado “fim das metanarrativas”, ou “fim das certezas”. Mas ele está especialmente vinculado ao campo educacional e curricular, como superação das chamadas teorias críticas, que nos foram possibilitadas pela Nova Sociologia da Educação (NSE) e pelos teóricos críticos de diversas áreas e países que ainda estavam na esteira do marxismo – a exemplo de Gramsci, Althusser, Bourdieu & Passeron, etc., e mesmo nosso Paulo Freire.

Para SILVA (1999), as teorias críticas supunham um sujeito que, através de um currículo crítico, tornar-se-ia, finalmente, emancipado e libertado. Mas o pós-modernismo acabou com qualquer 'vanguardismo', com qualquer certeza e com qualquer pretensão de emancipação, e, por isso, sustenta uma desconfiança profunda dos impulsos emancipadores e libertadores da modernidade (promessas também feitas pela perspectiva crítica), sejam eles operados na Sociologia, na Pedagogia, na História ou em outros campos do saber.

Esta perspectiva pós-crítica julga que as teorias críticas ainda estão excessivamente apegadas a certo 'fundacionalismo' do sujeito (moderno, racional), especialmente ao julgá-lo um sujeito ideal e melhor, mais consciente, etc, constituindo uma das metanarrativa moderna. Assim o pós-modernismo, ao se colocar contra estas "metanarrativas modernas", empurra a perspectiva crítica para os seus limites, assinalando o seu fim e o começo da pedagogia pós-crítica (SILVA, 1999, p. 115-116).

A aparente disjunção entre uma teoria crítica e uma teoria pós-crítica do currículo tem sido descrita como uma disjunção entre uma análise fundamentada numa economia política do poder e uma teorização que se baseia em formas textuais e discursivas de análise. Ou ainda, entre uma análise materialista, no sentido marxista, e uma análise textualista. A cisão pode ser descrita ainda como uma cisão entre a hipótese da determinação econômica e a hipótese da construção discursiva; ou entre, de um lado, marxismo e, de outro, pós-estruturalismo e pós-modernismo." (Idem, p. 145).

Na verdade, o que está em questão é o pressuposto do próprio sujeito moderno; o pressuposto da existência de um sujeito universal, unitário e centrado, que poderia ser situado, corporificado, fragmentado, desconcentrado, des-construído (DOEL, 2001, p. 88), e reconstruído e melhorado. O que se desfez foi a idéia de que é possível tanto este sujeito quanto sua identidade.

Aliás, a *identidade* é outra noção que tem sofrido insistentes ataques e que também tem sido vítima do desmanche generalizado, conforme indica HALL:

(...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social ((2000. p. 7).

Este "desmanche" das identidades é, portanto, parte de um desmanche maior, em que não apenas as fronteiras foram borradas, mas os conceitos que nos



pareciam potentes, foram esvaziados, obsoletizados. Diante de tais alterações restantes, começar por fazer também nossa a pergunta de SANTOS (2003c):

(...) perante uma ruptura tão drástica como esta, a ponto de anular todo o quadro referencial a partir do qual organizávamos a nossa experiência de vida e de pensamento, com que palavras, com que conceitos pensá-la em sua especificidade? (SANTOS, 2003c, p. 82).

Talvez devamos começar apontando alguns processos que, no percurso moderno, foram compondo, aos poucos, as condições deste desmanche.

## *2.2. As crises da/na tradição moderna*

As tantas crises das quais não conseguimos mais nos livrar tão facilmente, ancoram-se no complexo que temos nomeado de “pós-modernidade”. Pressupondo que nem todos os nossos possíveis leitores e interlocutores têm o domínio de tal termo, tecemos aqui alguns parâmetros de sua caracterização (e não estamos isentos de produzir aqui apenas uma caricatura).

Para entender o que hoje nomeamos como “pós-modernidade”, talvez seja necessário esclarecer também o que se nomeia (ou se nomeou um dia) como “Modernidade” – para qualificar um período histórico relativamente curto no mundo ocidental, considerando-se os outros períodos predecessores. Mas nem mesmo sobre isso existe um razoável consenso. Por exemplo, a História faz uma divisão esquemática da história da Europa em quatro “idades” – Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Neste caso, a Idade Moderna é entendida como se tratando de um período específico da História da Sociedade Ocidental, compreendido entre a tomada de Constantinopla pelos turcos no século XV (1453 d.C.), e a eclosão da Revolução Francesa no século XVIII (1789 d.C.).

O que a História chama de Idade Moderna é uma época marcada pelas Grandes Navegações, pelo Renascimento, pela Reforma Protestante, pela afirmação do poder centralizador das monarquias e pelos avanços do espírito científico e do racionalismo. Nessa perspectiva a Idade Moderna coincide com um movimento cultural e simultaneamente com um período da história Européia que é o que vai do fim de Constantinopla como sede do Império Romano, à eclosão do

Renascimento, e conclui-se com a Revolução Francesa. Daí em diante estaríamos naquilo que a História chama de Idade Contemporânea.

Essa é, no entanto, apenas uma das possibilidades de falar da Modernidade. Em quase todas as outras abordagens, especialmente aquelas que tratam da instituição da *Ciência* e do *Sujeito* modernos, aquilo que nomeamos por Modernidade, ao invés de concluir-se com a Revolução Francesa, pelo contrário, se consolida com esta e tem aí sua expansão. Muitos autores, incluindo principalmente FOUCAULT (1999), LYOTARD (2002), HARVEY (1992) e SANTOS (1996), fazem ver que houve uma virada a partir da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, coincidindo com um acirramento do racionalismo, com a imposição de uma razão instrumental que se estendeu até a instância do cotidiano, mas que é extremamente bem formatada no campo da produção (de bens, de conhecimentos e de sujeitos).

SANTOS (1996), por exemplo, aproxima a Modernidade do Capitalismo Industrial – vacilane entre as promessas de emancipação e os agouros da regulação – cujas fases são basicamente três: o *capitalismo liberal* que segue até a grande crise de 1929, o *capitalismo organizado* ou regulado (aquele que coincide com o Estado-Providência, ou Estado de Bem-Estar Social) e o *capitalismo desorganizado*, que se inicia na década de 70 de século XX – coincidindo este último com uma tal “condição pós-moderna”, que tanto é apontada pelo próprio SANTOS, quanto por HARVEY e LYOTARD; uma fase também nomeada de “neoliberalismo”.

Para LYOTARD, o termo “pós-moderno” é usado para designar o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes desde o final do século XIX, transformações estas situadas em relação à crise dos relatos (LYOTARD, 2002, p. xv).

Neste sentido talvez seja possível falar de uma “pós-modernidade” coexistente na própria Modernidade (e, talvez, o contrário também se possa dizer). Nesta direção é possível ver que tanto a fronteira da Modernidade quanto a da “pós-modernidade” são profundamente imprecisas, vacilantes, encaradas diferentemente pelos diversos “relatos”.

Se a pós-modernidade é entendida como “a crise dos relatos modernos”, conforme LYOTARD, talvez ainda seja possível ver que a própria Modernidade foi sempre constituída de crises e de paradoxos. É isso que mostra COMPAGNON (1996b), para o qual a Modernidade é a crônica intermitente de cinco paradoxos que lhe constituem: *a superstição do novo, a religião do futuro, a mania teórica, o apelo à*

*cultura de massa e a paixão da negação*. Considerando-se estes elementos e detectando-se que eles ainda constituem a crônica do presente, talvez pudéssemos arriscar que a Modernidade permanece a todo vapor. Aliás, é isso mesmo que afirma LIPOVETSKY (2004), ao dizer que “a coruja de Minerva anunciava o nascimento do pós-moderno no momento mesmo em que se esboçava a hipermodernidade”, e não o seu anunciado colapso: hipercapitalismo, hiperclasse, hiperpotência, hiperterrorismo, o hiperindividualismo, o hipermercado, o hipertexto (LIPOVETSKY, 2004, p. 53).

Lipovetsky sugere que não se pode falar de pós-modernidade se o tripé que sempre caracterizou a Modernidade (o *mercado*, o *indivíduo* e a *escalada técnico-científica*), ao invés de terem sido ultrapassados, só fizeram se sofisticar e se hiper-especializar cada vez mais (PERES, 2004, p. 1). Por outro lado, considerando-se que as contraposições aos relatos modernos se fazem presentes desde os fins do século XIX, como indicou LYOTARD, é possível pensar que tais processos, modernos e pós-modernos, tenham coexistido e convivido um e outro, um dentro do outro, um compondo o outro, alternadamente desde muito tempo.

O fato é que a Modernidade – ao destronar a Tradição, a religião e a fé, do centro da regulação da vida social e da validação dos estatutos de verdade, e ao colocar em seu lugar, a Ciência, a razão, o Estado-nação e o sujeito –, se institui, ela própria, como tradição e como nova ortodoxia, em muitos campos. A razão moderna convertida em racionalismo estendeu-se aos mais variados campos da vida. Talvez o seu uso mais notável tenha se dado no campo da produção industrial, especialmente deste que TAYLOR (1985), organizou os seus “princípios da administração científica”. Outras disciplinas se organizaram com o propósito de racionalizar os diversos recônditos da vida. Jeremy BENTHAM (2000) organizou o diagrama do seu panóptico atendendo às exigências de uma época que tinha como meta estabelecer o bom governo, a produção da ordem; a correta disposição das coisas em seus devidos lugares, para serem bem governadas.

A “tradição moderna” foi especialmente caracterizada por um “sonho de pureza”, cuja situação é aquela em que cada coisa “se acha em seu justo lugar e em nenhum outro”, como nos lembra BAUMAN (1998, p. 15). Se estes são os traços de uma “tradição moderna”, falar em “pós-modernidade” seria, então, falar de uma ruptura com esta tradição e com sua ortodoxia. Talvez isso venha sendo gestado a muito mais tempo do que pensamos.

Podemos sugerir que Husserl e sua Fenomenologia, e também Nietzsche e Heidegger, são partes destas rupturas dentro da Modernidade. Como também o é a própria produção dos meios técnicos que possibilitaram a reprodutibilidade da obra de arte (BENJAMIN, 2000), e ampararam o surgimento da “cultura de massas” e o enfraquecimento da aura da “alta cultura”. Portanto, tais rupturas não estão relacionadas apenas à década de 70, e ao fim do “capitalismo organizado”, mas é provável que a década de 70 do século XX seja o ponto de eclosão dos diversos experimentos “pós-modernos” que se gestaram no interior mesmo da Modernidade e, como se conspirando contra ela, a atravessaram de uma ponta à outra.

### *2.3. Nossas guerrilhas niilistas*

O momento atual, no entanto, parece ser de outro tipo. Por um lado, a própria idéia de pós-modernidade e do “fim do futuro” já é contestada, entre outros por Gilles LIPOVETSKY (2004), para o qual a pós-modernidade é uma página virada: “a partir dos anos 80 e (sobretudo) 90, instalou-se um presenteísmo de segunda geração, subjacente à globalização neoliberal e à revolução informática”, diz ele (idem, p. 62). Por outro lado, permanecemos em um estado de perturbação. Apesar deste anúncio do supracitado autor de que a pós-modernidade chegou ao seu fim, de fato estamos no seio de uma crise mais profunda, apenas para voltar àquilo que se verificou no 5º Fórum Social Mundial, de 2005, em Porto Alegre. A crise agora compõe a paisagem de uma desconstrução generalizada das narrativas modernas (na qual se ancoram os anúncios dos muitos “fins”, incluindo o fim da utopia e o fim da História).

Estamos diante de um desmanche de espectro niilista<sup>2</sup>, que em muitos aspectos compõe essa figura do desmanche, voltada para produzir uma espécie de devir tão absoluto que estaria prestes a atingir o “grau zero” de toda a realidade, passando a girar em sua própria órbita indefinidamente.

---

<sup>2</sup> O termo niilismo aqui está sendo usado para indicar doutrinas que se recusam a reconhecer realidades substanciais, ou que o forçam ao ponto de fazê-lo coincidir com a inexistência de qualquer realidade. Nietzsche teria dito: “O niilismo não somente um conjunto de considerações sobre o tema ‘Tudo é vão’, não é somente uma crença de que tudo merece morrer, mas consiste em colocar a mão na massa, em destruir”. NIILISMO. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

No seio de tais processos, há um excesso de crença de que a postura textualista (pós-crítica) e de construção discursiva, encerre toda a realidade, não havendo mais nenhuma realidade fora disto. Embora os tsunamis, os sismos – e os vulcões adormecidos há milhões de anos, querendo, vez ou outra, sair de sua dormência milenar para entrar em atividade – sejam realidades indisfarçáveis e até dolorosas e nos dêem sinais suficientes de que a Terra é um organismo vivo que não saiu de nossos belos textos acadêmicos, muitos de nós continua afirmando, com base nas “novas narrativas”, que a realidade não existe. A natureza não existe. Existe somente o texto, o discurso e as idéias que fazemos das coisas. Estas somente existiriam enquanto perdurarem em nossas idéias. E assim estamos de volta à caverna de Platão – e esta possivelmente é uma das qualidades que podem ser arroladas para a pós-modernidade.

Estamos diante de uma liquidação ou da mais importante das liquidações, conforme as palavras de BAUDRILLARD (que já dispomos na epígrafe do presente capítulo, mas fazemos questão de repeti-las aqui):

É pra acabar! É pra acabar! É a liquidação do fim do século. Tudo precisa sair! A modernidade acabou (sem nunca ter acontecido), a orgia acabou, a festa acabou – as liquidações estão começando (BAUDRILLARD, 2001, p. 47).

É como se agora vivêssemos a reprodução infinita e indefinida de tudo; e onde tudo foi liberado a passar para uma órbita de pura circulação, especulação e imaterialidade. O problema é que grande parte destas liquidações é movida a um ufanismo exacerbado de que, com todas essas desconstruções, nós atingimos um patamar de liberdade jamais experimentado; parte desse ufanismo atribui essa suposta liberdade àquilo que têm nos proporcionado as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC's), que estariam especialmente nos libertando de nós mesmos, e de nossos pesos ou apegos e compromissos injustificados – conosco ou com nosso passado ou futuro.

Novas profecias não apenas dissolvem e confundem o espaço e o tempo, mas anunciam o fim das verticalidades e cantam o império das horizontalidades. É isso que diz Renato Janine Ribeiro, em prefácio intitulado “O passarinho de Godard”, ao livro *Noites Nômades*:

Entre as inumeráveis mudanças que nossa sociedade conheceu nas últimas décadas, uma das mais significativas talvez tenha sido a substituição de um

eixo vertical por um eixo horizontal, nas mais variadas relações humanas (In: ALMEIDA & TRACY, 2003, p. 11-16).

Aliás, há outra questão que aparece no livro acima mencionado, que é relativa ao fato de que já não é mais sensato nos dispormos a qualquer interpretação da realidade: como já estamos no âmbito das “semióticas pós-significantes” e “pós-hermenêuticas” (nas quais foi rompida a relação significado-significante), não há mais nada a interpretar. Nenhuma hermenêutica para lançar mão (ALMEIDA & TRACY, 2003, p. 65-109); apenas deixar fluir os fluxos dos puros agenciamentos.

Desconfiamos que embora proliferem tantos “des” e tantos “pós”, estes não chegam a formar nenhum horizonte de uma liberdade de autorização ilimitada – como já apontamos – ausente de antagonismos e contestações. Pelo contrário, nos escombros das diversas desconstruções que nos habitam, aquilo mesmo que aparece para dar “vivas” ao desmanche, aqui e ali alimenta ressentimentos contra quem se desalinhar de sua novíssima gramática.

Exemplo disso é ver que no interior da Universidade não é raro encontrar debates acirrados entre os que ainda se orientam pelos fragmentos da perspectiva teórica A, e os alinhados entre os fragmentos da perspectiva teórica B. Exemplos disso são os constantes enfrentamentos entre os que “não toleram mais nenhuma dicotomia”, e todos os outros. Não são raros os embates entre os adeptos do Corpo sem Órgãos (CsO), do puro Agenciamento e de toda a “linhagem teórica” da esquizoanálise (inaugurada pela dupla DELEUZE-GUATTARI), e os que ainda operam suas análises utilizando categorias conceituais como a das Representações Sociais, herdeira da Psicologia Social.

Aquele debate ocorrido no 5º Fórum Social Mundial, entre os que ainda esperam algo do poder ou que acreditam na utopia e aqueles que nela não acreditam e nem esperam mais nada do poder, está de algum modo relacionado com essas guerrilhas conceituais.

Não é raro encontrar aqueles que bradam contra todas as “durezas” da modernidade, subirem o tom da voz para afirmar (da mesma forma que afirmam que a realidade e a natureza não existem) que a representação social não existe! O que

existe são somente agenciamentos de máquinas desejanter. E mais: “*yo y no-yo, exterior y interior ya no quieren decir nada*”<sup>3</sup>.

Tal posição procede como se uma coisa, definitivamente, só possa existir sem a outra, aliás, traindo a própria perspectiva de que estas “máquinas desejanter” são de regime associativo e sempre vêm acopladas a outras, possuindo, portanto, uma forma conectiva “e” (DELEUZE & GUATTARI, 1985, 15), e não mais uma forma dicotômica “ou”. Mas não é assim que sucede!

Mesmo quem trabalha com temas ligados à estereotipia, e que aponta que os próprios agenciamentos podem ser amparados por condutas prenches de representações sociais (sem a promessa de felicidade eterna, claro!), perde a calma em público quando a questão é colocada. Em contrapartida, a partir de amparos conceituais situados no campo da “instituição imaginária da sociedade” (CASTORIADIS, 1995), os institucionalistas continuam afirmando que,

(...) hoje se sabe, e ninguém pode negá-lo, que por mais determinados, por mais submetidos às leis econômicas e políticas que estejam os homens, eles só entram nesses processos de dominação, de exploração, de mistificação ou, pelo contrário, em processos revolucionários, se estes, de algum modo, coincidirem com crenças, representações, convicções que eles têm acerca da vida social (BAREMBLITT, 1992, p. 47).

No tocante à relação significado-significante, outras desconstruções foram operadas. DELEUZE e GUATTARI vão dizer, por exemplo: “não existe nem nunca existiu ideologia” (1995, p.12). Ou, mais especificamente:

Não reconhecemos nem cientificidade nem ideologia, somente agenciamentos. O que existe são os agenciamentos maquínicos de desejo assim como os agenciamentos coletivos de enunciação. Sem significância e sem subjetivação: escrever a n (toda enunciação individuada permanece prisioneira das significações dominantes, todo desejo significativo remete a sujeitos dominados). Um agenciamento em sua multiplicidade trabalha forçosamente, ao mesmo tempo, sobre fluxos semióticos, fluxos materiais e fluxos sociais (independentemente da retomada que pode ser feita dele num corpus teórico ou científico). Não se tem mais uma tripartição entre um campo de realidade, o mundo, um campo de representação, o livro, e um campo de subjetividade, o autor. Mas um agenciamento põe em conexão certas multiplicidades tomadas em cada uma destas ordens, de tal maneira que um livro não tem sua continuação no livro seguinte, nem seu objeto no mundo nem seu sujeito em um ou em vários autores (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 34).

---

<sup>3</sup> “Eu e não eu, exterior e interior já não querem dizer nada” (DELEUZE & GUATTARI, 1985, 12).

Quem nos dera! Como nos diz SANTOS (2005, p. 73), “o barato de alguns filósofos pós-modernos é que eles não querem restaurar valores antigos, mas desejam revelar sua falsidade e sua responsabilidade nos problemas atuais”, o que é uma fórmula paradoxal e questionável, pois se trata, no mínimo, de um julgamento fora de época.

O passo mais radical na direção destas desconstruções foi dado pela dupla DELEUZE & GUATTARI em 1972, com livro *O Anti-Édipo* (DELEUZE & GUATTARI, 1985). Assim nos conta SANTOS:

O livro metia a noção marxista de produção nos porões do inconsciente freudiano. Este deixava de ser o cenário das imagens e emoções recalçadas para virar máquina desejante, energia produtora de desejos. A idéia de máquina desejante era filha do cruzamento da sociedade capitalista (Marx/máquina) com o inconsciente individual (Freud/desejo). Sociedade e indivíduo eram uma coisa só: máquinas desejantes (2005, p. 81).

O resenhista adjetiva o livro de “petardo” e indica como ele discutia estas máquinas desejantes, analisando que elas estavam com as energias domesticadas, reprimidas, dirigidas para outros fins que não a liberdade e o prazer. A solução apontada é produzir a desprogramação destas energias domesticadas através da promoção do Anti-Édipo, do esquizofrênico, do Corpo sem Órgãos.

“Desprogramado, o esquizofrênico usa suas energias como lhe dá na telha. Não come, ou como quando quer, não caga, ou caga onde está, não respeita horários nem padrões, goza com todas as saliências e buracos” (SANTOS, 2005, p. 82).

O esquizofrênico, o Corpo sem Órgão seria assim o improdutivo, o inconsumível, servindo de superfície para o registro de todos os processos de produção de desejo, de tal modo que é dele que as “máquinas desejantes” emanam (DELEUZE & GUATTARI, 1985, p. 20).

O esquizofrênico ou o corpo sem órgãos é um modelo de intensidades positivas (conjuntivas e disjuntivas), a partir de uma intensidade pura ou de uma “intensidade = 0”. Ele é um princípio (um ovo?), atravessado por eixos e umbrais, latitudes, longitudes, geodésicas, gradientes que sinalizam os devires e as mudanças do que nele se desenvolve. Aqui tudo é vida e vivido, portanto, “não há representação” (DELEUZE & GUATTARI, 1985, p. 27). Possivelmente esteja aqui a justificativa à recusa da teoria das Representações Sociais por parte dos adeptos desse viés teórico.



Quanto a esta “desprogramação” das “energias domesticadas” não há como não reconhecer sua positividade. Mas a recusa operada por esta perspectiva em relação à existência da ideologia ou representações (que, sendo formas de ver/ler o mundo, são também formas de vivê-lo) é, no mínimo, uma contradição em termos: se só existe o “puro agenciamento das multiplicidades”, como se pode falar aí de “energias domesticadas”?

É possível que a representação a que se referem DELEUZE & GUATTARI, esteja situada no interior do conceito de “complexo de Édipo”, e diga respeito à outra coisa: a algo como uma Providência sob a figura de um pai despótico, ilimitadamente engrandecido, dispositivo importante para a existência da *sublimação*, e para a transformação do *Princípio do Prazer* num impulso com uma finalidade inibida, sustentado no *Princípio de Realidade* – conceitos através dos quais Freud avalia a fundação de toda civilização (FREUD, 1997). Parece ser contra isso que irrompe *O Anti-Édipo*.

Quanto às Representações Sociais, embora elas sejam herdeiras da Psicologia Social (e em muitos aspectos do estruturalismo de Émile Durkheim), nos parece que elas apontam outros elementos, não apenas porque em Freud o coletivo e o individual estão atados à mesma estrutura libidinal (onde se localiza o “complexo de Édipo”), mas porque já nos dispomos no mundo amparados em esquemas de representação, formas de ver-e-viver, com as quais constituímos a nós mesmos – alguma forma mais ou menos parecida com o que o poema abaixo sugere.

## CHEGADA E PERMANÊNCIA

Para Marina

I

a criança abriu os olhos e viu tanto brilho  
 disseram que a mãe deu-lhe a luz  
 puta que pariu! quanta luz!  
 a criança chorou, tomou banho e se vestiu  
 no mundo da luz a criança não sorriu  
 pediu silêncio, pediu escuro e dormiu

II

e veio fome de peito,  
 fome de pão e de afeto  
 colo de mãe e de pai  
 e antes do chão, viu o teto

o clarão diminuindo  
 cada imagem clareando  
 cores das coisas, foi vendo  
 a vida se foi tecendo

a textura, o mole, o duro  
 e o território do quarto  
 desenhando o seu futuro

o sexo e a identidade  
 pendurados nas paredes  
 nas cores e nos brinquedinhos  
 um dizer silencioso  
 na pelúcia dos bichinhos

e a criança escutando  
 tornando-se aos pouquinhos  
 por cada dizer profundo  
 que falam todas coisas  
 um ser total deste mundo.

Não sei se – da mesma forma como tudo indica que não abandonamos o futuro – estejamos interessados em nos tornarmos “corpos sem órgãos”. DELEUZE & GUATTARI (1996), no volume 3 de *Mil Platôs*, trazem uma indicação de “como criar para si um corpo sem órgãos”.

Onde a psicanálise diz: Pare, reencontre seu eu, seria preciso dizer: vamos mais longe, não encontramos ainda o nosso CsO, não desfazemos ainda suficientemente o nosso eu. Substituir a anamnese pelo esquecimento, a interpretação pela experimentação. Encontre seu corpo sem órgãos, saiba fazê-lo, é uma questão de vida ou de morte, de juventude ou de velhice, de tristeza e de alegria. É aí que tudo se decide (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 11)

Para os autores o CsO é o que resta quando tudo foi retirado. E o que se retira é justamente o fantasma, o conjunto de significâncias e subjetivações (p.12) O exemplo que é reiterado algumas vezes é o do drogado (improdutivo, inconsumível), algo como a imagem da personagem principal do filme “*Cristiane F: drogada e prostituída*”. Daí vem a recusa à interpretação e à representação, e uma convocação ao experimento que diz que é preciso esvaziar o corpo dessas substâncias.

Sem duvidar da seriedade de vários estudiosos e pesquisadores alinhados a esta perspectiva, tudo parece nos indicar que, apesar do oferecimento de “como criar para si um corpo sem órgãos”, não estamos assim tão largados ao puro agenciamento, nem entregues a um estado de pura circulação de fluxos, num plano de imanência constituído a partir da intensidade = 0. Pelo contrário, cada vez

reconhecemos em nós tantos fantasmas. Há permanências das quais não abrimos mão: o nome próprio, a autoria (duvido que Deleuze quisesse ser confundido, por exemplo, com Michel Cressole). Ainda mantemos esta distinção entre o “eu” e o “não-eu” e sabemos muito bem quando devemos proceder-lha: quando necessitamos do reconhecimento de nossa singularidade, de nossa *Diferença* radical – mesmo que apenas como um recurso emergencial ao nosso favor, em certas ocasiões e circunstâncias. Ah! Sim! Pelo menos!

Deleuze, em entrevista a Claire Parnet, numa filmagem dos anos 1988-1989 (sob clausula que garantiria a exibição apenas depois de sua morte, mas que acabou sendo exibida com o assentimento do próprio entrevistado entre novembro de 1994 e maio de 1995, no canal franco-alemão da TV *Arte*), ao responder sobre ter parado de beber, ele diz: “*Há um momento em que isso se torna perigoso demais (...). Tudo bem beber, se drogar, pode-se fazer tudo o que se quer, desde que isso não o impeça de trabalhar (...)*” (DELEUZE, 2006). Nada nesse trecho nos lembra um improdutivo, um CsO. Há, ao contrário, a manutenção do sujeito, da primeira pessoa, do *eu*, do *self*, mesmo que seja como uma ausência vampirizada.

O fato é que as “novas narrativas” já não estão mais interessadas nas estruturas, no poder, nas regularidades. Pelo contrário, agora se interessam apenas pelas singularidades, pelas micropolíticas, pela subjetivação sem sujeito – afinal, elas mesmas também anunciam o “fim do sujeito” (o que resultaria numa curiosa era da subjetividade sem sujeito).

Tudo que é ordem é desprezada, por que a vez é do elogio da Desordem, do elogio do Caos sem lei – apesar das considerações de Ilya PRIGOGINE (2002) de que até o Caos tem suas leis (entre as quais a *instabilidade*, a *probabilidade* e a *irreversibilidade*). O atual estado de desconstrução parece desconsiderar que todas as ações humanas na Terra (que efetivamente produziram o que podemos reconhecer como humano, incluindo seu universo maquínico e bélico), têm sido no sentido de estabelecer uma ordem no seio do aleatório; embora essa ordem seja frágil e temporária. A humanidade, em todos os tempos e lugares (e não apenas na experiência ocidental moderna), esteve sempre disposta a contrapor-se à Desordem fundadora e irrefutável, impondo formas de “ordenar” a vida; inscrevendo uma ordem no seio da desordem, em forma de regularidades, de circularidades, de rituais bem estabelecidos, pelo menos até que se finde um ciclo, numa crise sempre geradora

de uma desordem, e produtora de uma nova ordem, por sua vez igualmente frágil e temporária (cf. BALANDIER, 1997).

Ordem e desordem compõem a vida, e certamente foi do lado da ordenação, da geração de ordens transitórias, que se fez surgir a civilização. Provavelmente os países centrais do mundo ocidental (que temos convencionado chamar de primeiro mundo) tenham se cansado da ordem – e supomos que lá tal experiência tenha sido mais efetiva do que entre nós.

Os teóricos do “primeiro mundo” estão sempre aptos a se encantam com nossa particular desordem terceiromundista. Encantam-se com nossas favelas, com nossa miséria, com nossa micropolítica da malandragem, como nosso espectro anti-moderno... De fato, o rigor da ordem entre nós foi fraco. Aqui vivemos desde sempre a ampla e irrestrita desordem e uma cordialidade em forma de patrimonialismo promíscuo. Entre nós sequer o estado de Bem-estar Social, característica dos “países centrais” na era do “capitalismo regulado” (SANTOS, 1996) logrou compensar alguma disparidade gerada pela apropriação privada dos bens coletivos e públicos. E embora também comemoemos a dissolução do *welfare-estate*, caberia perguntar: qual *ordem* já nos cansou?

MARTINS (2000) afirma que a sociedade brasileira é de modernidade frágil. A complexidade do nosso problema está no modo anômalo e inacabado como a modernidade se põe entre nós, de forma descompassada e desencontrada.

Nosso entendimento científico desses desencontros está distorcido e limitado por um conceitualismo descabido que transplanta interpretações de realidades sociais que são outras, distantes e diferentes, que nos torna estrangeiros em face do que realmente somos e vivemos (MARTINS, 2000, p. 12)

Mas, apesar disso, nos lançamos à importação pouco contextualizada de bases teóricas que são tomadas como entes universais que, se servem à Europa e ao primeiro mundo, também servem para nós. Definitivamente nos lançamos, entre recusas e entusiasmos, nessas fronteiras fraturadas dos campos do conhecimento, para tornar mais inacabada ainda nossa modernidade e nossa pós-modernidade.

O paradoxo aqui, no entanto, continua sendo o fato de não estamos livres nem mesmo de dar explicações sobre nossos “agenciamentos conceituais”, sem o risco de aparecer alguém que se julga com mais “propriedade” conceitual para nos dizer: “não, este conceito não quer dizer tais e tais coisas; você não pode fazer isso com ele; sou seu guardião”. Nem mesmo DELEUZE & GUATTARI estão livres disso.

Quando me aventuro aqui a tecer comentários que cruzam os campos da psicologia ou da sociologia, por exemplo, não estou livre de ter que dar explicações a alguém que se julga não apenas um *expert* no assunto, mas, sobretudo, seu guardião. Os campos do conhecimento também são essas “propriedades” intelectuais e profissionais minadas, esses espaços de acessos vigiados: embora seus vigias vivam farreando com todas essas desconstruções de fronteiras.

Mas, e esse sujeito que se estende sobre o contorno de um círculo cujo *eu* abandonou o centro, onde ele está? Há no seio das desconstruções algo que vai além da desprogramação das “energias domesticadas”. Não só não construímos para nós CsO, como também não os toleramos entre “os nossos”: ainda somos capazes de nos esganarmos em micro-guerrilhas pelas narrativas de ordem de ontem e de hoje, e pela manutenção firme do *eu*. Mas o fato é que estamos em crise! Entre elas a crise da utopia, da ciência, do sujeito, da História, do futuro. É o que dizem, é o que dizemos!

Quanto à crise de futuro, no entanto, LIPOVETSKY (2004) a contesta. Diz ele que se há uma “crise do progresso”, pelo menos em termos da idéia de progresso que a modernidade o produziu, não temos, no entanto, uma crise de futuro. Se, por um lado, ninguém mais espera um futuro em que tudo se resolverá da melhor forma (especialmente porque estamos demasiadamente apegados ao aqui-agora), ou se a mitologia do progresso está caduca; ou se a ciência está também em crise, por não ter garantido o progresso que prometeu, nem por isso abandonamos o futuro. Nem deixamos de acreditar nos “milagres da ciência”, aliás, o saber científico continua a fazer sentido, pois é exatamente nele que ainda reside a esperança na possibilidade de tornar tecnicamente possível o impossível.

De fato estamos sempre planejando algum aspecto relacionado ao “nosso futuro”. Ninguém o entregou simplesmente ao descaso, acaso ou ao Caos (não nos consumimos em corpos sem órgãos).

Raros são os que acham que a escola tenha por objetivo central a satisfação imediata dos desejos do filho: o prioritário é a formação com vistas ao futuro; donde a rápida expansão, em especial, do consumismo escolar, das aulas particulares, das atividades extracurriculares. Preparar a juventude para a vida adulta, mas também, no outro extremo da cadeia, achar soluções para financiar as aposentadorias a longo prazo. No presente momento, a reforma do sistema de aposentadorias e o prolongamento do período de contribuição previdenciária figuram entre as grandes dificuldades dos governos democráticos e levam às ruas centenas de milhares de manifestantes. Onde se vê que nossa cultura deu adeus ao futuro? Ao contrário, ei-lo aqui, no centro das inquietações e debates contemporâneos,

cada vez como algo a prever e a organizar. O que declina não é a importância do futuro, mas o ethos pós-moderno do *hic et nunc* (LIPOVETSKY, 2004, p. 72).

## 2.4. Pós-humanismo, Hedonismo, Narcisismo

É provável que não tenhamos deixado de acreditar no futuro, nem abandonado definitivamente as utopias (embora haja tanta distopia e a investida niilista), mas agora estamos às voltas com utopias mais do que estranhas, como a que professa a ultrapassagem do humano, e festeja a chegada da era do Pós-Humano e do Além-do-Homem.

Essa abordagem se ancora numa aproximação de Foucault, Nietzsche e Deleuze. A explicação que flui dessa convergência é a de que a humanidade viveu três fases – a *forma-Deus*, a *forma-Homem* e a *forma-Além-do-Homem*. A primeira coincide com o período medieval e é relativa à formação histórica dos séculos XVII e XVIII europeus, na qual o composto “forças no homem” e “forças de fora”, passavam pela figura de Deus. (SANTOS, 2003c, p. 288). A segunda é o composto que resulta da relação das forças no homem com outras forças de fora, forças da finitude, a as forças da vida, do trabalho e da linguagem, que darão lugar às disciplinas científicas como a Biologia, a Economia Política e a Lingüística (p. 189). É isso que coincide com a Modernidade. A terceira fase é a que estamos vivendo agora, relativa a uma nova formação histórica, na qual uma nova forma – nem Deus, nem homem – estaria sendo consolidada. É a era do “*Além-do-Homem*”.

Uma das variantes da interpretação desta novíssima gramática faz a projeção de um futuro no qual nos tornaríamos não-humanos ou pós-humanos. O humano seria dissolvido e superado pelas máquinas inteligentes, com possibilidades não apenas de “scannear” e “downloadear” a inteligência humana para a máquina, mas especialmente de estas estarem aptas a se auto-reproduzirem, sem qualquer intervenção humana (SANTOS, 2003c).

É uma utopia paradoxal que vislumbra a salvação do humano pela sua superação, apostando todas as fichas nas Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC's). Neste sentido, os novos relatos nos informam:

Vivemos uma nova conjuntura espaço-temporal marcadas pelas tecnologias digitais-telemáticas onde o tempo real parece aniquilar no sentido inverso à

modernidade, o espaço de lugar, criando o espaço de fluxos, redes planetárias pulsando no tempo real, em caminho para a desmaterialização do espaço de lugar (LEMOS, 2003, p.14).

Ora, de fato, como nos indica SANTOS (2001) a partir da explosão nuclear, em 1945, a produção industrial trabalha cada vez mais intensamente com substâncias invisíveis, em um nível de realidade que não é captado pelos nossos cinco sentidos humanos; mas em nível micro, molecular, no qual as transformações também se dão de um modo invisível.

A tecnologia começa a desmanchar as relações com a terra, com a cidade, e, por atuar no campo molecular, infra-individual, até mesmo os laços mais íntimos dentro das próprias pessoas – a ponto de pôr em xeque a própria noção de indivíduo, uma vez que as pessoas passam a não saber mais o que é ou não humano, o que é humano e o que é animal. Começam a surgir figuras híbridas chamadas ciborgues ou andróides, começam a aparecer figuras que são animais com genes de plantas, coisas desse tipo (SANTOS, 2001, p. 30-31).

No entanto, ainda que haja uma perspectiva niilista que “põe a mão na massa” na desconstrução do humano e em sua ultrapassagem, também há processos que se voltam para sua tematização, no sentido de reorientação da experiência humana. As discussões de superação do humano – incluindo o *Manifesto Ciborgue*, de Donna Haraway (HARAWAY, 2000) – parecem querer se converter em um novo metarrelato, senão na liturgia de uma nova forma de religiosidade: a religião do transhumanismo. É nesta direção que Erick FELINTO (2003) aponta.

Para ele podemos encarar o tema do transhumanismo “como um vasto mitema, a partir do qual se elaboram diversos discursos sobre a superação das limitações tipicamente humanas” (p. 24). E ele vai mais adiante, apontando não apenas como as novas referências podem se converter em novos metarrelatos, mas, além disso, em uma espécie de nova religião:

(...) qualquer investigação mais atenta sobre o imaginário do transhumanista, ou mesmo da Cibercultura em sua totalidade, não terá dificuldade em encontrar as diversas referências mítico-religiosas que balizam seus discursos, apontando continuamente para o impulso de transcendência que parece fundamentá-los. As fantasias de superação dos limites corporais, da ubiqüidade das subjetividades tecnológicas ou da digitalização do self, entre outras, apontam para um desejo de fuga, de escape do tempo e do espaço presentes, mas desejo também de controle, de manipulação de realidade, de domínio sobre si e o mundo. Nesse contexto, transcendência deve ser entendida como ultrapassagem das limitações típicas da condição humana, como libertação das amarras

corporais visando a uma experiência de subjetividade de natureza espiritual (p. 25).

É como se houvesse um enorme ressentimento amparando uma nova utopia de libertação, desta vez da corporeidade, da materialidade e de tudo o que nos vincula umbilicalmente à Terra, à natureza e a seus condicionamentos.

Em um pequeno livro chamado *A Ilusão Vital*, Jean BAUDRILLARD (2001) discute esta questão. Para ele questões como a da clonagem, por exemplo, têm a ver com a fantasia da imortalidade, de superação da imortalidade como a última fronteira dos limites que herdamos, aos quais daríamos agora, com a ajuda dos novos aparatos tecnológicos, uma solução final.

Ele diz que “cegamente, sonhamos em sobrepujar a morte por meio da imortalidade, quando o tempo todo, a imortalidade é que é o mais terrível dos destinos possíveis” (p. 12); e nos lembra que o câncer é exatamente proveniente de uma célula que não quer morrer. E o problema de hoje não é unicamente fraturar as durezas de ordem da modernidade; mas é essa insistência em desfazer, de forma involucionária, o que se construiu no processo evolutivo, incluindo aí a própria mortalidade, mas também a divisão dos sexos, a constituição do corpo, as contribuições teórico-conceituais, etc. É como se a humanidade tivesse chegado a um ponto em que não pudesse mais suportar a si mesma.

Tudo isso decorre de um fato estranho: aparentemente, a raça humana não pode suportar a si própria, não pode se reconciliar consigo própria. Paralelamente à violência que ela dirige aos outros seres vivos existe uma violência peculiar à humanidade, que ela dirige contra si própria (...). Como se, sempre se sentindo orgulhosa e convencida de sua superioridade, a humanidade ainda assim se ressentisse do processo evolucionário que a elevou à sua posição privilegiada e a impulsionou, de alguma maneira, além de seus limites naturais sob a forma de espécie (BAUDRILLARD, 2001, p. 24-25).

Reconhecer que é impossível separar homem e máquina nos dias de hoje – e desde que ele ergueu-se com seu machado de pedra e sua linguagem – parece-nos um dado irrefutável. Afirmar a humanidade como essencialmente maquínica nos parece razoavelmente necessário. Mas é importante não somente comemorar o primor da tecnosfera ou ressentir-se com nossa condição corporal: é primordial saber para onde apontam as novas liturgias e o que elas esquecem ou escondem.

Além do campo das tecnologias também no campo das artes (que cada vez sabem menos de si, desde que Marcel Duchamp apareceu com seu urinol



intitulado “A Fonte” e assinado “R. MUTT”, conforme SANT’ANNA, 2003), surgem performances em que há uma investida sangrenta contra o corpo, compondo uma arte do limite, como um novo tipo de banquete bizarro, regado a dor (destes que a TV está acostumada a nos vender em sangue vivo).

Tais novidades não podem apenas ser levadas a sério como sendo as mais novíssimas sensações postas para o consumo: é preciso que sejam encaradas como a expressão de uma ira que investe contra uma materialidade corporal do humano. Ora, a condição corporal continua a ser discutida nestas abordagens como se fosse um suplemento a ser purgado, uma vez que representa um acidente evolutivo, que agora estaríamos em vias de corrigir (FELINTO, 2003, p. 28).

Essa correção faria com que o componente da “inteligência” e da informação passasse a presidir a nova fase evolutiva. Em tal perspectiva o *cyborg* é encarado (pelo menos em termos político-ficcionais) como o último elo na linha evolutiva macaco-homem-*cyborg*. Este configuraria o devir da espécie humana, assim como o macaco configurou o seu passado” (SANTOS, 2003c, p. 278).

As tentativas de nos livrarmos de nós mesmos, de nossa condição mortal, corporal e terrestre, além de alimentar sonhos de nos ver livres do corpo (tido como essa carga desnecessária), também alimenta sonhos de um dia podermos ir morar em qualquer parte do universo, nos livrando de vez da “acanhada” vida na terra, como destaca ARENDT (2000). Esta é uma forma luxuosa de ressentimento, que somente alguns poderão sustentar.

## *2.5. Hora da revisão: por uma teoria crítica pós-moderna*

O presente quadro de desreferenciação, ou o quadro de escombros do velho mundo, está cheio de aberturas e, ao mesmo tempo, de campos minados. Não se trata se distinguir uma coisa da outra, pois pode mesmo ser que cada abertura seja ela própria um campo minado e vice-versa. Neste sentido, se nos mostramos felizes e portadores de uma sensação de liberdade, logo vem, concomitantemente, a sensação de insegurança. É o nosso mal-estar: o *mal-estar da pós-modernidade*, do qual nos fala BAUMAN (1998); o mal-estar de uma sociedade que se liquidifica, ou melhor, que vai rápido do sólido ao líquido e, daí, ao vapor: fluido, fluidez!

É isto que encontramos em obras como *A Modernidade líquida* (BAUMAN, 2001). Os sintomas deste mal-estar parecem estar habitando muitas outras zonas. Nas escolas, as professoras não se cansam de expressá-la – “não sabemos mais o que fazer”. Nas famílias, do mesmo modo.

Nossa liberdade (ou o dilema do justo equilíbrio entre *liberdade* e *segurança*) tem se convertido na liberdade para ter sua própria prisão: nossos muros altos, nossas cercas elétricas, nossos cães de guarda, nossas micro-câmeras onde nos auto-vigiamos. Aliás, o *Big Brother* (esse voyeurismo legalmente comercializado) agora já não é nem o olho de Deus, como na sociedade medieval; nem o olho do Partido ou do Estado, como em *1984*, de ORWELL (2004). Nem é o panóptico moderno de Bentham. É esse auto-fragelamento no qual estamos todos medrososamente metidos.

Em um capítulo chamado “*A Personalidade Somática do Nosso Tempo*”, constante no livro *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*, Jurandir Freire COSTA (2004, p. 185-202), analisa a sociedade atual como sendo basicamente *individualista, hedonista e narcisista*, porque cada um vive para si, vive como se não houvesse mais dia seguinte, e cuida de sua auto-imagem como se estivesse consumindo-a em um circuito autista: “ponto de partida e de chegada” de si mesmo; “o que se é” e o “que se pretende ser” devem caber no espaço da preocupação consigo” (p. 185).

COSTA escreveu no *Caderno Mais!* da *Folha de São Paulo*, em 12 de fevereiro de 2006, quando se refere às “vidas em liquidação” e a uma “presente crise de transcendência”, na qual o valor da vida foi reduzido ao trivial. Diz ele:

(...) ao deixarmos a órbita da hierarquia vertical Deus-Pátria-Família, na qual a vida desdobrava seu sentido do mais particular para o mais universal, do mais egoísta para o mais altruísta, caímos na vertigem dos sentidos pontuais, prescritos pela contingência “ad hoc” do sujeito e seu momento.

A sólida pirâmide do valor da vida se liquefez nos pequenos, provisórios e errantes sentidos determinados pelos padrões científico-econômicos ou pelos interesses da cultura do espetáculo (COSTA, 2006, sem indicação de página).

Desde Guy DEBORD (1997) fez sua análise inaugural da “sociedade do espetáculo”, ela é cada vez mais tematizada. E há cada vez mais textos que solicitam uma rediscussão dos valores, como “*A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*”, encabeçado por Edgar

Morin e Ilya Prigogine, no qual Gilles Lipovetsky escreve sobre a “a era do pós-dever” e da “moralidade à lá carte”.

Nestas linhas e noutras, não existe somente um quadro de lamentações, ou ufanismo gratuito; pelo contrário, há a expressão de um crescente “esgotamento” de alguma coisa que nós mesmos produzimos como trabalho comum, além da busca por estabelecer parâmetros sobre as saídas, mantendo o cuidado de não nos remeter de volta às “durezas” do passado. No campo das artes, por exemplo, já desponta certo cansaço com a “maldição de Duchamp” (SANT’ANA, 2003) de que “tudo é arte” – o que equivaleria a afirmar que, se tudo é arte, nada é arte. Tudo indica que não é mais de excesso de órgãos que sofremos. A crise é outra!

Aqui não se trata de ter um “ponto de vista negativo”, mas de assumir uma perspectiva “desconfiada”, ao encarar o seguinte fato: se as referências com as quais organizavam nossa vida estão aos poucos desaparecendo, sem que tenhamos uma idéia clara do que está acontecendo, uma das possibilidades é sairmos fazendo farra por cima dos escombros e “comprando” tudo o que é caco de ilusão, que se apresenta como sendo a última maravilha do mundo. Agora mesmo os cacos do muro de Berlim viram objetos de gozo, *souvenir* para o turismo.

Apresentamos aqui um quadro da forma como as coisas nos aparecem; um quadro não apenas complexo, mas fractal e até confuso – e confusamente percebido! Se em certos pontos o presente texto provoca certa zonzeira, tontura, e se deixa o leitor confuso é porque estamos enfiados nessa confusão. Da mesma forma que os debates do 5º Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre, com os quais iniciamos este capítulo, indicam tão somente que muitos outros ilustres pensadores também compartilham a mesma confusão de fronteira. Os arranjos conceituais dos quais dispomos não permitem mais que desenhar um mal-estar textual, afinal, há também um *mal-estar da teoria* (TRIVINHO, 2001).

No entanto, tudo indica que estamos entrando numa fase “revisionista”. Há sinais! Enquanto uns se contentam com a extinção da crítica e comemoram o ambiente pós-crítico, outros se ocupam de devolvê-la através do exame de seu recente enfraquecimento, como é o caso de TRIVINHO (2001). Além disso, ações como o interesse recente do MEC em reabrir a discussão sobre os métodos de ensino, diante dos índices cada vez mais altos de repetência nas primeiras séries e do aumento dos “escolarizados analfabetos” em séries mais adiantadas, nos parecem filiadas a uma busca de revisão de nossa farra desconstrucionista.

Outro indício de que estamos entrando numa fase de revisão, pode ser extraída da pergunta deixada por Boaventura Santos no 5º FSM: “qual é a nossa responsabilidade aqui?”. Possivelmente ela começa pelo esforço discernimento, no seio de nossa condição confusa. Todos nós estamos tentando isso! Especialmente porque as injustiças do mundo, ao invés de terem sido abolidas, apenas se sofisticaram ainda mais. E nos damos conta de que não basta mudar as palavras.

Os processos de exclusão são mais sofisticados e hipermodernos. A tecnociência agora isola informações mínimas dos seres e as consagra como referência última, para servir ao Capitalismo Mundial Integrado (CMI) – que tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços, para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens, as tecnologias, as informações... (GUATTARI, 1990, p. 31). Mas não será apenas mudando as palavras pela ponta, senão que subvertendo o sistema de poder que as ampara que poderemos contar outra história, pois não se trata apenas de criação textualista.

A transformação das informações em propriedade privada e em valor no mercado global (concretizando uma última fronteira de privatização e de mercantilização da vida) não é ficção científica. É a informação tornada mercadoria dos novos tempos, realizada como “diferença que faz a diferença” e apropriada pelo Capitalismo Mundial Integrado e pelas grandes potências mundiais, que atuam tanto em nível micro quanto em escala global. É o presente povoado de novas armadilhas, e as novíssimas narrativas alimentando novas relações de poder – mesmo que evitem a pergunta sobre *a serviço de quem estão*. Este é o ponto em que muitos convergem em termos de uma necessidade de revisão.

Talvez seja hora de trazer outra referência, também de Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2000a), ligada ao anúncio da necessidade de urgente de, ao invés nos jogarmos na farrá da desconstrução pós-crítica, avançarmos na direção da construção de uma *teoria crítica pós-moderna* – o que é uma esperança na possibilidade de agregar algum conteúdo crítico à pós-modernidade.

Em *A Crítica da Razão Indolente...* SANTOS (2000a), faz uma introdução geral, cujo título é: “Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?”. Nesta introdução ele tece um conjunto de considerações sobre a superação da teoria crítica moderna (não sem antes reconhecer a positividade do papel que essa

desempenhou no século XX), e aponta vários elementos e desafios daquilo que ele chama de *teoria crítica pós-moderna*, apresentando todo um programa de desafios para a construção da mesma.

Ele também lida ali com um quadro de falências, que ele re-monta de forma astuciosa e inteligente, começando por reconhecer que um dos pontos problemáticos da teoria crítica moderna foi conceber a sociedade como uma totalidade e, como tal, propor uma alternativa totalizante à sociedade que criticava (p. 26). Nesse sentido, ele reconhece que nossa condição hoje é multicultural, e que, por ser assim, “exerce uma constante hermenêutica de suspeição contra supostos universalismos ou totalidades” (p. 27). Levando em consideração que a sociologia tem dado pouca importância ao multiculturalismo, afirma ele que a crise da teoria crítica se confunde, em grande medida, com a crise da própria sociologia.

A crise da teoria crítica moderna – que totalizou tanto a sociedade quanto as formas de dominação e as soluções possíveis – está ligada a esta fragmentação; ao fato de que, contrariamente ao que idealizou, não há uma única forma de dominação e, portanto, também não há um único agente histórico para solucioná-la. Sendo múltiplas as faces da dominação, são múltiplas também as resistências e os agentes que a protagonizam. Por esta razão, mais do que uma teoria comum, totalizante, necessitamos de uma *teoria de tradução* que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis, e permita aos atores coletivos se comunicarem e “conversarem” sobre as opressões a que resistem, sobre os modos como resistem, e sobre as aspirações que os animam (SANTOS, 2000a, p. 27).

O autor ainda lembra que a crise da teoria crítica moderna também arrastou consigo a distinção icônica, e os ícones diferentes e até antagônicos passaram a ser partilhados por campos anteriormente bem demarcados, ou então foram criados ícones híbridos, constituídos ecleticamente com elementos de campos diferentes e até divergentes. Dentro desta nova política semântica os campos deixaram de ter nomes distintivos, e deixaram de ser deliberadamente distintos. Reside aí a razão da perplexidade daqueles que “sentem grandes dificuldades em identificar os campos entre os quais há que tomar partido” (p. 28).

Mas o dado mais significativo que aparece nas palavras de Boaventura Santos é a exposição de uma situação paradoxal, que caracteriza a própria pós-modernidade. Tal paradoxo está relacionado ao fato de as promessas da

modernidade não terem sido cumpridas, e se transformaram em problemas para os quais parece não haver solução, nem moderna, nem pós-moderna.

As condições que produziram a crise da teoria crítica moderna, não se converteram ainda em condições de superação da nossa situação de crise. Neste aspecto o autor distingue a pós-modernidade em basicamente dois tipos: uma **pós-modernidade reconfortante**, que se ocupa em festejar as desconstruções sem apontar saídas, partindo da compreensão de que o fato de não haver soluções modernas, indica apenas que não há e nem houve um dia problemas ou promessas modernas: alguma coisa do tipo “não há saídas porque não há problemas”, ou seja, tudo não passou de uma grande ilusão que devemos abandonar. Há apenas que aceitar e celebrar o que existe.

Contra esta perspectiva, SANTOS (2000a) aponta outro tipo de pós-modernidade. Ela a designa por **pós-modernidade inquietante ou de oposição**, na qual “a disjunção entre a modernidade dos problemas e a pós-modernidade das possíveis soluções deve ser assumida plenamente, e deve ser transformada num ponto de partida para enfrentar os desafios da construção de uma *teoria crítica pós-moderna*” (p. 29), na qual todo conhecimento crítico comece pela crítica do conhecimento.

As implicações contidas no desafio da construção de uma *teoria crítica pós-moderna* dizem respeito, primeiramente, a uma passagem do monoculturalismo para o multiculturalismo crítico, dedicada a produzir o conhecimento-emancipação. Tal perspectiva vem ao encontro de nossas expectativas, pois aponta uma condição implicada na produção do conhecimento, cuja premissa básica – que é, sobretudo, uma premissa pós-colonial –, é a contextualização do conhecimento.

Não há conhecimento em geral, tal como não há ignorância em geral. O que ignoramos é sempre a ignorância de uma certa forma de conhecimento e vice-versa o que conhecemos é sempre o conhecimento em relação a uma certa ignorância. Todo ato de conhecimento é uma trajetória de um ponto A que designamos por ignorância para um ponto B que designamos por conhecimento. No projeto da modernidade podemos distinguir duas formas de conhecimento: o conhecimento-regulação cujo ponto de ignorância se designa por caos e cujo ponto de saber se designa por ordem e o conhecimento-emancipação cujo ponto de ignorância se designa por colonialismo e cujo ponto de saber se designa por solidariedade (SANTOS, 2000a, p. 29).

Se o colonialismo é a concepção do Outro como objeto e não como sujeito, nessa direção *conhecer é reconhecer*, e progredir no sentido de elevar o

Outro da condição de objeto à condição de sujeito. É um tipo de conhecimento-reconhecimento que SANTOS designa por solidariedade. Sendo a solidariedade uma forma de conhecimento baseada no reconhecimento do Outro, este só pode ser conhecido se reconhecido como produtor de conhecimento. Por isso SANTOS diz que todo conhecimento-emancipação parte de um conhecimento-reconhecimento, mantendo uma vocação multicultural fundamental para a superação das dificuldades relacionadas ao *silenciamento* da *diferença*, prática primordial do colonialismo ocidental, que solapou as muitas formas de saber dos povos subjugados (p. 30).

Sob a capa dos valores universais, neutros, puros, autorizados pela razão moderna ocidental, o que foi imposto aos povos colonizados foi, de fato, a razão de uma “raça”, de um sexo e de uma classe social. Por isso, para o autor a dificuldade de um conhecimento-emancipação, que seja pós-colonial e ancorado numa teoria crítica pós-moderna, é dar a voz sem impor uma linguagem hegemônica.

(...) como realizar um diálogo multicultural quando algumas culturas foram reduzidas ao silêncio e as suas formas de ver e conhecer o mundo se tornaram impronunciáveis? Por outras palavras, como fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a linguagem hegemônica que o pretende fazer falar? (SANTOS, 2000a, p. 30).

O autor vê a necessidade do desenvolvimento de uma sociologia das ausências, capaz de desenvolver uma *teoria da tradução*, que permita dotar de inteligibilidade as *diferenças* e torná-las comunicáveis, pois a diferença sem inteligibilidade conduz à incomensurabilidade e, em última instância, à indiferença; e assim não seria possível um conhecimento-emancipação, como solidariedade, pois o conhecimento-reconhecimento estaria desde o início impossibilitado (p. 30-31).

Nesse sentido, o conhecimento-emancipação não aspira a se tornar uma grande teoria; aspira sim a uma *teoria da tradução* que sirva de suporte epistemológico para as muitas práticas emancipatórias esparramadas pelo mundo, “todas elas finitas e incompletas e, por isso, apenas sustentáveis quando ligadas em rede” (p. 31). Isso implicaria em transformar a ciência moderna e a teoria crítica modernas, que pressupõem que o conhecimento é válido independentemente das condições que o tornaram possível, bem como de suas conseqüências.

Uma teoria crítica pós-moderna, que não seja meramente **reconfortante**, mas seja firmemente **inquietante ou de oposição** deve romper com os resíduos colonialistas do saber e de suas justificativas universais; inclusive porque a ciência

moderna, com este dispositivo, desenvolveu uma enorme capacidade de agir independentemente das *diferenças* (aliás, apagando-as), mas não desenvolveu uma correspondente capacidade de prever as conseqüências desta sua ação. O saber descontextualizado, caro aos propósitos colonialistas, por ser descontextualizado, quer se tornar potencialmente absoluto.

Esta descontextualização tornou possível o tipo de profissionalização que hoje domina. Apesar de a situação parecer estar a mudar, ainda hoje é muito fácil produzir ou aplicar conhecimento escapando às conseqüências. A tragédia pessoal do conhecimento só é hoje detectável nas biografias dos grandes criadores da ciência moderna de finais do século XIX e começos do século XX” (SANTOS, 2000a, p. 31).

E não somente o conhecimento-emancipação deve ser contextualizado, mas deve rever as premissas de objetividade e neutralidade, já que estas premissas trazem dois vícios que dizem respeito não apenas à ocultação da figura do cientista, mas à sua desresponsabilização e inocentamento. Isso significa devolver a implicação do cientista em relação às conseqüências do seu trabalho, o que equivale a ultrapassar a *peritagem heróica* do cientista, para produzir o conhecimento edificante, socialmente implicado e significativo. Há aqui uma convocação para que o sujeito produtor de conhecimento – o cientista, o intelectual – volte a tomar posição e a ter que justificar o teor de suas escolhas.

A teoria crítica pós-moderna parte do pressuposto de que o conhecimento é sempre contextualizado pelas condições que o tornam possível e de que ele só progride na medida em que transforma em sentido progressista essas condições. Por isso *o conhecimento-emancipação conquista-se assumindo as conseqüências do seu impacto* (SANTOS, 2000a, p. 32; grifo meu).

Na direção dessas premissas, SANTOS (2000a) questiona o quadro de desconstrução e antagoniza-o dizendo que a pós-modernidade de oposição não pode “quedar-se” pela simples desconstrução, pois esta, levada ao extremo, “desconstrói a própria possibilidade da resistência e da alternativa” (p. 32). O que precisaríamos era evoluir na *teoria crítica pós-moderna*, saindo de uma ação conformista para uma ação rebelde (p. 33).

Para ele, perante a emergência da teoria das catástrofes e da complexidade, o determinismo, em sua concepção tradicional, transformou-se em maneira preguiçosa de pensar, quer a transformação social, quer sua impossibilidade. Por outro lado, as idéias de contingência e fragmentação que



ocuparam o espaço deixado pelo determinismo, se transformaram numa maneira irresponsável de pensar a transformação social ou sua impossibilidade (p. 32-33).

Há, portanto, um descompasso nesta passagem da modernidade para a pós-modernidade – que a pós-modernidade meramente reconfortante não encara, ou o faz pela mera transformação conservadora do *status quo*. Como na modernidade as experiências eram medíocres no presente, mas havia sempre a expectativa de que seriam melhores no futuro, a teoria crítica convencional procurou minimizar a discrepância entre as experiências e as expectativas, apresentando promessas de progresso e desenvolvimento.

O problema agora é que as experiências são ruins no presente e, em compensação, achamos que serão ainda piores no futuro. Por isso o abandono da teoria crítica coincide com a proposta de transformação conservadora do *status quo*, ou seja, **se resignar**, aceitar que está ruim, mas não tem outro jeito; às vezes, propõe-se até a retração e o retorno ao passado (p. 34). Nesse sentido o papel de uma *teoria crítica pós-moderna* é lutar contra a resignação e contra a defesa da transformação conservadora do *status quo* (p. 35). Ou seja, o desafio é sair da *espera sem esperança*, para uma *esperança que altere o estatuto da espera*.

Recuperar a esperança significa, neste contexto, alterar o estatuto da espera, tornando-a simultaneamente mais ativa e mais ambígua. A utopia é, assim, o realismo desesperado de uma espera que se permite lutar pelo conteúdo da espera, não em geral mas no exato lugar e tempo em que se encontra. A esperança não reside, pois, num princípio geral que providencia por um futuro geral. Reside antes na possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito alternativas que parecem utópicas em todos os tempos e lugares exceto naqueles em que ocorreram efetivamente. É este o realismo utópico que preside às iniciativas dos grupos oprimidos que, num mundo onde parece ter desaparecido a alternativa, vão construindo, um pouco por toda a parte, alternativas locais que tornam possível uma vida digna e decente (SANTOS, 2000a, p. 36).

O que está sendo proposto é a construção de uma “normatividade construída sem referência a universalismos abstratos... construída a partir do chão das lutas sociais, de modo participativo e multicultural” (p. 37), o que significa sair do dilema inócuo existente entre os *modernistas irreduzíveis* e os *pós-modernistas hiperdesconstruídos* (idem).

O que pretendíamos aqui era compor um quadro em que fosse possível vislumbrar não apenas as dificuldades de nos movermos nesta fronteira, mas o que se apresenta como alternativa, por isso “zigzagueamos!”

Relacionamos fragmentos de posicionamentos particulares, fazendo uns se confrontarem com outros, alimentando um tom de provocação, porque, de fato, esta confrontação é real. Às vezes mantivemos os nomes dos autores e de suas obras, pois, tais autores e obras aqui não são meras citações: eles participam de tensões reais, e aqui são também nossos dados.

Quisemos finalizar com estas palavras de Boaventura Santos, porque ele foi implicado neste texto desde o início. Mas também porque desejamos sair de uma espécie de tautologia desesperada, para a busca por traduções razoáveis das possibilidades de continuar compondo “novos relatos” que não sejam apenas novas “metanarrativas” presas a uma topologia do *self*, descomprometida e desengajada.

Reconhecemos que há idéias fortes, além das de Boaventura Santos, que podem ser aproveitadas na construção de “engajamento pós-moderno”, com as quais podemos nos “agenciar” num sentido antropofágico, pois nos interessa a possibilidade de engajar a própria produção do conhecimento – sem que isso implique em redução à mera ideologia.

Talvez devêssemos nos agenciar mais com outros autores terceiro-mundistas. Um deles é CASTIANO (2006). Ele nos fornece o termo *extroversão*, para indicar que, da mesma forma como os países pobres vivem em função da expropriação de matéria prima pelos países ricos (seguindo o formato da divisão internacional da produção material); há uma *divisão internacional da produção científica*, na qual temos nos acostumados à condição de reservatórios de produção de dados empíricos, cujo tratamento teórico científico sofisticado continua sendo feito nos laboratórios e centros de pesquisa dos países desenvolvidos.

Ou então os países e as regiões pobres tornam-se reservas exóticas para experiências e testes das invenções teóricas (cada vez mais exóticas também) dos países e regiões ricas. No caso do Brasil essa *extroversão* reiterada produziu uma paradoxal qualidade intelectual, que GOMES (2001) chama de *razão tupiniquim* – uma espécie acanhada que, toda vez que quer parecer séria, precisa lançar mão de palavras como Oxford, Sorbonne, sem ao menos relativizar ou *antropofagiar* tal uso.

De fato, continuamos a nos encantar com o charme conceitual do primeiro mundo. A última das construções teórica potentes é de autoria de HARDT & NEGRI (2004). Eles trazem discussões sobre o desaparecimento dos Estados-Nações e sobre o aparecimento de uma nova supremacia, a que chamam *império*. Para os autores esse *império* é uma espécie de *não-lugar*: a instância da série de

instrumentos globais imateriais (normativos, regulatórios), utilizados pelo capital transnacional. Nas palavras dos autores já não há mais um fora – e isso exige a constituição de um novo sujeito antagonista. Para os autores esse novo sujeito não é mais o *proletariado*, mas sim a *Multidão*. É ela a produtora do que chamam de *excedente*, relativo não à produção material, mas ao trabalho imaterial e intelectual (General Intellect), e à geração do conhecimento comum – produto da biopolítica experimentada pela multidão, contra toda forma de biopoder.

São conceitos fortes que deveríamos examinar com mais cuidado, e fazendo o devido confronto prático e contextualizado, para saber em que medida isso corrobora os esforços de uma *teoria crítica pós-moderna*, ou é apenas “pós-modernidade reconfortante”. Não significa apenas, portanto, firmar posição dos que acham que “não precisamos mais do poder”, ou dos que acham que sim – dilema com o qual iniciamos este capítulo. Seria ir um pouco mais adiante.

O fato é que estamos diante de uma necessidade de revisão. Aliás, sobre isso nos informa Emir Sader – por ocasião do 6º Fórum Social Mundial<sup>4</sup> – que há coisas se alterando, especialmente em relação à necessidade ou não de poder para mudar o mundo.

Os zapatistas, por seu lado, tentaram colocar em prática a linha de “mudar o mundo sem tomar o poder” e passaram à construção de governos locais, com grande legitimidade na região, mas diante da primeira grande ofensiva militar, tiveram que desarmar essas estruturas e passar a participar do processo de construção de força de massas na luta pela transformação do México, convencendo-se de que não há emancipação dos chiapanecos sem emancipação da totalidade dos mexicanos (SADER, 2006, p. 1).

Dessa forma, e considerando que a História não está dada e encerrada, estaremos sempre dispostos a confrontar posições. Não se trata aqui de operar uma valoração em termos positivos ou negativos, mas de captar a diversidade de proposições, algumas mais sensatas que outras – evidentemente –, e de extrair delas o que pode haver de potência em relação aos nossos interesses. Tampouco se trata de assumir uma atitude liberal, medrosa de tomar posições. Aqui ainda nos situamos no terreno da crítica e trouxemos as contribuições de Boaventura Santos para a ela nos filarmos (tomarmos posição), na defesa da constituição de uma teoria crítica pós-moderna que nos devolva a *esperança que não espera*.

---

<sup>4</sup> O 6º Fórum Social Mundial ocorreu em 2006 dividido entre Mali, África (cidade de Bamako, de 19 a 23 de janeiro); e Caracas, Venezuela (entre 24 a 29 de janeiro).

Estamos nos pondo do lado dos angustiados e, deste lado, também nos “agenciamos” com literaturas preocupadas em dizer alguma coisa sobre o futuro dos homens. Esta é a razão de dialogarmos com os autores que não apenas comemoram os escombros, como é o caso de BAUMAN (especialmente 2001 e 2003b). Para ele as atuais pretensões de “liquidação” são uma espécie de cosmopolitismo dos “bem-sucedidos” que constituem as “classes tagarelas”. Esses já não consideram mais importante compartilhar uma comunidade com o resto dos homens, nem compartilhar projetos comuns de superação das contradições que ainda persistem. Haveria muito que perder e pouco a ganhar, caso se envolvessem em redes de obrigações coletivas e comunitárias. Por isso fogem da “obrigação fraterna” da comunidade e do compromisso coletivo, como o diabo foge da cruz. Da mesma forma fogem do risco de assumirem uma identidade, ou de assumirem o dispêndio de tomarem posição ou de julgarem qualquer coisa (BAUMAN, 2003b).

E não é que estejamos interessados em qualquer tipo de reconstituição das “velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social”, como nos aponta Stuart HALL (2000). Trata-se de saber se, mesmo habitando os “entrelugares” (como discutidos por BHABHA, 2003), estaríamos dispostos a fazer dialogar nossas angústias, nossos sofrimentos, nossas alegrias e nossas criatividade. É preciso reconhecer que há movimentos reais que lutam por uma comunidade e por uma identidade, por um “direito de pertencer”, mesmo “na fronteira”; e apesar dos intensos processos de desterritorialização (que convergem a perspectiva de DELEUZE & GUATTARI, 1995 e 1996; com a de Milton SANTOS, 2000b). Há lutas pela constituição de territórios, sobretudo pela democratização e pela re-apropriação de territórios que foram expropriados pelas diversas ações de colonização e de exploração, observadas no decurso do processo histórico.

É nesta direção e é na direção de uma teoria crítica pós-moderna, militante e engajada, sem desfaçatez, que vamos buscar outros quadros de referenciação que não sejam apenas os do desmanche, e que podem muito bem nos ser fornecidos pelas diversas lutas que hoje operam em rede a produção de *outro mundo possível*; não universalmente e nem em termos totalizantes e absolutos, mas em termos contextualizados e multiculturais.

Contrariamente a uma perspectiva ufanistas que canta o reino da liberdade total, aqueles que estão fora das bem-sucedidas “classes tagarelas”, ainda lutam – apesar dos anúncios da extinção do espaço de lugar – por um pedaço de

chão que possam chamar de “seu”. Em que pese a órbita das virtualidades, ainda lutam para garantir condições materiais e objetivas, tangíveis, onde possam produzir as condições materiais de suas existências.

Esta é a direção do presente trabalho, desejoso de permanecer crítico, alinhado à possibilidade de numa pós-modernidade inquietante e oposicionista, em relação à vertente reconfortante ou resignada.

### **PRÉ-PÓS-TUDO-BOSSA-BAND<sup>5</sup>**

(Lenine/Zélia Duncan)

Todo mundo quer ser bacana  
 Álbuns, fotos, dicas pro fim de semana  
 Filmes, sebos, modas, cabelos  
 Cabeça-feita, receitas perfeitas  
 Descobertas geniais  
 Todo mundo acha que é novo  
 Tribos, gírias, grifes, adornos  
 Ritmos exóticos, viagens experimentais

Pré-pós-tudo-bossa-band  
 Mente que sempre muito bem  
 Pré-pós-tudo-bossa-band  
 Gosto que me enrosco em quem?  
 Pré-pós-tudo-bossa-band  
 Não sei, mas to dizendo amém

Todo mundo quer ser da hora  
 Tem nego sambando com o ego de fora  
 Caras, bocas, marcas estilos  
 O “ó” do bobó, o rei da cocada  
 A pedra fundamental  
 Todo mundo quer ser de novo o novo  
 O ovo de pé, o estouro  
 Ícones atlânticos  
 O dono da voz crucial

Pré-pós-tudo-bossa-band  
 Não vi, mas sinto que já vem  
 Pré-pós-tudo-bossa-band  
 Moderno, eu não te enxergo bem  
 Pré-pós-tudo-bossa-band  
 Tá cego, mas tá guiando alguém

---

<sup>5</sup> Do disco homônimo de Zélia Duncan, Universal Music, 2005.

## **CAPÍTULO III**

### **OS MODOS PRÓPRIOS DESTA PESQUISA**

(...) ao falarmos do futuro, mesmo que seja de um futuro que já nos sentimos a percorrer, o que dele dissermos é sempre o produto de uma síntese pessoal embebida na imaginação.

(Boaventura de Souza Santos, *Um discurso sobre as ciências*)

As questões apresentadas nos dois capítulos anteriores trataram da persistência, no interior das Universidades, de seus rituais de aceitação e de legitimação das proposições de pesquisa e dos modos de produção do conhecimento, em forma de “rituais de passagem” muito particulares – no caso do primeiro capítulo; e, no segundo capítulo, tratamos do quadro de desreferenciação que dificulta a própria proposição das questões e enunciados de uma pesquisa. As desconstruções do presente não nos oferecem apenas um enorme monturo, ou um conjunto otimizado de brechas; mas, acima de tudo um “terreno minado”, no qual não temos mais segurança para utilizar este ou aquele termo, este ou aquele referencial, este ou aquele conceito, instrumento ou método de pesquisa.

Independente disso (como se se tratasse de um automatismo) temos que apresentar os contornos de nossa pesquisa. Portanto, aqui estaremos discutindo e indicando, de dentro de nosso “estado de conflito”, um objeto de pesquisa, e uma forma de proceder em termos de sua realização. Tarefa também não tão fácil, já que, em termos da pesquisa acadêmica e dos seus métodos, por mais que se anunciem mil novidades, “vivemos ainda no século XIX”, como diria SANTOS (2003a, p. 13-14). Nesse âmbito, diz ele, o século XX ainda não começou, nem talvez comece antes de terminar; e o século XXI termine antes mesmo de começar.

Para o referido autor “é esta a ambigüidade e a complexidade da situação do tempo presente, um tempo de transição, síncrone com muita coisa que está além ou aquém dele, mas descompassado em relação a tudo o que o habita” (p. 15). É essa complexidade da situação presente que nos impõe o desafio de tecer os contornos da presente pesquisa.

E isto não se fará sem que também se assuma aqui um “estado de perplexidade”, pois que já “perdemos a confiança epistemológica!”. Instalou-se em nós uma sensação de perda irreparável, “tanto mais estranha quanto não sabemos ao certo o que estamos em vias de perder” (SANTOS, 2003a, p. 17); já nem sabemos “o que abundará em nós nessa abundância” (p. 18). Não temos mais tão claramente as condições de distinguir entre “as condições teóricas” e a nossa própria implicação no seio da crise na qual vivemos, nem as condições de pensá-la.

De todo modo, esta ambigüidade é, no mínimo, uma abertura importante, que nos incita a compor novos cenários, novos “quadros” fractais, sem a pretensão de arbitrar leis universais. Por isso esta pesquisa reivindica o direito de também se tecer de modo pouco preciso, tateante, rizomático! Não temos a pretensão de operar um rigor autêntico, no sentido do rigor da “ciência normal”: a experiência rigorosa reivindicada pela ciência moderna é irrealizável, pois, “exigiria um dispêndio infinito de atividades humanas” (SANTOS, 2003a, p. 55).

Partimos da premissa de que este rigor é mais complexo e mais complicado pelo fato de que os objetos com os quais lidamos agora têm fronteiras cada vez menos definidas. São constituídos por anéis que se entrecruzam a tal ponto que acabem sendo menos reais do que as relações existentes entre eles (SANTOS, 2003a, p. 56). Nesse quadro, nossas premissas epistemológicas nos permitem tirar proveito de tais novas possibilidades, mesmo que seja ainda a partir de uma atitude “desconfiada” da própria crise da ciência moderna e de todos os seus referenciais. Estamos cientes de que devemos evitar a fronteira do irracionalismo. Destarte, o número de desertores da implacável ordem moderna,

(...) não constitui um pântano cinzento de cepticismo ou de irracionalismo. É antes o retrato de uma família intelectual numerosa e instável, mas também criativa e fascinante, no momento de se despedir, com alguma dor, dos lugares conceituais, teóricos e epistemológicos, ancestrais e íntimos, mas não mais convincentes e securizantes; uma despedida em busca de uma vida melhor a caminho doutras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada (SANTOS, 2003a, p. 58).

Estamos situados no justo ponto da rachadura, o que justifica a pouca segurança e o sotaque vacilante e um tanto infantil que assumimos aqui. Estamos no meio da encruzilhada: o passado é um monte de escombros, mas a poeira que deles emana não nos permite vislumbrar muito bem a linha do horizonte.

### 3.1. *Filiações Epistemológicas*

Nosso “agenciamento” aqui é com as perspectivas emergentes, com as novas narrativas epistemológicas que estão amparadas no enorme guarda-chuva da “pós-modernidade”. Mas é vacilante! Ora estamos mais próximos da perspectiva “pós-estruturalista”, ora a contrariamos. Mas, nos dispomos, a princípio, tratar o real a partir daquilo que nele introduzimos, ou seja, nossa ação de “tratá-lo” é uma ação de produzi-lo; e não o conhecemos senão através de uma intervenção nele. Esta perspectiva, presente em SANTOS (2003a), também é integrante da perspectiva pós-estruturalista, pois, para esta,

(...) é impossível separar a descrição simbólica, lingüística da realidade – isto é, a teoria – de seus “efeitos de realidade”. A “teoria” não se limitaria, pois, a descobrir, a descrever, a explicar a realidade: a teoria estaria irremediavelmente implicada na sua produção. Ao descrever um “objeto”, a teoria, de certo modo, inventa-o. O objeto que a teoria supostamente descreve é, efetivamente, um produto de sua criação (SILVA, 1999, p. 11).

Heisenberg e Bohr (cf. SANTOS, 2003a, p. 43) demonstram que não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele, sem alterá-lo, e que o objeto que sai de um processo de medição, não é o mesmo que lá entrou. Acrescentamos que a teoria não apenas introduz alguma coisa nos objetos dos quais fala, e os produz; mas, por outro lado, ela é também produto destas realidades das quais “fala”, os objetos também as constituem. O olho que olha e toca, também é tocado pelo que é olhado.

Durante muitos anos vivemos a ilusão de um rigor que seria o justo resultado de uma operação de separação, de assepsia entre o sujeito (do pensamento) e o objeto (pensado). Esse foi o paradigma dominante que migrou das ciências naturais e exatas, para as ciências humanas, com enorme aptidão para a separação, a mensuração e para as operações matemáticas.

Deste lugar central da matemática na ciência moderna derivam duas conseqüências principais. Em primeiro lugar, conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições. As qualidades intrínsecas do objeto são, por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. Em segundo lugar, o método científico assenta na redução da complexidade. O mundo é complicado e a mente humana não o pode compreender completamente. Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou. (SANTOS, 2003a, p. 27-28).



SANTOS (2003a) afirma que as leis da ciência moderna são de um tipo que privilegia o “como funciona” das coisas e despreza o “agente” ou “o fim” das mesmas. Esta operação rompe, entre outras coisas, com o conhecimento do senso comum, pois, enquanto no senso comum e no conhecimento prático a causa e a intenção convivem sem problemas, na ciência moderna a determinação da causa formal obtém-se com a expulsão da intenção (p. 30). No mesmo movimento rompe-se também com a ética. Ocorre que, se isso pode ser sustentado em alguma vertente de ciência natural ou exata, ao contrário dos fenômenos naturais, o comportamento humano não pode ser descrito e muito menos explicado com base em suas características exteriores e objetiváveis (idem, p. 38), ou com base numa separação do sujeito que pensa daquilo que é pensado, e do resultado da ação do pensamento.

Foi esta tensão que produziu as condições de rompimento com o racionalismo e sua forma de conhecimento disjuntivo. E a abertura epistemológica mais importante neste sentido foi dada pela *Fenomenologia* de Husserl. No entanto,

(...) faz-se necessário pontuar que a fenomenologia não nasce como método, dentro da tradição prescritiva ou normativa, mas como uma das mais fortes e radicais críticas ao *ethos* científico moderno (MACEDO, 2000, 44)

A Fenomenologia parte do pressuposto – ao contrário daquilo que Macedo chama de tradição normativa – de que toda consciência é consciência de alguma coisa; todo objeto, coisa, conceito, *eido*, é objeto para uma consciência. Nesta direção, Lyotard, comentando a Fenomenologia, aponta que a consciência não pode ser pensada se lhe retiramos aquilo de que é consciência: “e nem se pode sequer dizer que seria, nesse caso, consciência de nada, porque este nada seria automaticamente o fenômeno de que seria consciência” (LYOTARD, 1999, p. 33).

Esta consciência é, antes de tudo, intencionalidade dada como experiência intersubjetiva atual; dada como relação do sujeito com a situação (de um sujeito profundamente embrenhado no mundo). Assim sendo, ao invés de extrair as circunstância em que se produz conhecimento, através de uma operação de assepsia em que se eliminaria a consciência, a Fenomenologia afirma que é preciso valorizar e incluir o modo como “eu conheço” o objeto, e como ele “é” para mim (o ponto de onde olho o ponto que olho; e o ponto em que o olhado arranha o olho que olha).

Nisto importaria, portanto, uma descrição detalhada (rigorosa em termos da implicação de quem descreve), passível de erro – o que deve ser compreensível, porque o erro “está implicado no próprio sentido da evidência com que a consciência constitui o verdadeiro” (LYOTARD, 1999, p. 41).

Para esta perspectiva, o *verdadeiro* “já não se funda em Deus, como em Descartes, nem nas condições *a priori* de possibilidades, como em Kant; funda-se no vivido imediato de uma evidência através da qual o homem e o mundo se encontram” em forma de presença (idem, p. 42). Este modo de encarar a produção da explicação do real constitui uma ciência como visão e experiência do/no mundo, exprimindo uma impossibilidade intrínseca de corte entre interior e exterior (é já a relação que confere sentido aos dois pólos que une), e onde o Eu puro não é nada isolado de seus correlatos, da esfera social e de seus estímulos; da história e da intersubjetividade imersa numa atualidade.

Um verdadeiro embrenhado na realidade da qual fala-e-funda; um verdadeiro que é, ao mesmo tempo, produto e produtor desta realidade. Mas, é também a expressão de uma “saída”, de uma “ultrapassagem”, de uma “suspensão” – uma vez que pensar a “caverna” (como em *A República*, de Platão), tematizá-la e relativizá-la, é, ao mesmo tempo, um instrumento e um ato de saída dela. Talvez seja este o aspecto perigoso do pensar, que emerge com a Fenomenologia, como sua ruptura mais significativa.

Interessa-nos reforçar a perspectiva de que é impossível fazer pesquisa, pensar, produzir conhecimento, sem se colocar como *presença* naquilo mesmo que se pesquisa e pensa. O pesquisador, como qualquer outro sujeito é, ao mesmo tempo, psicológico, sociológico e histórico. Não há a possibilidade de um Eu isento, considerado em si mesmo e separado do mundo de onde supostamente “extrai” seus objetos de pensamento.

Ele dá-se como *presença*, como consciência e como intencionalidade, entrelaçado em seus fluxos de vivências. Mas tais vivências no presente são tanto *noese* (um passado, um “já não”) e *noema* (um futuro, um “ainda não”), uma vez que a realidade humana, o *ser-aí* (*Dasein*), conforme Heidegger, não é apenas uma sucessão de *agoras*, estanques, esvaziando-se e se recompondo em cada um destes *agoras* (não é, em cada momento, uma intensidade = 0, um “corpo sem órgãos”).

Há uma historicidade e uma esfera social, abertas, que não se esgotam, respectivamente, na ciência histórica ou sociológica, e nem podem simplesmente serem esvaziadas numa simples operação.

Para a fenomenologia, a realidade é o compreendido, o interpretado e o comunicado. Não havendo uma só realidade, mas tantas quantas forem suas interpretações e comunicações, a realidade é *perspectival*. Ao colocar-se como tal, a fenomenologia invoca o caráter de provisoriade, mutabilidade e relatividade da verdade, por conseguinte, não há absolutidade de qualquer perspectiva (MACEDO, 2000, p. 47).

Para Macedo é preciso falar de uma fenomenologia que, ao conceber o real como “perspectival”, não cai na pregação de um vazio em termos de *a priori* perceptivo (MACEDO, 2000, p. 47). Nesse sentido, o fenomenólogo realiza um trabalho no qual o desvencilhamento implica um “abrir-se aos fenômenos”, em forma de suspensão (*époché*) dos conceitos prévios, mas, nem por isso se cultiva uma percepção ingênua de que o pesquisador não esteja prenhe de experiências prévias. Isso implica em aceitar que a percepção dos fenômenos é sempre um processo de co-percepção e co-participação; um compartilhar de compreensões, interpretações, comunicações, conflitos, etc., num processo de incessante interação simbólica e intersubjetiva, da/na qual se constituem as realidades humanas (Idem, p. 48).

O pesquisador, dessa forma, interroga sempre sujeitos contextualizados, e dirige-se para o mundo vivenciado destes sujeitos. Sua interrogação é a atitude básica, dirigida às pessoas e às suas relações comunicadas; e seu instrumento é a disposição para interpretar antes de tudo (idem, p. 49). Aqui jamais se poderia dizer: “não há nada a interpretar!”

Da perspectiva fenomenológica, os acontecimentos não podem ser considerados como fechados em si, enquanto realidades objetivas. Fazendo parte de sua própria temporalidade, a realidade é construção precária, provisória, fenomenal, enquanto percepção dos fenômenos percebidos pela consciência (MACEDO, 2000, p. 49).

Isso não quer dizer aprisionamento do outro na representação, mas uma forma de colocar de retornar a experiência à sua própria temporalidade, uma vez que os próprios sujeitos que entram em relação na produção do conhecimento, são históricos e sociais, originariamente e não por acidente. Lyotard afirma que a consciência intencionaliza o *isso* de que é consciência, seja segundo o modo do *já não*, ou segundo o modo do *ainda não*, sendo que ambos são modos de *presença*,

nos quais se partilha, inclusive, as significações das quais se constitui uma realidade sócio-histórica.

A partir da brecha aberta pela Fenomenologia, um conjunto novo de proposições e formas de pesquisar e constituir conhecimento da/na realidade humana surgiu, partindo da indicação de que “os fenômenos humanos e sociais são muito complexos e dinâmicos, o que torna quase impossível o estabelecimento de leis gerais como na física ou na biologia” (ANDRÉ, 1995: 16). Nesse caso, as indicações convergem na direção de que é necessário utilizar outros métodos de investigação e mesmo outros critérios epistemológicos, diferentes dos correntes nas ciências naturais: métodos qualitativos (ao invés de quantitativos) que possibilitem a obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, “em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético” (SANTOS, 2003a, p. 38-39).

Seguindo essa linha, nossa pesquisa não poderia estar pautada por princípios quantitativos “duros” ou por formas de conhecer que utilizam como critérios básicos a mensuração, a contagem, a estatística e os princípios seculares do positivismo e do racionalismo. Estamos cientes de que hoje a aproximação entre o quantitativo e o qualitativo é uma questão de perspectiva. Mas, ainda assim, concordamos com CERTEAU (1994, p. 16), quando afirma que a sondagem estatística só “acha” o que é homogêneo, e só reproduz o sistema a que pertence.

Neste sentido, seguindo a perspectiva fenomenológica, a presente pesquisa inclui o próprio pesquisador, sua intencionalidade, sua historicidade e sua imersão social, como qualidades e instrumentos de realização de seu trabalho como pesquisador e de constituição do processo de produção do conhecimento. Desta forma, vinculamos-nos às matrizes de *pesquisa qualitativa*, já consagradas pela sociologia e pela antropologia e originárias da concepção idealista-subjetivista, na qual estão presentes as idéias do interacionismo simbólico, da etnometodologia e da etnografia – todas ancoradas na Fenomenologia (ANDRÉ, 1995: 18).

Tais perspectivas de pesquisa constituem um novo paradigma não totalizador e nem homogêneo em termos de pesquisa. Elas formam o que SANTOS chama de *paradigma emergente nas ciências*, cujas premissas básicas são as seguintes (SANTOS, 2003<sup>a</sup>, p. 61-88):

- 1) todo o conhecimento científico-natural é científico-social;
- 2) todo o conhecimento é local e total;
- 3) todo conhecimento é autoconhecimento;

4) todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

Para ele tais premissas visam a superar os paradoxos da ciência moderna, que produz conhecimentos e desconhecimentos: faz do cientista um ignorante especializado, e do cidadão comum um ignorante generalizado (p. 88). Por isso os “paradigmas emergentes”, além de adotarem a legítima *presença* do pesquisador (sendo ele próprio também instrumento da sua pesquisa), já não se orientam pela monorreferencialidade, tanto em termos de suportes conceituais e teóricos, quanto em termos de instrumentos e procedimentos práticos de pesquisa.

A abordagem *multirreferencial* é adotada como procedimento legítimo, da mesma forma é legítima a utilização de diversos instrumentos e modos de proceder na pesquisa. Nas circunstâncias atuais isso se torna, inclusive, algo inevitável – uma vez que estamos lidando com questões que se expressam cada vez mais em suas redes de complexidade, e porque os “objetos” se apresentam a nós com mais intensidade em sua natureza fractal e suas fronteiras borradas. Porém, este viés não dispensa a atitude atenciosa, e a “*percepção sensibilizadora*” concernente ao que olhar, ao que ouvir, ao que apreender...” (MACEDO, 2000, p. 44).

### 3.2. O Tipo de Pesquisa

Nossa intenção inicial era proceder uma pesquisa nos termos daquilo que conhecemos como Pesquisa-Ação, à maneira de René BARBIER (2004), na qual há uma ação deliberada de transformação da realidade e possui um duplo objetivo: transformar a realidade e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos relativos a essas transformações (BARBIER, 2004, p. 17). Em tais pesquisas o pesquisador se insere numa dialética que articula constantemente a *implicação* e o *distanciamento*, a *afetividade* e a *racionalidade*, o *simbólico* e o *imaginário*, a *medição* e o *desafio*, a *autoformação* e a *heteroformação*, a *ciência* e a *arte* (idem, p.18). Esta foi a perspectiva de pesquisa que nos entusiasmou.

No entanto, no decorrer do exame da obra de BARBIER fomos levados a reconhecer que a perspectiva “aberta” da Pesquisa-Ação acaba se fechar em um sem-número de procedimentos predefinidos. Então evitamos fazer uma filiação deliberada à Pesquisa-Ação – um cuidado para não ser cobrado depois por algum

“desvio não autorizado” em relação a este tipo de pesquisa, ainda mais que há uma expressa advertência do próprio BARBIER: “O pesquisador não deve fazer irrefletidamente sua escolha, porque há riscos institucionais e pessoais, caso siga esse caminho” (2004, p. 33). Evitamos fazer uso de qualquer coisa que parecesse “patenteado” demais, e preferimos nomear nossa pesquisa como sendo apenas uma *pesquisa-em-ação*. Explicamo-nos: fazemos uso de várias recomendações e de instrumentos advindos da Pesquisa-Ação de Barbier, mas também nos valemos de contribuições advindas de outras fontes, ou instrumentos e procedimentos que foram simplesmente improvisados no decurso da pesquisa.

No capítulo 5º de *A Pesquisa-Ação*, Barbier estabelece os elementos que constituem o *método* em Pesquisa-Ação – não sem antes fazer a contextualização história e apresentar as devidas tipificações desta pesquisa (em que qualifica a sua Pesquisa-Ação como sendo predominantemente *existencial*). Em seu trabalho, um dos pressupostos que ele insiste em frisar (em várias passagens) é o de que uma Pesquisa-Ação não deve nascer da proposição um pesquisador. “Geralmente uma pesquisa-ação não é suscitada pelo pesquisador” (p. 119); mas de um grupo que tem um problema e pretende resolvê-lo e, para isso, recorre a um pesquisador profissional. “Este, preferencialmente, acolhe-a” (idem).

Ora, começamos por descumprir este pressuposto, pois a nossa pesquisa nasce de uma demanda inerente a um curso de doutoramento, cuja decisão de fazê-lo foi unicamente do pesquisador. Os problemas que a mobilizaram são, de fato, inquietações muito particulares do seu autor. . Objetivamente é uma pesquisa que está vinculada a compromissos institucionais do seu “titular”, e não nasce demandada por um grupo que tem um problema e precisa resolvê-lo. Ao invés de nascer de um grupo, ao contrário, as suas questões estão sendo oferecidas a um “grupo”. Pela mesma razão não estamos em condição de proceder a uma “escrita coletiva” do “relatório de pesquisa”; tampouco é possível ficar submetido à decisão do grupo sobre o encaminhamento do “resultado final” ou de sua publicação.

Também não estamos em condição de partilhar o título de doutoramento com o grupo, ao qual ela é oferecida (e do qual deveria decorrer): essa seria uma promessa impraticável. Não há, portanto, um “pesquisador coletivo” nos termos em que o coloca René Barbier. Essa “poesia” ficará para outra oportunidade. Há, no entanto, um “grupo focal” de interlocução, com o qual pode se viabilizar o “efeito de co-formação” (BARBIER, 2004, p. 123), mas a pesquisa não se limita a este o grupo.

Apesar destas considerações, partilhamos da idéia de *escuta sensível* e de muitos outros instrumentos propostos pela Pesquisa-Ação. Não apenas fazemos uso daquilo que Barbier nomeia de “técnicas da pesquisa-ação”, como também partilhamos do que ele chama de “*sociologia da esperança*”, que ampara a perspectiva da “mudança social”, como consta em sua obra.

Toda pesquisa-ação é singular e se define por uma situação precisa concernente a um lugar, a pessoas, a um tempo, a práticas e a valores sociais e à esperança de uma mudança possível. Por trás de toda pesquisa-ação, encontramos uma *sociologia da esperança* (BARBIER, 2004, p. 119).

O fato é que, se em boa medida fizemos Pesquisa-Ação, não quisemos radicalizar este uso, e nossa *pesquisa-em-ação* tornou-se híbrida de muitas outras contribuições. E aqui não se trata de fazer um inventário de pesquisa, com todos os seus contornos e distinções específicas, como se estivéssemos interessados em inventar um novo tipo. Não se trata disso, embora seja importante esclarecer sobre a singularidade dos procedimentos por nós adotados.

### 3.3. Princípios da Pesquisa

Antes de irmos aos instrumentos utilizados, lembramos os princípios constitutivos que amparam a Pesquisa-Ação, em particular, e a pesquisa qualitativa de modo geral, e que René Barbier atribui a Edgar Morin:

1. O *princípio dialógico*, do qual a vida é o maior exemplo, faz com que os inconciliáveis dialoguem numa lógica da complementaridade antagônica.
2. O *princípio de recursão organizacional* sustenta que o fenômeno complexo é simultaneamente produto e produtor de sua existência. Assim, a sociedade é produzida pelas interações entre os indivíduos, mas ela retroage sobre eles, ou seja, uma vez produzida, ela igualmente os produz.
3. O *princípio hologramático*, cuja perspectiva complexa afirma que o todo está no interior da parte, que está no interior do todo. Assim, o princípio de auto-eco-organização tem valor hologramático (BARBIER, 2004, p. 91).

Neste caso, e em respeito à postura fenomenológica de *suspensão*, ainda é preciso devolver os “objetos” às suas circunstâncias, às suas correlações complexas, e não apenas adotá-los como unidades estanques e isoladas, reféns dos instrumentos hegemônicos de nossa visão e de nossa escuta.

Ainda nos interessa advertir que uma pesquisa é um processo e, como tal, é sempre constituída de uma dinâmica preme de componentes ao mesmo tempo funcionais e imaginários, construídos pelo pesquisador, a partir de elementos interativos de uma realidade sempre aberta à mudança; ou seja, uma pesquisa é necessariamente inscrita no tempo e no espaço (BARBIER, 2004, p. 111). Uma pesquisa é ainda constituída daquilo que, segundo Barbier, Ardoino chama de *negatividade*, ou seja: a capacidade, real ou não, que as realidades humanas têm, pelo emprego de uma contra-estratégia, de frustrar todas as estratégias que visam englobá-las no desejo do outro (ibidem).

Por isso reforçamos a idéia de que a perspectiva da Pesquisa-Ação parte sempre de duas noções básicas, às quais os instrumentos de pesquisa estão submetidos, ou seja, a *implicação* e a *escuta sensível*. A *implicação* é um tipo de comprometimento radical, cuja dialética articula *implicação* e *distanciamento*; *afetividade* e *racionalidade*; *simbólico* e *imaginário*; *medição* e *desafio*; *autoformação* e *heteroformação*; *ciência* e *arte*, como já indicamos (BARBIER, 2004, p.18). No caso da minha particular implicação, ela decorre de um estar-junto que antecede o momento de proposição da presente pesquisa, conforme *Introdução* desta tese.

Quanto à *escuta sensível* ela se refere a um “escutar/ver” que, segundo BARBIER (2004, p. 94), toma de empréstimo a abordagem rogeriana em Ciências Humanas e pende para o lado de atitude meditativa no sentido oriental do termo. Caminha no sentido da *via negativa*, da teologia negativa de Mestre Eckhart, e dos filósofos orientais da não-dualidade.

O recurso prevê levar em conta que a prática humana “é portadora de uma infinidade de referências que ninguém, nem mesmo o sujeito, poderá esgotar em sua análise”, mas em relação às quais é preciso estar sensibilizado e dedicado; sobretudo porque “estamos todos presos à armadilha dos esquemas de percepções, de representações e de ações que nos chegam de nossa família, de nossa classe social e que nos arrastam a um conformismo social inconsciente”, ou aos preconceitos de toda espécie.

Neste caso, segundo o autor, a *escuta sensível* “recusa-se a ser uma obsessão sociológica” que fixa cada coisa em seu lugar e nega-lhe a abertura para outros modos de existência (idem, p. 95). Por isso ela deve partir da suspensão de todo julgamento, embora o pesquisador seja igualmente convocado a atribuir sentido



aos fatos. Este *atribuir sentido* é um capital que o pesquisador possui e deve também fazer uso, no devido momento de sua *presença meditativa* (idem, p. 97).

### 3.4. Objeto e contratualização da Pesquisa

Embora esta pesquisa não tenha decorrido um *problema* demandado por um, ela requer o estabelecimento de um *contrato* com um grupo-sujeito, momento no qual os problemas de pesquisa são “oferecidos” ao grupo, e a partir do qual é possível fazer o planejamento em espiral, previsto pela Pesquisa-Ação.

O momento de contratualização implica num esclarecimento acerca do objeto e dos objetivos da pesquisa. Ocorre que esta pesquisa, no entanto, não apresenta um *objeto* que se possa resumir numa pergunta – como geralmente somos orientados a proceder na constituição de nossos projetos. O seu objeto é a Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), o seu processo de auto-constituição e de proposição de uma “educação contextualizada” para o Semi-Árido Brasileiro (SAB), amparada na noção de “educação para a convivência com o SAB”. Poderíamos resumir que o seu problema é, portanto, a rede, seu processo constitutivo, o discurso que põe em circulação e os paradoxos implicados nela. Dentro desse núcleo, há um foco ainda mais preciso, que é o **discurso da educação contextualizada**, objeto direto da mobilização da rede e razão pela qual ela se estruturou. Teremos então como objetivo da pesquisa a **tematização crítica do discurso da educação contextualizada no semi-árido brasileiro, sustentado pela RESAB, e as questões, tensões e paradoxos implicados**.

Não tendo uma questão a responder – o que geralmente se espera de uma tese – ela tem apenas o que tematizar. Isso implica em haver **momentos de descrição**, de registro do processo; **momentos de sistematização** dos elementos que constituem o discurso da educação contextualizada; e outros **momentos dedicados à tematização crítica** dos paradoxos inerentes a tais processos.

Esta perspectiva nos abre a possibilidade de operar a produção de excedências em relação aos temas tratados, ou seja, momentos em que novos problemas e paradoxos serão produzidos e oferecidos. Isto porque há um ponto em que a própria elaboração conceitual pode estar a serviço da “mudança”, mas apenas

quando esta, ao interrogar sobre os problemas humanos, propõe novos problemas; produz um “excedente”, nos termos de NEGRI (2003).

Em seu livro “*Cinco lições sobre Império*”, quando aborda os modos de sua pesquisa para compor o livro *Império*, juntamente com Michael Hardt (NEGRI e HARDT, 2004), ele levanta a questão de que a pesquisa é um modo de produzir “excedente”, enquanto trabalho imaterial, intelectual. Esta é a contribuição que uma pesquisa pode dar na animação de um conjunto de ações das quais não apenas fala, mas as compõe, as provoca. Neste sentido, uma pesquisa não se desenvolve apenas para falar daquilo que a realidade da qual trata já se *tornou*, mas para potencializar o movimento de seu *devoir*.

Em relação ao contrato, ele se caracteriza como um contrato aberto com um grupo-sujeito, no caso aqui formado pelos membros da Secretaria Executiva da RESAB, mas este próprio grupo é também aberto. Parte das questões e dos “excedentes” presentes aqui tem a intenção de produzir um diálogo e uma co-formação junto ao grupo que assume as prerrogativas de animação e coordenação da rede, considerando que ele assume um papel estratégico na rede, sendo que o próprio movimento da mesma depende de suas ações.

Mas esta pesquisa também leva em consideração a minha própria implicação pessoal com o referido grupo-sujeito e com a rede como um todo, tendo sido, por esta razão, proposta ao grupo e por ele acatada. Este procedimento de contratualização deu-se em reunião na qual se tratou da presente pesquisa, a partir de uma apresentação de seu espectro básico.

Neste contrato assumimos o formato de “*pesquisa-em-ação*” na qual teríamos liberdade para nossos registros nos momentos em que estivéssemos desenvolvendo alguma ação na/para a rede. Além disso, ampliamos a perspectiva para abarcar outros registros, feitos antes do estabelecimento do contrato, quando ainda assumíamos algum tipo de “trabalho” em favor da rede. O contrato incluiu, portanto, além da possibilidade de utilização dos registros oficiais da rede, não produzidos por este pesquisador, ainda a existência de momentos de tematização das questões de pesquisa, com e no grupo, através da participação em encontros, reuniões, conferências, etc., até mesmo por dentro de trabalhos prestados à rede. Todos os momentos, no entanto, foram momentos de registros.

BARBIER (2005) afirma que “uma pesquisa-ação chega ao fim quando o problema inicial é resolvido, se é que pode realmente sê-lo” (p. 144). No nosso caso

– e esta é mais uma contrariedade à Pesquisa-Ação – não nos propomos a resolver nenhum problema. O presente trabalho registra, sistematiza, discute e provoca a problemática da RESAB, às vezes excedendo-a. Não constou nenhuma solução final para problema algum em nossa contratualização.

### 3.5. Instrumentos da Pesquisa

As considerações dos itens 3.3 e 3.4 constituem também “instrumentos” da pesquisa, na medida em que ajudam a balizar os procedimentos e os usos dos demais instrumentos. Quanto a estes, os que utilizamos são aqueles que em geral são utilizados na pesquisa qualitativa, na Etnografia, no Estudo de Caso e, inclusive, na Pesquisa-Ação: a **observação participante**, o **diário de bordo**, a **análise de documentos** e as **entrevistas**.

No caso da **observação participante** ela deve dizer respeito à implicação pela ação e ao registro ainda não codificado, não estruturado, em forma de anotações que dão valor ao que geralmente se perde no cotidiano como banal. Estas observações, na medida em que vão sendo anotadas em algum bloco de notas, dão origem ao *diário de bordo*, que, ainda em forma de um *diário rascunho*, constitui um registro da *itinerância* do pesquisador e de seu objeto. O *Diário de Bordo*, enquanto um *diário de itinerância* é, portanto, um instrumento complementar à observação. Conforme BARBIER (2004, p.135), “o diário de *itinerância* pode igualmente ser comparado ao diário de ‘bordo’ do etnólogo”.

A primeira expressão do **diário de bordo** é a forma *rascunho*, quando coisas muito diversas são nele anotadas (desde sensações, reações, sentimentos, poesias, descrição de situações e de imagens, a trechos de falas e discursos, etc.). E anotadas, muitas vezes, em suportes também muito variados (folhas de papel, pedaços de guardanapos ou papel higiênico, ou mesmo um bloco de anotações). Posteriormente tais anotações vão se tornando um *diário elaborado*, quando as anotações vão ordenadas e derivando novas questões e até algumas análises iniciais, ligações, conexões com conceitos e teorias, apontamentos de categorias, etc. O autor-ator (o pesquisador) vai, assim, constituindo um texto mais elaborado. Mas a fase crucial do diário é a fase *comentada*, quando um documento textual mais

elaborado assume as características da análise definitiva, por ser já mais fundamentada.

A *análise de documentos* nos permitiu juntar relatórios dispersos que registram o percurso de constituição da rede: relatórios, cartas de fundação e de princípios, comunicações oficiais, textos de projetos, etc. Em tais documentos é possível encontrar a densidade do discurso fundacional da rede e da “educação contextualizada”, e questões que povoaram essa constituição desde o início.

As *entrevistas* nos serviram para inquirir pessoas estratégicas que mantêm posições estratégicas na condução da rede, e são, de certo modo, os guardiões de seus princípios inaugurais (fundadores da discursividade da rede). Ou pessoas que estão em outra ponta do processo, mas lidando com os mesmos marcadores discursivos, e com prática filiadas à mesma perspectiva.

Foram basicamente estes instrumentos que utilizamos, sendo que o nosso diário, nas diversas fases, incorporou anotações advindas de **observações**, de **documentos** e de **entrevistas**. Vale observar que não fizemos anotações apenas em estado de participação, mas em situações muito diversas. Da mesma forma não acessamos apenas documentos oficiais, mas os marginais, banais, que também dizem respeito ao *ethos* da nossa problemática.

#### **QUADRO 1: MOVIMENTO “DENTRO-FORA” DO PESQUISADOR**

<b>MOVIMENTO “DENTRO-FORA” DO PESQUISADOR</b>
<p><b>Fontes de Dados</b>            Anotações/ registros            Documentos oficiais            Documentos marginais            Falas, entrevistas, opiniões            Anotações excedentes</p>
<p><b>Diário de Bordo</b>            Diário rascunho: anotações itinerantes em observação e excedentes            Diário elaborado: extração de categorias (de problemas e dificuldades)            Diário comentado: produção da análise (individual/ coletiva/ reflexiva)</p>
<p><b>O Grupo Sujeito</b>            Grupo-alvo: membros da RESAB/ Grupo Gestor            Grupo-estafa: Secretaria Executiva da RESAB</p>
<p>Teorização: triangulação/ produção do EXCEDENTE em termos de análise</p>

### 3.6. A constituição de um corpus

O *corpus* aqui, com base no QUADRO 1, se refere aos dados, ou ao tipo de material que juntamos na pesquisa. Ele também reflete o grau de complexidade da realidade focalizada e da forma como nela nos inserimos para constituir os dados. Os dados desse *corpus* se constituem de quatro tipos, cada um relativo aos instrumentos que utilizamos, ou seja: a) dados de observações participantes/ anotações/ diário de bordo; b) dados de documentos oficiais e marginais da RESAB; c) dados extraídos de entrevistas realizadas; d) dados excedentes (constituídos de recortes de notícias de jornais ou de publicações na internet, comentários banais flagrados em situações diversas, etc.).

#### 3.6.A. Dados de observações / anotações /diário de bordo.

Desde 2002 (e mesmo antes), quando assumi a função de coordenador da RESAB (função que deixei no final deste mesmo ano, mas cuja relação com a Secretaria Executiva da rede se estendeu até o final de 2003), viajei para participar de reuniões, assembléias, seminários, conferências, etc. Somente no ano de 2002, enquanto durou a minha permanência como coordenador da RESAB (cujo trabalho começou efetivamente em abril, com a realização de uma assembléia regional), nos dedicamos a viajar aos Estados que constituem a região semi-árida do Brasil, para mobilizar grupos em prol da constituição da rede.

A partir de maio começamos as visitas pelo Estado do Ceará, seguido da Bahia, Piauí, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Ao todo realizamos 18 (dezoito) reuniões: 2 (duas) no Ceará, 5 (cinco) na Bahia, 4 (quatro) no Piauí, 3 (três) em Minas Gerais, 2 (duas) em Alagoas, 1 (uma) em Pernambuco, e 1 (uma) na Paraíba. Estas reuniões eram realizadas geralmente com amparo da ASA (Articulação no Semi-Árido Brasileiro) – que atualmente coordena o P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas Rurais) e o P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas) –, e de outras instituições, conforme a articulação em cada estado, e que contava na maior parte com órgãos dos movimentos sociais e da sociedade civil.

Além destas reuniões nos Estados, participei de várias outras com as pessoas que constituem o Grupo Gestor da rede e da Secretaria Executiva (antes

mesmo do contrato da pesquisa), e outras com os parceiros que garantiam a viabilidade financeira do trabalho. Ainda participei de 5 (cinco) Conferências Estaduais da RESAB: no Ceará, no Piauí e na Bahia, respectivamente, em 2003. Na Paraíba em 2004, e em Alagoas em 2006. Além disso, fiz assessoria à equipe que esteve ocupada em organizar a proposta de livro didático contextualizado para o SAB, quando pude participar, além das reuniões com a equipe, dos dois seminários organizados especificamente para tratar do tema, nos quais a minha própria fala (juntamente com as demais) foi gravada e virou documento oficial do grupo. Em todas estas situações fiz observações e anotações, algumas delas feitas em circunstâncias de amplo debate nas quais estive ativamente implicado.

Ainda há anotações feitas em eventos dos quais participei “em nome da RESAB”, ou seja, nos quais recebi a chancela, da parte da Secretaria Executiva, de estar presente como representante da rede. Um caso particular é, aqui, a participação em reuniões do Grupo de Trabalho (GT) de Educação do Campo do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do GT Permanente de Educação do Campo do MEC, vinculado à Coordenação de Educação do Campo, existente na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Um conjunto especial de anotações e documentos decorreu dessas participações. Outro conjunto importante adveio da Conferência Nacional da RESAB, ocorrida entre 17 e 20 de maio de 2006, na qual fiz a palestra de abertura.

### **3.6.B. Dados de documentos oficiais e marginais da RESAB**

Os documentos oficiais da RESAB são basicamente os seus relatórios, de reuniões, seminários, conferências, e outros que emanam destes eventos, como o Protocolo de Compromissos que a instituiu e a Carta de Princípios da rede. Rascunhos de textos, livros, discursos, registros nos relatórios de suas reuniões, além dos textos de suas publicações. Quanto aos documentos marginais esses tanto podem ser textos de mensagens trocadas entre membros e coisas do gênero, como podem ser bilhetes, anotações e rascunhos desprezados pela sistematização oficial, etc. Desde que contenha algum conteúdo relativo ao nosso objeto.

### 3.6.C. Dados extraídos de entrevistas realizadas

As entrevistas realizadas não constituíram o instrumento forte desta pesquisa. Em algumas situações achamos importante realizar entrevistas abertas com algumas pessoas consideradas importantes dentro da RESA, porém sem burocratizar os critérios dessa escolha ou das questões envolvidas nas entrevistas, podendo estas variarem desde aquelas relativas à visão particular do entrevistado em relação à “educação contextualizada” ou à “educação do campo”, até questões ligadas às próprias experiências pessoais.

### 3.6.D. Dados excedentes

Os dados excedentes são os que constituem anotações feitas em situações banais, que à primeira vista nenhuma relação teriam com a RESAB e com o seu trabalho – e, portanto, extrapolam uma relação direta – mas trazem novas questões para a própria tematização da rede: são fotos, anotações de viagens, comentários feitos em acontecimentos públicos, festas públicas, salas de cinema, etc. O leitor saberá da importância destas informações quando elas tingirem o texto.

## 3.7. O recurso à triangulação

Em nossa pesquisa, interessada em produzir um “excedente” em termos de tematização das questões com as quais está implicada, adotamos uma perspectiva *heurística, descritiva, particularística e indutiva*, do ponto de vista das conexões teóricas estabelecidas. Neste caso, adotamos uma atitude de *reflexão indutiva*, a fim de criar desde as categorias de análise, até as articulações entre elas e suas propriedades.

Para não perder de vista o rigor fenomenológico, cuidamos de operar triangulações que consideramos necessárias. Estas triangulações são de dois tipos complementares: a) uma *triangulação dos dados* – em que estabelecemos cruzamentos e relações entre os registros de observação os registros textuais constantes em documentos oficiais e marginais da RESAB, e trechos da entrevistas; b) uma *triangulação das bases teóricas* que amparam as análises, fazendo com que

sejam aproximadas referências que não têm obrigação de estar próximas. A triangulação, muitas vezes, além de fazer uma base conceitual dialogar com outra, também pretende fazer as situações dialogarem umas com as outras. No fundo é um trabalho de *indução teórica* amparada pelos dados que fomos priorizando. Não há como defender aqui alguma neutralidade, pois tais induções são o que fundam nossa intencionalidade. É com estes recursos que tecemos nossas análises.

### *3.8. O que pode exceder*

Esta pesquisa tece-se numa rede de circunstâncias complexas, e sua intenção é extrapolar lugares comuns com os quais estamos habituados a lidar. Um desses lugares comuns, inerente mesmo à premissa de que devemos partir sempre do local. Necessariamente esta premissa não precisa converter-se em profissão de fé. O local mantém complexas relações com o global (relação parte-todo). Assim, em algumas ocasiões é o global (não confundido com o universalismo da razão moderna) que pode nos ajudar a compreender certas configurações locais. Neste caso, é importante fazer o movimento local-global, sem torná-los pólos opostos, sem reduzi-los a uma dicotomia envelhecida.

Em algumas de nossas análises, é preciso considerar um conjunto de verticalidades que já compõem as configurações das horizontalidades locais. Então, o recurso de “partir do global”, em certas situações não pode ser descartado, como se estivéssemos presos a uma espécie de dogma do local. A analogia a que recorreremos aqui é a de que, para percebermos a caverna, é também importante sair dela, operar certo distanciamento dela, mesmo que esse movimento seja apenas em termos imaginários. Mas como afirmamos no início deste capítulo, tematizar a caverna tanto supõe uma necessidade de sair dela, como já é um modo de dela sair. Uma pesquisa, uma ação, um ato educativo só têm sentido se nos tirarem do lugar onde estamos; se não se resumirem a uma confirmação do lugar aonde chegamos, mas se, sobretudo, nos colocarem em movimento em direção a um “novo lugar”. Esta é nossa intenção de excedência.



## **SEGUNDA PARTE**

### **TECENDO REDES: A RESAB E SUAS CONEXÕES COMPLEXAS**

## CAPÍTULO IV

### RE-CONFIGURANDO REDES

Nossa tarefa daqui em diante é mapear um pouco a constituição da RESAB, enquanto rede, tecida aos poucos, fio a fio, conexão a conexão. Vamos mapear o seu trabalho de construção das possibilidades de um currículo escolar contextualizado no Semi-Árido Brasileiro; e a possibilidade de haver currículos contextualizados também em outros contextos, levando em consideração aquilo que os atores e autores, atrizes e autoras estão a constituir nos quatro cantos do Brasil, a partir de suas condições de produção diária da existência, interagindo com seus diversos ecossistêmicos sócio-ambientais.

Antes de entrar em tal discussão, vamos “conectar” esta rede e a sua constituição a outros fluxos mais amplos. Nossa estratégia aqui é partir do geral em direção ao particular – aliás, uma estratégia que se coloca numa outra perspectiva, diferente daquela que a própria RESAB tem adotado, preferindo partir sempre do particular para o geral.

No entanto, nosso movimento vai de um ponto a outro, sem fixar um procedimento como sendo o mais razoável. A circunstância definirá a estratégia de abordagem mais pertinente: se do geral para o particular, ou se ao contrário.

Porém, agora vamos partir de algo mais amplo, situado no plano conceitual, e antes de entrar na especificidade da tessitura da RESAB, vamos percorrer uma discussão sobre *rede, conectividade, interoperabilidade*.

Estamos postergando os dados mais específicos sobre a RESAB e seu trabalho, mas faz-se necessário explorar um pouco mais o campo conceitual em torno da noção de rede, para ampliar a sua própria configuração, dar sentido à própria RESAB e permitir que dentro de tal noção caibam outros elementos e outras redes, de diversas matizes.

#### 4.1. Problematizando a noção de Rede

##### TECENDO A MANHÃ

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
 ele precisará sempre de outros galos.  
 De um que apanhe esse grito que ele  
 e o lance a outro; de um outro galo  
 que apanhe o grito que um galo antes  
 e o lance a outro; e de outros galos  
 que com muitos outros galos se cruzem  
 os fios de sol de seus gritos de galo,  
 para que a manhã, desde uma teia tênue,  
 se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos  
 se erguendo tenda, onde entrem todos,  
 se entretendendo para todos, no toldo  
 (a manhã) que plana livre de armação.  
 A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
 que, tecido, se eleva por si: luz balão.

(João Cabral de Mello Neto)

Embora no poema acima, “Tecendo a Manhã”, do poeta João Cabral de Mello Neto, a palavra rede não se encontre, de fato é de uma rede que ele nos fala. A vida se faz em redes (não apenas pelas “redes de dormir”, tão comuns entre os sertanejos): redes de consumo (como as que impulsionaram as Grandes Navegações e a “descoberta” dos novos mundos), redes sanguíneas e de parentesco, redes de compromissos e práticas tradicionais...

O pensamento também se faz em redes, e neste sentido Mirian Celeste MARTINS (1997), nos diz:

Frente à tarefa de escrever este texto meu pensamento pula de conceito para conceito, de autor para autor, de faltas percebidas claramente para certezas nebulosas. Abro muitos livros, em marcas já antigas. Busco textos escritos por mim, com a certeza de que já havia pensado/escrito sob determinado aspecto, mas leio apenas indícios de que o tema já me preocupava anteriormente (p.21).

Este é um movimento do pensar, mas é também um movimento da vida que todos nós fazemos, não apenas quando nos pomos à tarefa da escritura, mas quando no colocamos na marcha da própria vida.

Em particular, o conhecimento é sempre uma tessitura. MARTINS vai nos indicando como a idéia que o *conhecimento* é algo que “é”, que “existe” e que, aos poucos, vamos “tomando posse” dele, está sendo desbancada pela idéia de que o

*conhecimento* é algo que construímos por percursos muito diferenciados, ou seja, o conhecimento não está pronto e ponto; ele está em construção sempre, e nesse processo ele é constituído de pedaços de muitas coisas, cuja teia é singularizada por cada construtor do conhecimento; e ele é, no final, um traçado que inventamos, ligando fiapos de conceitos, fragmentos de teorias, leituras e anotações; rascunhos e idéias que abandonamos, outras nas quais esbarramos e recuamos...

Como a vida, o conhecimento é também atravessado por convenções e por “precipitações de acontecimentos”, que cruzam os trajetos que convencionamos traçar, por força da própria vida tecendo seus percursos e se fazendo em suas teias.

Digamos que a construção da RESAB – mas especialmente a construção de um “pensar” sobre a RESAB e o seu trabalho – é esta arte de criar outras redes de sentido. Por isso, vamos anteceder à descrição do percurso de constituição da RESAB e do seu trabalho, uma abordagem sobre o que estamos chamando de rede; sobre o que se tem dito a respeito da interação em rede, ou da forma como a palavra *rede* hoje povoa uma vasta literatura relativa aos “novos” modos de organização dos “novos” movimentos sociais.

Evidentemente que para ser coerente como os próprios modos recentes da organização da vida, nesta sociedade cruzada de tantas indefinições e incertezas – como já apontamos nos capítulos anteriores (especialmente no segundo capítulo) – a palavra *rede* já vem crivada de um conjunto de mudanças conceituais e práticas, sobre as atuais características organizacionais da sociedade e dos próprios movimentos sociais.

Atualmente existe uma espécie de ufanismo em relação às novas tecnologias, como se estas, finalmente, fossem redimir nossa vã existência, crivada de tantas contradições. Alguns/mas – como já dissemos – se arvoram a afirmações vibrantes de que estamos, enfim, vivendo uma democracia planetária, uma democracia eletrônica, uma *cyberdemocracia* e uma *cybercidadania*, como hoje apontam muitos autores e pesquisadores. Os mais empolgados vibram com a suposta dissolução do espaço de lugar a partir da chegada das tecnologias sem fio (wi-fi), e com a virtualização da vida, como é o caso de LEMOS (2003), entre outros, como foi discutido no segundo capítulo.

Mas é importante considerar que as redes sociais ou de movimentos sociais nascem antes (e muitas vezes distantes) destes deslumbramentos com a tecnologia eletrônica. A rede é, antes, uma mobilização de disposições, de lutas que

vão se conectando. A rede eletrônica das tecnologias digitais e da informática é apenas uma realidade, ou parte da realidade das redes que intensifica o ritmo das conexões e diversifica seus formatos. Portanto, é evidente e insofismável que aquilo que nomeamos como “novas tecnologias da informação e da comunicação” constitui os novos processos de organização da sociedade e da própria luta popular e de suas interações. Mas a complexidade e as dinâmicas destas interações não podem ser reduzidas aos “meios” – apesar da assertiva de McLUHAN (2003) de que “o meio é a mensagem”.

Em escritos reunidos sobre esta temática, LEON, BURCH e TAMAYO (2001), discutem os *Movimentos Sociais em Rede* e consideram o papel das “novas tecnologias”, particularmente da Internet, compondo os novos mapas e modos organizacionais dos movimentos sociais. No entanto, além de destacarem a importância dos novos meios tecnológicos, eles destacam também a força organizativa dos próprios movimentos sociais, cuja integração ou a “congregação” é movida antes por lemas e bandeiras comuns, como o lema “*um outro mundo é possível*”, vinculado ao “movimento *altermundista*”, que faz acontecerem os Fóruns Sociais Mundiais, iniciados em Porto Alegre, RS, Brasil, em 2001.

Redes há muitas e com diversificados propósitos, mas aquilo que caracteriza os “movimentos sociais em rede”, não é apenas o uso da tecnologia, mas é antes a adoção de valores comuns, partilhados, pelos quais tais movimentos se põem em ação e em comunicação: em “movimento” e em rede.

As redes ligam sujeitos e instituições diversas, que atuam em âmbitos também diferenciados, desde a formação técnica de pequenos agricultores com base em “tecnologias apropriadas”, até as ações no campo dos direitos humanos (erradicação do trabalho escravo e exploração do trabalho infantil, direitos das crianças e adolescentes, das mulheres, ou dos grupos minoritários, etc.), vinculando tais ações à perspectiva da construção de “um outro mundo possível”, ou não.

Tais ações e articulações não se dão necessariamente intermediadas pelos “novos” aparatos tecnológicos – a não ser que consideremos a expansão dos usos destes “novos” meios para todos os âmbitos da vida. Mas as articulações dos movimentos sociais em torno de causas e pautas comuns podem contar com variados outros instrumentos, entre eles, claro, os “novos meios eletrônicos”. Outros arranjos considerados ultrapassados, como o telefone, o fax, o aviso no programa

de rádio, o boletim impresso, o recado por portador, etc. ainda são bastante utilizados na realização de uma comunicação “em rede”.

Neste caso, a existência de redes – entendidas como o tipo de comunicação, de “conexão”, que permite um trabalho colaborativo entre variados atores sociais, individuais e coletivos, em torno de causas convergentes – não é algo que está restrito ao surgimento das chamadas NTIC’s, que em geral deixam de fora do “novo” as “velhas” tecnologias analógicas. As redes são antes os modos de “articulação”, que muitas vezes até prescindem do aparato jurídico-formal. Nesse sentido, a rede não é o complexo de aparatos, mas o complexo das articulações.

Enquanto “complexo de articulações”, uma rede ganha materialidade pelos resultados produzidos, mas em si mesma ela pode não ser uma materialidade. Ela possui pontos de ancoragem, embora por ser uma espécie de imaterialidade, ela é também um não-lugar. Como os cantos de galo que levantam a manhã, uma rede é o que liga, vincula, conecta. É, por fim, um espaço de fluxos: “onde entrem todos”.

Essas novas palavras são geralmente utilizadas quando estão em questão modos de comunicação mediados pelas tecnologias informáticas – aliás, esta idéia de “não lugar” ou de “espaço de fluxos” é própria das análises relativas o mundo da era informática e digital, da *cybercultura*, etc. Mas, levando em conta que as “articulações”, as redes são anteriores a esta realidade, reivindicamos o direito falar de “espaço de fluxos” e de “não-lugar”, em realidades em que não há a interação informática, mas há de fato *rede e interação*.

Parece ser nesta direção que Manuel CASTELLS (1999) nos aponta em *A Sociedade em Rede*. Ele traz uma definição curiosa e ampla do que é uma rede.

Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede de fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia. São campos de coca e de papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro, na rede do tráfico de drogas que invade as economias, sociedades e Estados no mundo inteiro. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação (CASTELLS, 1999, p. 498).

Embora grande parte dos “tipos” de rede dos quais Castells fala envolva o uso das chamadas “novas tecnologias”, há ainda um grande número delas que prescindem deste uso. Certamente a rede internacional do narcotráfico (os campos de coca, laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras que formam a rede do tráfico de drogas que invade as economias, sociedades e Estados no mundo inteiro) não precisou esperar o surgimento da Internet ou da conectividade “sem fio” para que se estruturassem e operassem. E certamente nem operam majoritariamente por meio destes “novos” meios (exceto o uso da telefonia celular). O fato é que esta rede é outra e não pode ser reduzida ao uso que faz (ou não) das tecnologias da comunicação informática. Usá-las é apenas um detalhe, por mais importante que sejam nos dias de hoje. Está claro que uma rede se compõe de outros elementos, além do instrumental tecnológico no qual se apóia – e são exatamente estes outros elementos que definem uma “conectividade” entre diversos sujeitos e grupos implicados numa rede, independentemente de utilizarem computadores, motocicletas ou jumentos.

Em geral somos levados a analisar apenas os elementos informáticos, movidos por uma espécie de ufanismo que mais cega do que ilumina. O fato de a sociedade funcionar cada vez mais em redes – de acordo com Manuel CASTELLS (1999) – esse fato não nasce com as “novas tecnologias” e, portanto, as redes não são uma qualidade apenas do presente tecnológico. No passado também existiram complexas redes de intercâmbio, desde as de parentesco, passando pelas redes de escambo e comércio, de trocas materiais e simbólicas; até as redes de práticas marginais, formadas de foras-da-lei e utópicos, presentes em todas as fases históricas de nossa imperfeita humanidade. Nesta direção Hakin BEY (2004) começa suas anotações sobre TAZ (Zona Autônoma Temporária):

Os piratas e corsários do século XVIII montaram uma “rede de informações” que se estendia sobre o globo. Mesmo sendo primitiva e voltada basicamente para negócios cruéis, a rede funcionava de forma admirável. Era formada por ilhas, esconderijos remotos onde os nativos podiam ser abastecidos com água e comida, e os resultados das pilhagens eram trocados por artigos de luxo e de necessidade. Algumas dessas ilhas hospedavam “comunidades intencionais”, mini-sociedades que conscientemente viviam fora da lei e estavam determinadas a continuar assim, ainda que por uma temporada curta, mas alegre (p.11).

É nesta direção que pretendemos re-animar o termo *rede*, com outros ingredientes além daqueles que dizem respeito somente às “novas tecnologias”.

## 4.2. Metáforas do social na conectividade informática

### CONEXÕES

A vida anda assim encruzilhada  
 (não seria em cruzilhada?).  
 Fluxos rodopiando nos fios do cerebelo,  
 Ouriçando rimas, enzimas...  
 Nos derivando nas conexões:  
 Um dia ali, alegre,  
 Outro além, nem tanto.  
 Sem exatas equações.

Há uma diferença relativa aos dias de hoje que vem sendo cada vez mais apontada: por um lado, a informática (principalmente a Internet) modificou os modos de interação com profundos impactos em termos da relação tempo-espço, e em termos de velocidade e amplitude das conexões. Por outro lado, a própria sociedade ao se alterar, modificou também as formas de sua auto-tradução – e ambas as mudanças indicam que temos perdido em hierarquia e ganhado em horizontalidade.

Algumas pessoas se assustariam ao encontrar aqui, nas referências a Castells, a menção à rede internacional do tráfico de drogas. Certamente é um exemplo estranho. Mas há outros exemplos igualmente estranhos: a propagação de vírus na rede mundial de computadores (Internet), e a própria propagação mundial do vírus da AIDS. São apenas imagens fortes para denotar formas de proliferação sem controle; formas de contaminação às quais a sociedade atual se entregou. Mas, estas formas de proliferação e de contaminação, estão muito além da propagação do vírus HIV ou de outras espécies biológicas ou informáticas.

De fato, a sociedade se transmutou ao se virtualizar – e, neste sentido, não foi a informática que se desenvolveu primeiro para mudar a sociedade posteriormente, senão a própria sociedade que em sua dinâmica histórica fez emergir em seu seio a realidade informática. Ambas se desenvolvem conjuntamente (senão vamos ficar no velho e banal dilema de quem veio primeiro, se o ovo ou a galinha), embora valha para este caso a síntese de McLuhan, de que os homens criam as ferramentas e estas recriam o homem.

Esta realidade permite-nos pensar o mundo de maneiras bem diferentes, a partir de emblemas como os de *sociedade da informação*, *sociedade do conhecimento*, *sociedade da aprendizagem*, etc., que emergem de análises das chamadas “tecnologias da inteligência”, como as que Pierre Lévy dispõe em suas



obras, particularmente em *As Tecnologias da Inteligência* (LÉVY, 1993). Nesta, ele considera as redes – especialmente aquelas suportadas nas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) – constituídas de hipertextos, estruturados em torno de seis princípios fundamentais (p. 25-26).

O primeiro dos seis é o *princípio de metamorfose*, ou seja, uma rede está em constante construção e renegociação, podendo permanecer estável por algum tempo, como fruto de um trabalho, mas sua extensão, sua composição e seu desenho, lhe confirmam um destino de mudança constante. Aquilo que por ela circula lhe atribui novas propriedades constantemente e, por isto, a rede estará sempre mudando. Uma rede nunca é: ela sempre *está sendo*.

O segundo é o *princípio de heterogeneidade*. Isto quer dizer que as ligações, ou seja, os nós e as conexões (das quais nos fala também Manuel Castells) são articulações de natureza heterogênea. Podem ser imagens, sons, palavras, sensações, modelos, idéias, pautas, etc., as conexões se realizarão e se farão motivadas por estes diversos elementos, dispostos e em contato com pessoas, grupos, artefatos, tipos de associação, forças e interesses variados. Certamente algumas redes procurarão definir um “ambiente” de interesses, mas assim mesmo sua natureza será sempre heterogênea.

O terceiro dos princípios é o *princípio de multiplicidade e de encaixe das escalas*, ou seja, uma rede (um hipertexto) sempre se organiza de modo “fractal”, quer dizer, qualquer nó ou qualquer conexão pode ser composto de outra rede; pode se ligar a outra rede, e assim por diante, indefinidamente, e seus efeitos podem se propagar nestas várias escalas e redes conectadas. Assim, um “ruído” ou uma interpretação errada de uma vírgula em um texto pode repercutir na vida de milhões de pessoas nas escalas atingidas pela rede.

O quarto princípio é o *princípio de exterioridade*. Ele indica que uma rede não possui unidade orgânica, nem motor interno. Seu crescimento e sua diminuição, sua composição e sua recomposição permanente dependem sempre de um exterior indeterminado: depende da adição de novos elementos, de novos membros, de novas conexões estabelecidas especialmente com outras redes; depende desta excitação dos seus terminais. Depende desta alimentação entre parceiros e interessados; da busca de realização de objetivos compartilhados e constantemente renovados.

O quinto princípio é o *princípio de topologia*, que indica que nas redes tudo funciona por proximidade, por vizinhança, pela fricção de fronteiras. O curso dos acontecimentos é uma questão de topologia, de caminhos, de comunicação entre caminhos. Como diz LÉVY (1993, p. 26), “não há espaço universal homogêneo onde haja forças de ligação e separação, onde as mensagens poderiam circular livremente”. Tudo que se move e se desloca o faz na rede e, ao fazê-lo, vai também lhe acrescentando, lhe modificando, enfrentando suas resistências e produzindo novas excitações, novas “saídas”; mas o faz pela fricção de fronteiras.

Essa fricção de fronteiras nos lembra que há nas redes a disposição de interesses, a ligação identitária de variadas naturezas. Para o autor não é a rede que está no espaço; ela é o próprio espaço no qual tal mobilidade acontece, se expande ou se encolhe, estabelecendo e modificando seus próprios algoritmos de conectividade.

O sexto e último princípio é o *princípio de mobilidade dos centros*, ou seja, a rede não tem um centro; ela está fadada a ter permanentemente diversos centros, ou a ter centros móveis. Estes centros,

(...) são como pontas luminosas perpetuamente móveis, saltando de um nó a outro, trazendo ao redor de si uma ramificação infinita de pequenas raízes, de rizomas, finas linhas brancas esboçando por um instante um mapa qualquer com detalhes delicados, e depois correndo para desenhar mais à frente outras paisagens do sentido (LÉVY, 1993, p. 26).

LÉVY nos fornece uma bela metáfora para entendermos o que é uma rede, e a disposição de seus centros. O entanto, a complexidade desta imagem oferecida pelo referido autor pode nos deixar um tanto “desnorteados” (e sequer existe, na metáfora da rede, uma idéia de *norte*). Na verdade esta “tontura” é sempre maior quanto mais estivermos acostumados ao pragmatismo linear, destes que têm que caber em um organograma no qual não há lugar para questões com este nível de complexidade, especialmente se esta complexidade for de natureza teórico-conceitual. Há muitas redes cuja pragmática de suas interações se constitui como “práticas sem discurso”, as quais não exercitam tematizações complexas sobre seu próprio fazer-se. Essa afeição pela prática teórica ou conceitual é algo que compõe melhor a “economia do saber acadêmico”. Fora das academias muitos sujeitos levam suas vidas e suas lutas sem carecer da resolução de dilemas conceituais, como aqueles que nos mobilizam no interior das universidades.

Mas, vamos adiante! O desenho que LÉVY nos aponta para caracterizar um diagrama de rede cujos centros se movem, é também um desenho em que estes centros são geralmente disputados; podem ser estrategicamente assegurados em certos pontos, mas, talvez, as disputas os fazem se moverem sempre.

Tal desenho serve para muitas realidades, sobretudo está muito de acordo com o momento atual em que vivemos. Como já expusemos no capítulo segundo, o *pós-modernismo*, ávido por livrar-se das “durezas” modernas, converte-se *modernidade líquida* (BAUMAN, 2001 e 2003a) e consolida um tempo em que as coisas e as relações adquirem um sentido escorregadio, deslizante, líquido mesmo, e vão para onde a situação pender. O próprio LÉVY, em *Cibercultura* (1999), utiliza os termos *inundação* e *dilúvio* para caracterizar a nossa era que, inclusive, continua escapando a uma classificação.

Embora teóricos como LIPOVETSKY & CHARLES (2004) prefiram chamar nossos tempos de *tempos hipermodernos*, esta *hipermodernidade* não é, no entanto, no sentido de voltar “endurecer”; de devolver uma dureza perdida como se ela fosse um paraíso a ser recuperado. Pelo contrário, é no sentido de exigir mais mobilidade, mais flexibilidade e mais *resiliência* – sendo esta a nova palavra da moda no mundo dos negócios, exigindo que suportemos sermos dobrados, encolhidos e esticados, conforme a circunstância exigir, sem que percamos nossa capacidade de nos recompormos em seguida, sem nunca nos quebrarmos ou perdermos nossa “elasticidade”. Eis a sociedade atual, virtualizada e cruzada destas metáforas do amolecimento – através das quais podemos falar de proliferação, contaminação, etc.

Tais características situam-se em um plano em que não é mais o do bem ou o do mal, mas tais formatos se constituem, servem a e se sevem de uma nervura mais complexa, que não permite uma simples bipolaridade dos seus termos. Assim também são as redes, em termos de seus desenhos conceituais e de suas potências reais.

Possivelmente, as redes mantêm essas características, não apenas porque são feitas de fios e de computadores, mas porque a própria sociedade, para além dos fios e computadores, há muito já se constituiu também destas mesmas características. Vamos ver que as redes jamais poderão reconstruir as certezas e os modelos duros, fixos e precisos do passado, mas esta não é uma característica restrita às redes, mas extensiva à própria sociedade. Exatamente porque já nos

situamos nesta encruzilhada do presente, que funde o mundo distante e os traços do mundo local, o passado e o presente, o brega e o chique, o feio e o belo, o rural e o urbano, o bem e o mal, a direita e a esquerda... Borram-se todas essas fronteiras.

No lugar dessas dicotomias e maniqueísmos, das escalas lineares e paralelas, das pirâmides estruturadas em níveis hierarquizados, seqüenciados e com seus devidos pré-requisitos, estamos agora em espaços abertos, contínuos e compostos de fluxos não lineares, precipitados pelas conexões, nas quais cada um ocupa uma posição singular, um nó, numa rede maior de relações em escala planetária. Pelo menos é isso que está sendo proliferado nas “novas” literaturas a respeito, a nos falarem de uma sociedade que é por excelência *descentrada*.

Enfim, nosso tempo é do tipo que nos deixa atordoados, porque ele é também o tempo da incerteza; no entanto, estas aproximações e cruzamentos conceituais só são possíveis porque a velha forma de análise da sociedade (aquela da estrutura piramidal das classes sociais) foi substituída por uma abordagem cuja estrutura também já foi “mudada” para um formato mais heliocêntrico e reticular.

Se antes havia os “de cima” e os “de baixo”, agora o que existe são os “do centro” e os “da periferia”, os que habitam velocidades mais ávidas ou mais lentas; todos, no entanto, dispostos num mesmo plano horizontal, no qual as oportunidades de mobilidade são maiores para todos; e onde todos estariam potencialmente propensos a alternarem suas posições, na relação centro-periferia, já que, em tese, bastaria que cada um estivesse capacitado a “fluir” de nó em nó, nas conexões da “sociedade em rede”.

Numa sociedade mais “dura”, como foi a sociedade moderna, as suas redes também foram mais duras, mais arborescentes, ou seja, estavam presas a uma hierarquia em que, como na árvore, raiz, caule, galhos, folhas, flores e frutos põem-se numa seqüência hierarquizada. Este modelo-árvore (modelo arborescente, cujos organogramas são a imagem de árvores invertidas, de ponta cabeça) é o que vigorou no estabelecimento de organogramas das nossas variadas instituições, especialmente as mais conservadoras, entre elas as escolas e os sistemas de ensino em que estão inseridas, nos quais as práticas e estruturas de gestão ainda não conseguem fazer de outro modo. Em tais formatos é preciso ter certeza do que vem antes e do que vem depois, de quem manda e de quem obedece.

A forma arborescente admite uma explicação topológica. (...) Num sistema hierárquico, um indivíduo admite somente um vizinho ativo, seu superior

hierárquico. (...) Os canais de transmissão são preestabelecidos: a arborescência preexiste ao indivíduo que nela se integra num lugar preciso. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 27).

Ainda é assim que em muitos municípios brasileiros, particularmente aqueles situados no Semi-Árido Brasileiro, organizam as formas de gestão da coisa pública: das escolas, dos postos de empregos municipais. Tudo converge para um chefe maior, o prefeito, que sendo apenas um pequeno “déspota” local, age como se fosse um imperador. E mesmo fora destas experiências abomináveis é assim que nossas instituições ainda se organizam – apesar de o próprio discurso gerencial já ter adotado outras palavras como mudança, liderança, ousadia, mobilidade, inovação, resiliência, rede de colaboradores, etc.

Os modelos das redes de agora se parecem mais como seres vegetais de natureza rizomática. Esta é a principal ruptura operada pelo modelo-rede. Um rizoma, ao contrário de uma árvore, não prevê uma hierarquia seqüenciada do tipo raiz, caule, galhos, folhas, flores, frutos, que os nossos organogramas institucionais piramidais, reproduzem como se fossem árvores de cabeça para baixo. Um rizoma é uma forma vegetal na qual não há uma clara hierarquia; em cada ponto, galho ou caule, pode proliferar uma nova raiz, novos galhos, novas ramagens, etc. É, por isso, uma natureza proliferante!

Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas. Plantas com raiz ou radícula podem ser rizomórficas num outro sentido inteiramente diferente: é uma questão de saber se a botânica, em sua especificidade, não seria inteiramente rizomórfica. Até animais o são, sob sua forma matilha; ratos são rizomas. As tocas o são, com todas suas funções de hábitat, de provisão, de deslocamento, de evasão e de ruptura. O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. Há rizoma quando os ratos deslizam uns sobre os outros. Há o melhor e o pior no rizoma: a batata e a grama, a erva daninha. Animal e planta, a grama é o capim-pé-de-galinha (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 15).

Uma rede, nestes termos rizomáticos descritos por Deleuze e Guattari, é um organismo em cadeia, no qual se conectam outras cadeias: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos; cadeias biológicas, políticas, econômicas, psíquicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também diversificados estatutos e estados de coisas. Uma rede se faz pela proliferação, como a imagem fornecida por Pierre Lévy, ainda há pouco, em seus seis princípios do hipertexto.

No entanto, a contribuição de Deleuze & Guattari nos indica também que as redes não são em si, um “estado de felicidade” – se for isto que estivermos procurando. São, pelo contrário, estados de tensão; estados de excitação dos seus terminais e de suas conexões. Elas se fazem e se expandem por este estado de tensão e de excitação, como nos indicou Lévy.

As imagens que nos fornecem estes autores são belas metáforas com poder de empolgar e encantar nossos modos de percepção! Diante delas somos levados a pensar que a sociedade está totalmente aberta, escancarada! Que tudo e todos podem circular onde bem der na telha (ou na teia, para ser mais coerente). Mas, como na TV, no texto e no conceito, tudo parece mais bonito do que de fato é. Deveríamos tentar enxergar que nem tudo (ou quase nada) está escancarado! Ainda existem regularidades, premissas, princípios, critérios, juízos adicionamos aos fluxos sem juízos que rodopiam nas teias caóticas das redes: nem tudo (ou quase nada) está largado à livre proliferação.

Sabemos que as realidades são muito mais complexas do que sugerem as suas correspondentes aventuras conceituais – exatamente porque as realidades são complexidades irreduzíveis a uma descrição conceitual, mesmo se os conceitos *também* produzam a complexidade do real. Mas, sabemos mais: que os princípios de inclusão e de exclusão ainda perfazem a dança da vida, em nossas tentativas de dar-lhe uma ordem na desinteressada. Assim estabelecemos critérios de rivalidade, de incompatibilidade que continuam impedindo que a vida seja simplesmente uma mera expressão da proliferação caótica.

Por isso voltemos ao trabalho de LEON, BURCH e TAMAYO (2001), e da discussão que eles reúnem sobre as redes sociais, para entender melhor que elas não são meras precipitações soltas ao acaso. A imagem fornecida há pouco faz-nos pensar que tudo está solto no ar; que tudo está liberado à livre proliferação caótica e aleatória. Por isso é hora de colocarmos algumas perguntas: toda forma de proliferação e de interação por contágio pode ser entendida como uma rede? As contaminações viróticas – e as pandemias, sejam eletrônicas, sejam biológicas – podem ser entendidas como expressões de uma rede? Os vírus da informática, ou os boatos e as fofocas que provocam reações imprevisíveis em cadeia, podem ser entendidos como rede? E quais seriam, além destes elementos apontados pelos autores aqui tratados, os outros, ainda não arrolados, que permitiriam uma melhor compreensão do que é uma rede?

### 4.3. Metaforizando o conceito de conectividade para outros fins

No esforço de encontrar um plano de critérios que qualificassem melhor a compreensão do que é uma rede, fomos buscar a noção de *conectividade*. Por um lado a conectividade está ligada a outro termo: *interoperabilidade*. Ele diz respeito à capacidade de dois dispositivos de hardware ou software se comunicarem entre si. Os dois termos têm ficado muito restritos às “novas” tecnologias da informação e da comunicação; às tecnologias digitais e informática.

*Conectividade* e *interoperabilidade* em informática, estão ligadas aos protocolos de transmissão de dados e de informações em bloco, como é o caso do TCP (Transmission Control Protocol), inaugurado definitivamente por Vinton Cerf e seu grupo acadêmico, em 1º de janeiro de 1983, e que permite que uma máquina reconheça outra e com ela se comunique. Mas na evolução disso, *conectividade* e *interoperabilidade* também estão relacionadas ao browser e aos links de hipertexto; aos protocolos de transferência http, às URLs, com os endereços dos sites (www), e aos padrões para a criação de sites, definidos por Tim Berners-Lee, físico nuclear inglês e Prêmio Nobel de Tecnologia.

Quer dizer, em informática os dados e as mensagens não podem circular livremente se não estiverem suportadas em linguagens compartilhadas. Ou seja, sem padrões de códigos que formem uma linguagem reconhecível, sem algoritmos comuns não há *conectividade*, e não havendo isso há comunicação e tampouco a possibilidade de haver *interoperabilidade*, ou seja, interação funcional. A relação comunicativa, inter-operativa e inter-produtiva dependem “valores” compartilhados. Neste sentido, perguntamos: o que poderiam nos dizer termos como *conectividade* e *interoperabilidade*, se os mesmos fossem trazidos para o tema das redes sociais?

A *conectividade* depende de “padrões” que são *universais transitórios* (não totalizadores, segundo o próprio Lévy), cujo processo evolutivo não cessará de expandir e de mudar, porém, tais “padrões” são a justa definição de algoritmos reconhecíveis e compartilháveis. Em muitos casos a própria *conectividade* acaba sendo encurralada em “universais transitórios particulares”, que permitem que apenas alguns dispositivos eletrônicos, e algumas instituições e grupos, partilhem os códigos reconhecíveis e compartilháveis, e seus conteúdos. Aliás – e para confirmar que nada está assim totalmente solto à proliferação indefinida –, um dos recursos do

próprio ambiente eletrônico mais utilizado é a *criptografia*. Esta consiste em um conjunto de técnicas que permitem tornar incompreensível uma mensagem escrita originalmente com clareza, de forma a impedir o acesso aos não-autorizados, tornando a mensagem ininteligível a quem não deve acessá-la, ao tempo em que será se tornará novamente inteligível perante seu destinatário específico.

Portanto, a *conectividade* está ligada a esta premissa da possibilidade de compartilhar uma mesma linguagem e, em conseqüência, isso também define a *interoperabilidade*. Embora estes termos sejam utilizados exclusivamente no mundo dos “negócios informáticos” (inclusive são dispositivos caros a instituições como as redes bancárias), é possível metaforizá-los para outros ambientes, para falar de outras redes e de princípios que atravessam todas elas.

Os acontecimentos violentos atribuídos à facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), que transformaram a cidade de São Paulo em arena de guerra entre os dias 12 e 18 de maio de 2006<sup>6</sup>, revelam uma importância fundamental das “novas” tecnologias, particularmente a telefonia móvel. No entanto, tais episódios revelam também que outros códigos estão embutidos na produção de suas redes. A tecnologia cumpre um papel, dá agilidade, permite a instantaneidade das trocas de informações e comandos, mas a rede mesmo é outra. Ali a produção do caos se deu através de ações suficientemente organizadas e comandadas, por pessoas que partilham os mesmos valores de grupo.

No caso dos movimentos sociais, as redes sociais que estes constituem não formam uma realidade simplesmente caótica e aleatoriamente proliferante, largada ao caos das redes de fluxos desgovernados. Os movimentos organizam critérios de *interoperabilidade* e de *conectividade* entre eles. Organizam critérios de inclusão e de exclusão. É isso que os liga, que os conecta e os articula.

A produção de alteridade estará sempre sendo precipitada, produzindo linhas e planos de fuga; “vazamentos”, “intromissões viróticas”, desordem e caos. Tais elementos também constituem os processos de “articulação”. Mas não é através destas premissas que operam os grupos humanos e os movimentos sociais (tampouco os bandidos). Concomitantemente à inevitável força da desordem, permanecemos desejosos de ordem (mesmo que seja para produzir desordem), inclusive quando se trata da excitação dos terminais de nossas redes.

---

<sup>6</sup> Ver reportagem da revista *IstoÉ*, nº 1909, de 24 de maio de 2006, entre as páginas 30 a 54.



Há sempre uma vigilância compartilhada em torno das fronteiras, dos critérios e dos princípios que unem os “membros” uns aos outros. Critérios e princípios de pertencimento e de distinção, de identificação e de diferenciação que, portanto, funcionam também como os dispositivos de *conectividade* e permitem a realização da *interoperabilidade* entre os enredados – nunca livres de negociações e tensões; de construções e reconstruções permanentes.

Em nossa sociedade há fartos exemplos de que não é o fato de estarmos cada vez mais aparelhados de dispositivos eletrônicos de comunicação, que garante que estejamos “conectados”. Um exemplo encontra-se na obra *Império* de NEGRI & HARDT (2004). Eles analisam o que significaram as articulações do proletariado pela Internacional Socialista – que também funcionou com uma interação em rede, articulada nos “quatro cantos do mundo”. Dizem os autores que a *Internacional* era o hino dos revolucionários, a canção dos futuros utópicos (p. 68). O lema era “trabalhadores do mundo, uni-vos!” A identificação de causas e pautas comuns – e geralmente de um inimigo comum – era o que definia também uma linguagem comum, e estabelecia as condições de intercomunicação entre os levantes e as lutas no mundo inteiro, ou seja, era o que definia as condições de “conectividade” e de “interoperabilidade” entre os diversos estratos do proletariado mundial.

Ao contrário disso, as lutas de hoje, que pipocam no mundo inteiro – geralmente movidas ainda pelas mesmas razões das lutas contra a expansão do Capitalismo Mundial Integrado (CMI, conforme GUATTARI & ROLNIK, 1996) – não conseguem se comunicar, e menos ainda formar uma rede articulada de ações. Ao analisarem as lutas atuais, os autores dizem o seguinte:

Nenhum desses eventos inspirou um ciclo de lutas, porque os desejos e necessidades que expressavam não podiam ser traduzidos para contextos diferentes. Em outras palavras, revolucionários (potenciais) em várias partes do mundo não ouviram falar dos eventos de Pequim, Nablus, Los Angeles, Chiapas, Paris ou Seul, reconhecendo-os de imediatos como suas próprias lutas. Além disso, essas lutas não se comunicaram com outros contextos e sequer mereceram divulgação local; e por isso tiveram, com frequência, duração muito breve onde nasceram, consumindo-se num clarão. Este é certamente um dos absurdos políticos centrais e mais urgentes da presente época: em nossa muito celebrada era da comunicação, *as lutas tornaram-se quase incomunicáveis* (NEGRI & HARDT, 2004, p. 73).

Ora, o que os autores expõem, neste trecho de *Império*, é a dificuldade de dispositivos não instrumentais que amparem a *conectividade* e estabeleça as condições de *interoperabilidade*. Estes não estão relacionados apenas aos aparatos

tecnológicos, mas a outros elementos que possam estruturar uma irmanação, um pertencimento – sendo este um dos grandes paradoxos da própria “sociedade da informação”, na qual as lutas se perderam de si, tornaram-se intradutíveis e, portanto, incomunicáveis.

Deveríamos ser capazes de reconhecer que embora todas essas batalhas se concentrem em suas circunstâncias locais e imediatas, ainda assim elas levantam problemas de relevância supranacional, problemas próprios da nova configuração da regulamentação capitalista imperial (NEGRI & HARDT, 2004, p. 73).

Não apenas temos perdido esta capacidade, mas, temos igualmente tido dificuldade de comunicação e de “conexão”. Neste sentido, não é apenas de “novas” tecnologias que falamos, é de outra coisa.

As lutas da Praça Tiananmem falavam uma linguagem de democracia que parecia, de há muito, fora de moda; as guitarras, as faixas na cabeça, as tendas e os *slogans* pareciam ecos mortícios de Berkeley na década de 1960. Os motins de Los Angeles também pareciam efeito retardado do terremoto de conflitos raciais que abalou os Estados Unidos inclusive na década de 1960. As greves em Paris e Seul pareciam nos levar de volta à era de operários de fábricas em manifestações de massa, como se fossem o último suspiro de uma classe operária moribunda. Todas essas lutas, que sugerem elementos realmente novos, parecem antigas já no início, e ultrapassadas – exatamente porque não podem comunicar-se, porque sua linguagem não pode ser traduzida. As lutas não se comunicam apesar de serem hiperexpostas à mídia na televisão, na Internet, em todos os meios imagináveis. Mais uma vez nos confrontamos com o paradoxo da incomunicabilidade (NEGRI & HARDT, 2004, p.75).

Era isso mesmo que buscávamos: mesmo na era da comunicação, da conectividade absoluta, há lutas que não se comunicam; que não se intercambiam; que não se reconhecem. Isso expõe, insistimos, um problema de conectividade que ainda não foi arrolado pelos teóricos das “novas” tecnologias. Podemos retomar as sugestões de SANTOS, abordadas no segundo capítulo, de que precisamos de uma *teoria de tradução* que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos seus atores “conversarem” sobre as opressões a que resistem, sobre os modos como resistem, e sobre as aspirações que os animam (SANTOS, 2000a, p. 27). Esse parece ser também o sentimento de NEGRI & HARDT (2004):

Um desses obstáculos é a ausência de reconhecimento de um inimigo comum contra o qual [as lutas] seriam dirigidas.

(...)

Um segundo obstáculo, na realidade corolário do primeiro, é que não há uma linguagem comum de lutas que possa “traduzir” a expressão particular de cada uma numa língua cosmopolita (p, 75).

Eis aí aspectos que esclarecem algumas propriedades das redes sociais (e mesmo das redes de terror e violência), nas quais objetivos comuns e linguagens comuns são condições de tradutibilidade e, portanto, são princípios de *conectividade* e de *interoperabilidade*. Nosso mundo ainda carece da estruturação de convenções, de critérios, de algoritmos, que permitem a comunicação, a intenção, a interação e a ação conjunta, e quanto isso não existe, não há “nova” tecnologia que compense.

Um dos grandes problemas do nosso tempo é não apenas a “farra desconstrucionista que o caracteriza, mas essa inexplicável disposição de muitos de nós em ver apenas “aleatoriedades”, proliferação e precipitação caótica e desordenada de acontecimentos, fricção de fronteiras sem maiores propósitos; agenciamentos maquínicos desprovidos de qualquer intencionalidade. Talvez ainda seja tempo de enxergarmos que, a despeito da condição caótica do mundo, há ações coordenadas que visam à construção de espaços coletivos, onde a *Multidão* descontente pode se reconhecer e *inter-operar* na construção parâmetros de reconhecimento recíproco: linguagens compartilhadas, espaços de intercâmbio e de reinvenção da solidariedade.

Essas, por exemplo, são as qualidades reconhecíveis no *movimento altermundista* – embora nele também esteja presente a mesma “confusão de fronteira” característica de nosso tempo. Mas também são as qualidades e os códigos de uma infinidade de grupos, marginais ou não, que compartilham lutas em torno de causas comuns. É a partilha desses espaços de lutas e de suas linguagens apropriadas que define a constituição das *redes*. Esta partilha é uma espécie de *mínimo denominador comum*, sem o qual os instrumentos tecnológicos não podem garantir o prosseguimento de uma comunicação. Aqui poderíamos perguntar se para além dos *meios* ainda há lugar ainda para as *mensagens*. Pois que seja a hora de admitirmos que não apenas os meios definem as redes, seja a rede mundial de computadores, sejam as redes constituídas pelos movimentos sociais, e mesmo aquelas formadas por bandos marginais, que experimentam mundos possíveis, às vezes bem longe das luzes brancas da oficialidade e da legalidade.

Os campos de coca e de papoula, os laboratórios clandestinos, as pistas de aterrissagem secretas, as gangues de rua, as ações articuladas do PCC... Ou, numa outra órbita, os movimentos sociais articulados, os *altermundistas*, o MST, etc., podem levar o nome de rede, para o bem ou para o mal, exatamente porque

entre seus membros se estruturam códigos que permitem uma *conectividade* e uma *interoperabilidade*, em cada caso com critérios próprios de inclusão e exclusão.

Uma rede é, ao mesmo tempo, a produção e a partilha do *comum* entre os que nele e através se reconhecem. E é apenas neste sentido que o poema “Tecendo a Manhã”, de João Cabral de Mello Neto, faz sentido, porque é o trabalho de produção do comum (um toldo onde entrem todos), em que *cada um reconhece os seus* e com estes se comunica, apanhando o “grito” de um e o lançando a outro.

#### 4.4. Re-formatando

Após este percurso passamos a problematizar um dos textos mais interessantes sobre redes, que conhecemos. Trata-se do documento intitulado *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*, publicado pelo WWF-Brasil, com texto de Cássio Martinho (WWF-Brasil, 2003).

Uma leitura cuidadosa do texto expõe um conjunto de fragilidades conceituais, na direção do que viemos apontando até aqui. A primeira delas é a tendência a reduzir a idéia de rede aos dispositivos tecnológicos das chamadas “Novas Tecnologias de Informação e Comunicação” (NTIC’s). No esforço de discernir o que *é* e o que *não é* rede, o texto traça seus elementos essenciais, incluindo seus três aspectos fundamentais: a *quantidade*, a *dispersão* e a *interligação* à distância de pontos ou “nós”, através de linhas.

Embora questione uma concepção formalista de rede ainda é dentro desta concepção formalista que o texto se mantém. E embora diga que “*a rede, objeto de estudo aqui, é aquela que se apresenta como um projeto deliberado de organização da ação humana*” (p. 20, grifo meu), ao falar de suas propriedades o texto fala de apenas duas: a *não-linearidade* e a *horizontalidade*; sequer toca em outra propriedade fundamental, insistentemente esquecida: **a intencionalidade**.

Este esquecimento soa mais estranho quando o mesmo texto afirma que suas contribuições são no sentido da formulação de um conceito de rede que seja

(...) fundamentado em práticas e princípios democráticos, emancipatórios e empoderadores do ponto de vista político, inclusivos do ponto de vista social, sustentável do ponto de vista ambiental, abertos e polifônicos do ponto de vista cultural (WWF-Brasil, 2003, p. 19-20).

Pois é exatamente este conjunto formidável de qualidades intencionais que acaba ficando de fora do diagrama de rede apresentado. O texto situa a rede como sendo constituída de dois elementos: *pontos* e *linhas*. As linhas estabelecem a comunicação entre os pontos. E já aí, apressadamente, o texto estabelece uma hierarquia – ao dizer que as linhas são mais importantes que os pontos (já que pontos isolados não se comunicam e nem inter-operam; e as linhas, ao se cruzarem, podem constituir novos nós/pontos). Esta hierarquia é, no mínimo, paradoxal, pois o mesmo texto começou falando das redes enquanto *horizontalidades*.

Esta forma de explicação, que desconsidera a propriedade das intencionalidades, soa inadequada, pois são os pontos (pessoas, equipamentos, instituições, bandos, grupos) os portadores das intencionalidades. As linhas nos parecem mais o conjunto de instrumentais que permitem conectar um ponto a outro, ou seja, uma intencionalidade a outra. Em termos concretos, um grupo de pessoas pode existir em forma de rede, mesmo que seus membros estejam dispersos em distâncias insondáveis, se: a) uma houver uma razão comum (um plano de intencionalidades) que abra as possibilidades “filiação” (o que não é uma questão de mera fricção de fronteira); b) se houver dispositivos que permitam esta comunicação. Nesse diagrama, as pessoas são os pontos (o plano de intencionalidades); e os dispositivos de comunicação são as linhas. A pergunta é: se houvesse apenas linhas, apenas dispositivos de conexão, haveria rede. Aparelhos ou linhas de telefone não se comunicam se não houver pessoas (pontos) que queiram se comunicar. E mesmo que elas se comuniquem movidas pelos dispositivos de automação, muito comum nos dias atuais, elas estarão sempre a serviço de um plano de intencionalidades, que inclui pessoas e instituições.

É possível ainda que as linhas (os dispositivos de ligação, *intermédios*) sejam as próprias pessoas – o que, efetivamente, pode ocorrer em muitas práticas em que pessoas são portadores de mensagens “ponto-a-ponto”, como é o caso dos portadores de recados, situação na qual elas assumem um papel equivalente ao das linhas e dos instrumentais de ligação entre planos de intencionalidades. Nossa hipótese é de que uma linha cruzando outra linha, nada pode fazer. Nada acontece quando um fio “mudo” e “vazio” cruza outro fio de igual qualidade. Se eles não estiverem ligados a, pelo menos, dois pontos dotados de “energias intencionais” (e de conteúdos) nada pode haver. Sequer uma linha cruzada (algo que se parece mais com um atrito de fronteira) pode constituir uma rede. Em nosso entendimento,

se não há intencionalidades dirigindo o rumo dos ligamentos, não há redes. Ou melhor: se não há *pontos, linhas e intencionalidades*, não há redes.

Não apenas os computadores não se conectam sozinhos; nem as linhas telefônicas ou satélites se comunicam sozinhos e em um vazio de intencionalidades (que, aliás, os pôs em órbita), mas, nem mesmo as redes elétricas ou hidráulicas se expandem apenas pela proliferação dos fios e linhas, dos “tubos e conexões”, senão que pela ação das intencionalidades e pelo horizonte de produtividade a elas ligado. Sugerir que linhas podem se comunicar sozinhas é sugerir que se entreguem as coisas a um vazio de sentido, onde as máquinas e dispositivos podem se expandir autonomamente, sem a presença e intervenção humanas. Tal perspectiva parece vinculada à utopia pós-humanista e trans-humanista (discutida no segundo capítulo), que prevê que as máquinas se desenvolverão sem a intermediação humana. Quiçá as máquinas saibam alguma coisa sobre *princípios democráticos, emancipatórios e empoderadores do ponto de vista político; inclusivos do ponto de vista social; sustentável do ponto de vista ambiental; abertos e polifônicos do ponto de vista cultural*, como consta em WWF-Brasil (2003, p. 19-20)

Outro problema do texto em questão é uma contradição relativa à propriedade de *não-linearidade*. Ora, o texto estabelece matematicamente as possibilidades máximas de conectividade em um determinado grupo humano, calculando a relação entre pontos e linhas. Para isso utiliza a seguinte fórmula matemática (p. 33).

$$D = \frac{p \times (p-1)}{2}$$

Nesta fórmula, “p” é o número de pontos. “D” é o número de conexões possíveis. O texto indica que para verificar o potencial de relacionamento existente numa turma de 30 alunos, o cálculo é feito da seguinte forma (p. 34):

$$D = 30 \times (30-1) : 2 = (30 \times 29) : 2 = 870 : 2 = 435$$

É desta forma que, ao final, numa turma de 30 alunos, haveria uma possibilidade máxima de conexões e relações possíveis **limitada** a 435, considerando as relações de **um para um**. Isso é, no mínimo, um paradoxo matemático, pois o que se releva aí é um cálculo **linear** para falar de uma realidade

cuja propriedade é **não-linear**. Desconsidera, inclusive, a possibilidade de dois pontos manterem entre si, tipos diferentes de conexão.

Curiosamente, a *Figura 5* do texto em questão (WWF-Brasil, 2003, p. 30) aponta exatamente esta possibilidade:

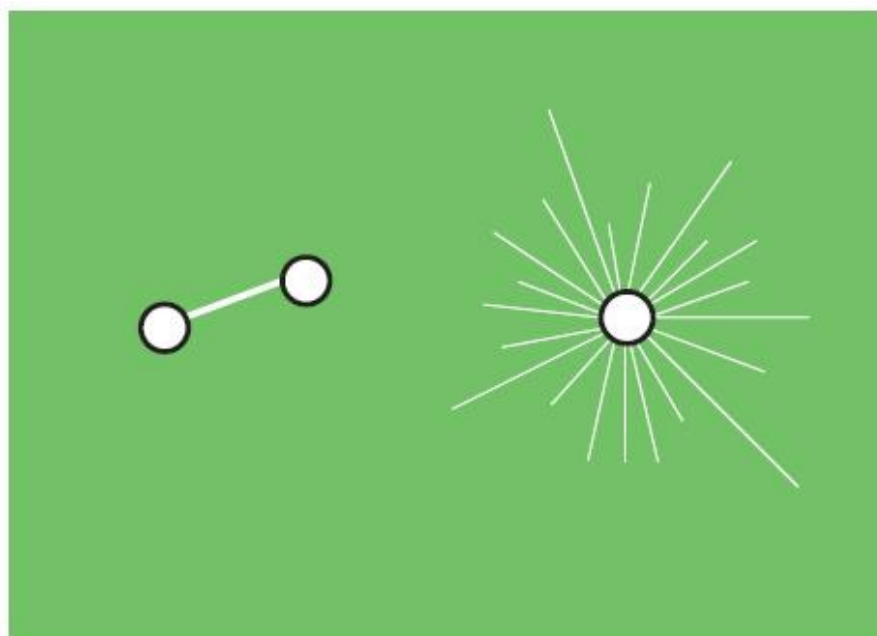


Figura 5

**Imagem 1. Reprodução da *Figura 5* de WWF-Brasil (2003, p. 30).**

Em termos concretos as pessoas e instituições (os pontos) mantêm vínculos distintos entre si. De uma mesma pessoa podem brotar uma infinidade de conexões, inclusive com as mesmas “outras” pessoas.

A minha esposa pode ser também professora no mesmo Departamento universitário em que eu trabalho. Pode se tornar diretora deste Departamento e minha chefe. Pode estar no mesmo partido político que eu. Pode fazer parte da mesma ONG da qual sou parte. Pode ser da mesma religião, torcer pelo mesmo time de futebol, mas, no entanto, em cada uma destas circunstâncias, os vínculos que tenho com ela são de naturezas diferentes. Pertencem a redes diferentes, superpostas, mas com natureza, conteúdos e “operabilidades” distintas que, no entanto, podem ser mantidas entre as mesmas pessoas. Nesta direção, em uma turma de 30 alunos, as possibilidades de conexão ultrapassam de forma ilimitada o número 435. Tal necessidade matemática de determinação dos limites de uma rede

contraria outro princípio constante no mesmo texto: o de que as redes são **sistemas abertos**.

O ponto principal da nossa análise é questionar a insistente perspectiva que deixa de fora a *intencionalidade* como um componente de *conectividade* e, principalmente, de *interoperabilidade*. É importante considerar também que não é todo tipo de contato que forma uma rede (senão vai por água abaixo a tentativa de discernir o que é do que não é uma rede). O mesmo texto em análise fala de “espaços de conversão”, nos quais há ilimitadas formas e motivações de contato: “*cheiros, sinais corporais, palavras, imagens, imagens mentais, processos lógicos são trocados, de forma vertiginosa, não-linear e simultânea, quando duas ou mais pessoas empreendem um diálogo*” (p. 131-132). Mas isso ainda não é uma rede.

Não é todo tipo de troca esporádica ou ocasional, nem todo tipo de fricção ou colisão que constitui uma rede. Tais elementos de motivação, no entanto, têm a vantagem de trazer para horizonte das *intencionalidades* o plano dos *desejos*. Nesse sentido, é importante firmar que essas trocas são “*vitais para o pleno desenvolvimento das redes*” (idem), mas uma rede é uma forma de **organização da ação**, não-linear e não-hierárquica, que torna as trocas **intencionalmente produtivas em relação a alguma coisa**. Aqui *conectividade* e *interoperabilidade* se fundem na constituição da rede e do seu destino, pois, de fato, uma rede **se destina**, embora isso seja permanentemente negociado.

Esta imagem também nos permite reforçar a idéia (e o texto em questão também a reforça) de que uma rede é também uma forma de **ordem**, é uma forma de **órgão** e, portanto, não caberia simplesmente aqui a imagem do Corpo Sem Órgão de DELEUZE & GUATTARI (1985; 1995; 1996). Em sua dinâmica há uma produtividade partilhada, que se faz de “ações orquestradas” – e é nisso que consiste outro princípio fundamental das redes: a *auto-organização* – que é a mesma coisa que dizer *auto-órgão* ou *auto-ordem*.

Outro aspecto importante é o fato de que idealmente adotamos para as redes o diagrama da não-hierarquia, como ideal de isonomia. Não é incomum encontrarmos a contraposição entre um modelo arborescente (piramidal) e um modelo rizomático (horizontal) – dos quais já falamos aqui. Na RESAB são exatamente essas imagens que são contrapostas, como podemos ver a seguir.



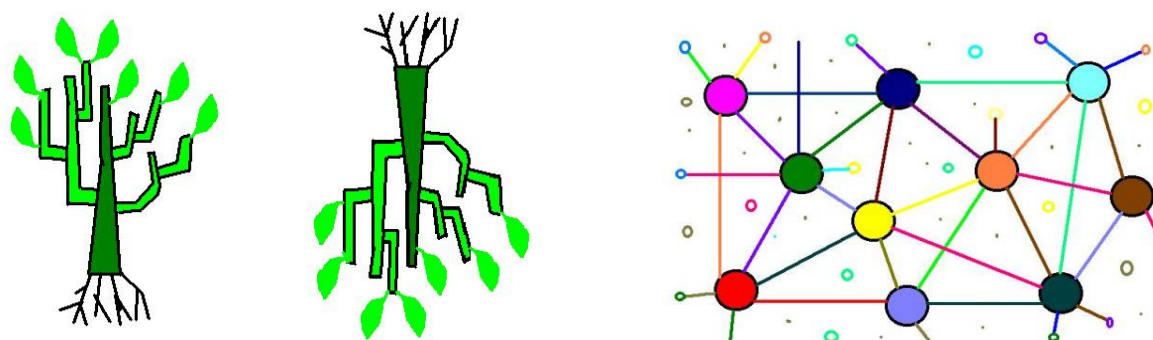


Imagem 2: Os dois formatos de organogramas opostos na RESAB: a árvore e o rizoma

Da mesma forma que na RESAB, no texto de Cássio Martinho (WWF-Brasil, 2003), os formatos de organograma opostos são também estes: a árvore (pirâmide) e o rizoma (rede).

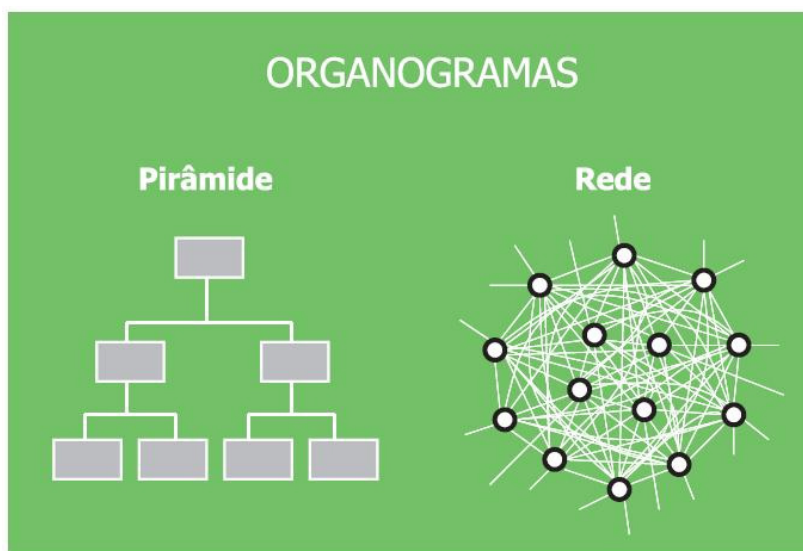


Figura 17

Imagem 3. Organogramas da *Figura 17* de WWF-Brasil (2003, p. 79)

Embora idealmente pensemos as redes como horizontalidades, isso não significa que não haja nelas escalas diferenciadas de poder, centros de emanção, sempre em disputa e negociação que, por isso, faz com que tais centros se movam continuamente, e forcem a realização de outra topologia e dinâmica, características das formas horizontais. De qualquer modo, consideramos esses elementos importantes na discussão das redes, e reivindicamos que na mesma haja um lugar reservado ao *plano das intencionalidades*.

## **CAPÍTULO V**

### **A TESSITURA DA RESAB**

A discussão anterior sobre redes permite-nos achar um lugar, para além dos dispositivos tecnológicos, onde ancorar os conjuntos valorativos que mobilizam os agrupamentos humanos. Esse recurso tornou-se necessário para inserirmos agora a trajetória da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), cujo processo de constituição passamos a descrever.

Advertimos, entanto, que nem todos os fios e conexões da RESAB puderam ser cartografados em nossa pesquisa. Buscamos traçar aqui um desenho possível, a partir daquilo que foi vivenciado “em ação”, na experiência da construção da rede e do seu trabalho, ou a partir daquilo que foi registrado em relatórios, atas, rascunhos de anotações, etc., ou do que foi captado nas minhas particulares observações participantes e anotações, em um caótico “Diário de Bordo”.

A construção da RESAB foi, desde o início, uma construção cambiante e cambaleante, ou seja, fruto de muitas trocas, porém, trocas imprecisas, inicialmente sem muita clareza de um “norte” (alguém um dia sugeriu trocar “norte” por “oriente”, para evitar qualquer coincidência com a hegemonia imperial norte-americana). Neste caso, o trabalho de cartografá-la é, primordialmente, um trabalho também cambaleante, que consiste em perpassar entre suas diversas conexões e entre seus diversos fluxos. É o trabalho de captar suas intencionalidades, seus discursos, sua política. Por outro lado, esta tentativa de cartografá-la é ainda o trabalho de inventá-la um pouco, pois, ao descrevê-la, vamos inaugurando novas conexões, novos “nós”, nela e para ela.

Em alguns momentos este trabalho percorre fios largos de fluxos; noutros momentos nos deparamos com vias estreitas e “terminais esmaecidos”, que precisam ser excitados. Nosso trabalho, além de ser o de descrever um processo, é também o de ativar, excitar essas vias e esses terminais esmaecidos, quando estes nos chamarem a atenção, evidentemente. Assim será possível abrir novas janelas e passagens; configurar novas conexões para dar-lhes conectividade. Assim como, passaremos longe de alguns pontos e “nós”.

### 5.1. A propósito de uma genealogia da RESAB

No dia 6 de setembro de 2000, no auditório principal do Centro de Cultura João Gilberto, em Juazeiro, BA, os participantes do *I Seminário de Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro* (ocorrido entre os dias 4 e 6 daquele mês e ano) aprovam, já nas atividades de encerramento do seminário, um documento chamado *Protocolo de Compromissos*. Logo no início do documento vem a informação de que o seminário referido já decorre de “uma série de processos”, nos quais são vivenciadas experiências de educação, governamentais e não-governamentais, formais e não-formais, todas situadas no Semi-Árido Brasileiro (SAB).

Tais processos e suas experiências, diz o documento,

(...) vêm fazendo importantes inflexões curriculares e metodológicas e colocando importantes questões no sentido de fazer a escola vincular-se às formas de vida e às problemáticas existentes no sertão semi-árido, e potencializá-las<sup>7</sup>.

O texto do *Protocolo de Compromissos* não se presta apenas a informar sobre esses “processos”, mas é, antes, uma auto-convocação para que as discussões travadas durante o seminário não esmaeam após o encerramento do evento. Nessa direção o documento estabelece alguns compromissos:

Estes compromissos, que serão assumidos pelas entidades concordantes, abaixo relacionadas, são os seguintes.

1. Distribuição do relatório do I Seminário de Educação no Contexto do Seminário para todas as instituições;
2. Publicação de um livro que reúna os textos decorrentes das palestras e experiências apresentadas no seminário;
3. Realização de uma reunião interinstitucional (entre as instituições presentes e representadas no seminário) para avaliação do evento;
4. Realização de uma Conferência de Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro em 2001;
5. Constituição de um banco de dados (teses, textos, relatórios, experiências) sobre o assunto;
6. Formação de Rede Interinstitucional de Discussão e Troca de Experiências;
7. Assumir o compromisso de que todas as instituições que mantêm veículos de comunicação falados (rádios), impressos (jornais, boletins) e eletrônicos (tv, web), dedicarão uma parte para as questões tratadas no seminário;

<sup>7</sup> As informações aqui constantes têm como fonte: MARTINS, Josemar da Silva; REIS, Ana Lílian dos; e AMORIM, José Carlos (orgs). *Relatório do I Seminário de Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro* (Juazeiro, BA, 04, 05, 06 de setembro de 2000). Juazeiro: UNEB/DCH III; IRPAA; UNICEF (mimeo), 2000.

Logo depois da enumeração destes itens, segue no texto do *Protocolo* a relação de 37 (trinta e sete) instituições e coletivos<sup>8</sup>, governamentais ou não, com personalidade jurídica constituída ou não, que declararam estar de acordo com o documento. De fato havia no evento muito mais que 37 instituições representadas. O seu público diário, durante os 3 dias, esteve acima dos 300 participantes. Mas o importante naquele momento era o compromisso que os representantes de tais instituições e coletivos assumiam de que dariam continuidade aos debates travados ali e o aprofundariam, começando pelo estabelecimento de mecanismos mínimos de comunicação entre si.

Sequer os itens do protocolo estavam sendo encarados como dispositivos de lei, mas como metas que poderiam ser partilhadas e perseguidas. Em setembro de 2005, cinco anos após a realização daquele seminário e da aprovação do seu *Protocolo de Compromissos*, alguns dos itens deste protocolo ainda não haviam sido cumpridos, a exemplo do que consta no item 4: “*realização de uma Conferência de Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro em 2001*”.

Esta conferência já chegou a ser pautada diversas vezes, mas nunca se realizou, em decorrência de um conjunto de circunstâncias – entre elas a própria ampliação das demandas de articulação da rede nos onze Estados que integram o SAB (os 9 do Nordeste, mais Minas Gerais e Espírito Santo). A primeira vez que foi pautada foi entre 23 e 26 de outubro de 2001; mas veio a acontecer somente em 2006, entre os dias 17 e 20 de maio, no Centro de Cultura João Gilberto, em

---

<sup>8</sup> As instituições relacionadas no *Protocolo de Compromissos* são as seguintes, por ordem alfabética: Associação de Pequenos Agricultores de Jaboticaba – APPJ (Quixabeira; BA); Cáritas Brasileira – Regional do Ceará; Cáritas Brasileira – Regional Nordeste II; Cáritas Brasileira – Regional Nordeste III; Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas – CAATINGA (Ouricuri, PE); Centro de Assessoria de Assuruá – CAA (Xique-xique, BA); Centro Educacional São Francisco de Assis – CEFAS (Florianópolis, PI); Círculos de Educação e Cultura do Semi-Árido Alagoano; Comissão Pastoral da Terra – CPT, do Crato (CE); Departamento de Ciências Humanas III – DCH III/UNEB (Juazeiro, BA); Diaconia; Diocese de Rui Barbosa (BA); Distrito de Irrigação Perímetro Senador Nilo Coelho (Petrolina, PE); Escola Rural de Massaroca – ERUM (Juazeiro, BA); Escola Família Agrícola de Rui Barbosa (BA); Escola Família Agrícola de Sobradinho (BA); Faculdade de Educação da UFBA; Fundação Joaquim Nabuco (Recife, PE); Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental – GARRA (Irecê, BA); Instituto de Ecologia Humana (Recife, PE); Instituto de Permacultura em Terras Secas – IPETERRAS (Irecê, BA); Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA (Juazeiro, BA); Movimento de Organização Comunitária – MOC (Feira de Santana, BA); Programa Crer Para Ver (SP); Alunos do Programa Rede UNEB 2000 de Sento Sé (BA); REFLECT-AÇÃO (dos Países Bascos); Secretaria Municipal de Educação de Abaré (BA); Secretaria de Educação de Afogados da Ingazeira (PE); Secretaria Municipal de Educação de Casa Nova (BA); Secretaria Municipal de Educação de Curaçá (BA); Secretaria Municipal de Educação de Irecê (BA); Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro (BA); Secretaria Municipal de Educação de Petrolina (PE); Secretaria Municipal de Educação de Sobradinho (BA); Secretaria Municipal de Educação de Tuparetama (PE); Secretaria Municipal de Educação de Uauá (BA); UNICEF (escritórios do Recife e de Brasília).

Juazeiro, BA – o mesmo espaço de onde saiu, no dia 6 de setembro em 2000, o *Protocolo de Compromissos* que deu origem à RESAB e que indicou a sua realização.

Ocorre que, apesar de alguns itens não terem sido alcançados nesse percurso de quase seus anos, outros foram produzidos e realizados. Tanto assim que a própria RESAB já se tornou uma realidade indiscutível, de expressão e reconhecimento nacional: hoje integra muitas ações institucionais, especialmente de iniciativa de órgãos do Governo Federal, sendo membro de dois Grupos de Trabalho (GT) de *Educação do Campo* em Brasília, um no Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e o outro é um Grupo Permanente de Trabalho (GPT), vinculado à Coordenação Nacional da Educação no Campo, que está dentro da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do próprio MEC.

Uma das demonstrações do reconhecimento da RESAB em âmbito nacional foi a participação do Coordenador Nacional de Educação do Campo, do MEC, professor Antonio Munarim, na Conferência Nacional da RESAB – na qual assumiu publicamente o reconhecimento da rede, em sua fala proferida na manhã do dia 19 de maio de 2006.

Além disso, a RESAB tem participação, desde 2004, no grupo encarregado de construir o *Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca* (PAN-Brasil). Este programa atende a um compromisso do governo brasileiro para com a *Convenção de Combate à Desertificação das Nações Unidas* e tem suas ações destinadas a cerca de 1.400 municípios do Nordeste e do norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A construção do programa está sob a responsabilidades do Grupo de Trabalho Interministerial (GTIM), criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1999, durante a *3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca* (COP3), e para o qual o Ministério do Meio Ambiente (MMA) convidou também a representação de diversas redes de ONGs, particularmente as que integram hoje a Articulação no Semi-Árido (ASA).

Outras demonstrações do reconhecimento do trabalho da RESAB é o fato dela estar sendo sempre solicitada a integrar frentes de ações quando o assunto é a educação contextualizada no Semi-Árido Brasileiro. Uma dessas frentes refere-se à

construção da iniciativa “*Um Mundo Para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido Brasileiro*”, do UNICEF, convertido em “pacto nacional”, estabelecido com os governos dos Estados inseridos no SAB<sup>9</sup>. Ou ainda a “*Construção do Programa de Formação Continuada a Distância para Educação Contextualizada nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD)*”, cujo seminário foi realizado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), entre 17 e 19 de abril de 2006.

Apesar deste reconhecimento e legitimidade, a RESAB é ainda um acontecimento sem muita precisão; sem fronteiras muito bem definidas, bem como sem muita nitidez dos temas que a mobilizam, tendo, no entanto, um “centro de gravidade” que é o discurso da “educação contextualizada no semi-árido”, ou da “educação para a convivência com o semi-árido”. Este “centro de gravidade” vacila entre uma perspectiva “naturalista” e outra “culturalista” e sociológica; entre uma tendência que “naturaliza” o SAB, e outra que o “desnaturaliza”.

A primeira perspectiva pensa o semi-árido em termos de sua natureza; olha mais fixamente para suas taxas de aridez, de pluviometridade, de nebulosidade; para suas condições de solos, suas temperaturas, etc. A segunda pensa-o a partir das tensões sócio-históricas e culturais que o produziram enquanto recorte territorial e, portanto, produziram as condições técnicas de explicação de suas taxas. Esta segunda perspectiva está interessada, portanto, nas condições de produção da *dizibilidade* e da *vizibilidade* específicas do SAB. Não são perspectivas totalmente antagonistas e inconciliáveis, por isso formam um “centro de gravidade” que não tem contornos muito nítidos e tranqüilos, mas que é forma por uma tensão e uma relação interativa entre ambas as abordagens, que têm constituído os processos de implicação dos sujeitos que atualmente fazem a rede.

---

<sup>9</sup> Esta iniciativa foi lançada em um grande evento que reuniu instituições da sociedade civil e representações dos governos dos Estados inserido no Semi-Árido Brasileiro, nos dias 6 e 7 de abril de 2005, nas cidades Juazeiro/BA, e Petrolina/PE. O evento contou com a participação da RESAB, que integra o Comitê Nacional. Fazem parte deste Comitê as seguintes instituições: Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI); Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC); Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente; Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Governo do Estado de Alagoas; Governo do Estado da Bahia; Governo do Estado do Ceará; Governo do Estado do Espírito Santo; Governo do Estado do Maranhão; Governo do Estado de Minas Gerais; Governo do Estado da Paraíba; Governo do Estado de Pernambuco; Governo do Estado do Piauí; Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Governo do Estado de Sergipe; Governo Federal (Subsecretaria de Direitos Humanos, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Petrobras; Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro (RESAB).

### 5.1.1. Um marco de constituição da RESAB

A RESAB mantém vínculos mais amplos com o movimento social que milita nas variadas experiências de Educação Popular, mas, há um registro de articulação desses movimentos que está inscrito entre as principais ações que, posteriormente, decorreram animação da rede: trata-se do Simpósio “*Escola e Convivência com a Seca*”, realizado em Juazeiro/BA, entre 09 e 11 de setembro de 1998, e promovido pelo Projeto Nordeste (MEC/BIRD), UNDIME e UNICEF.

O simpósio foi convocado a partir de uma demanda específica: o fato de que a estiagem daquele ano obrigara diversas escolas situadas nos sertões semi-áridos a fecharem suas portas, por carência de água potável para as crianças. Diante de tal situação, a questão que moveu o simpósio, inicialmente, foi achar uma solução para garantir água nas escolas e possibilitar que elas reabrissem suas portas. A representação da SUDENE fora chamada a participar de grupo de estudo que deveria retirar uma estratégia de solução, em caráter emergencial, da questão da água nas escolas, para que estas voltassem a funcionar.

Mas o Simpósio viu-se diante da seguinte questão: *se a água (e a seca, portanto) é uma questão crucial ao funcionamento das escolas, por que não pode também ser uma temática assumida por ela, em seus processos de formação?* Esta questão, na verdade foi aberta pelas diversas instituições presentes, que já vinham atuando com base no mote da “educação para a convivência com o semi-árido”.

Duas experiências foram ali apresentadas e deram maiores subsídios a esta discussão: a experiência da ONG CAATINGA, de Ouricuri/PE; e a experiência que vinha sendo desenvolvida no município de Curaçá/BA, em parceria com o IRPAA, a UNEB e o UNICEF. Uma terceira experiência, a do MOC, de Feira de Santana/BA, viria a se juntar a estas outras duas; no entanto, a questão do MOC ali não era exatamente o semi-árido, mas as escolas do campo.

Quanto às outras duas experiências mencionadas, elas também eram muito diferentes, mas mantinham algumas aproximações. A ONG CAATINGA foi criada em dezembro de 1988, por técnicos, professores e agricultores que estiveram vinculados por dois anos (86 e 87) à experiência do CTA (Centro de Tecnologia Alternativa), criado em Ouricuri/PE. O CTA tinha prazo para ser finalizado e deveria estimular outros processos que dessem continuidade àquilo que havia sido animado durante dois anos. Daí surgiu o CAATINGA e, desde o seu surgimento, em 1988,

esta ONG vem trabalhando com o conceito de *agroecologia*, ou seja, a associação ente agricultura e agropecuária “ecologicamente sustentável”.

Técnicas de manejo dos solos e das plantações, como o aproveitamento dos resíduos vegetais e dos dejetos animais, para a produção de *húmus*, para uso especialmente na plantação de forragens; a criação de um Banco de Sementes; o uso do Fermentado<sup>10</sup>; as técnicas de melhorias das formas de criação animal (fenação, silagem, etc.); as técnicas de manejo dos recursos hídricos, como o uso de cisternas de placas, de barragens subterrâneas e de barreiros trincheira; as técnicas de produção fitoterapêutica, utilizando ervas medicinais da caatinga para produzir remédios; a capacitação humana e a implantação de apiários para produção de mel; a constituição de um fundo de crédito (carteira de micro-crédito), etc., tudo constituindo um vasto repertório para o trabalho com as comunidades próximas ao sítio Lagoa do Urubu, em Ouricuri/PE, onde está instalada uma base de campo do CAATINGA. Aos poucos este trabalho foi sendo encaminhado para a educação escolar de crianças, jovens e adultos, que foi implicando a escola pública e se estendendo para além das fronteiras do município de Ouricuri.

Já a experiência do município de Curaçá, BA, desenvolveu-se a partir dos trabalhos do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA). Decorreu, em 1997, de uma parceria estabelecida entre o UNICEF, a UNEB (através do Departamento de Ciências Humanas III, de Juazeiro), e o próprio IRPAA. Visou levar para a rede pública de ensino do município de Curaçá, aquilo que já vinha sendo experimentando com pequenos agropecuaristas, não apenas da região de Juazeiro/BA, mas em várias partes do Nordeste, por meio de cursos e da articulação proporcionada pelo “Mutirão Nordeste”, do qual o IRPAA participa.

A diferença básica da experiência do CAATINGA, em Ouricuri, em relação ao trabalho que ocorreu em Curaçá a seguinte: enquanto o CAATINGA centrava-se mais no experimento teórico-prático da agroecológica, a experiência levada a Curaçá pelo IRPAA, por sua vez, estava mais ligada à especificidade da questão climática do SAB e à noção de “educação para a convivência com o semi-árido brasileiro” – embora ambas lidassem com conhecimentos e técnicas muito similares.

---

<sup>10</sup> Biogeo, tônico biofertilizante produzido através de bactérias retiradas do rúmen de bovinos e multiplicadas através da mistura com um sub-produto de rocha mineral chamado MB4; serve para desenvolver, equilibrar as plantas e introduzir minerais no solo, aumentando a resistência das plantas e prevenindo contra ataques de insetos e doenças causadas por fungos.



Por outro lado, o fato de a experiência em Curaçá ter sido dirigida a toda a rede municipal de ensino, novas questões puderam ser postas, especialmente aquelas que dizem respeito aos aspectos legais e formais da gestão de um sistema de ensino, no qual as particularidades devem ser equacionadas em relação às exigências formais e aos paradoxos do sistema nacional. Neste caso, tal experiência estava mais próximo daquilo que ocorria em Feira de Santana/BA, no trabalho desenvolvido pelo MOC, envolvendo os sistemas de ensino de vários municípios pequenos daquela região.

O fato é que estas experiências levadas ao Simpósio “*Escola e Convivência com a Seca*”, de setembro de 1998, suscitaram novas questões e abriram um precedente importante para se pensar uma articulação mais densa destas e de muitas outras experiências; e foi a partir de tal demanda que se pautou o *I Seminário de Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro*, de setembro de 2000, dois anos após o acontecimento do Simpósio.

O *I Seminário de Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro*, ocorrido em setembro de 2000, em Juazeiro/BA, ampliou o leque das organizações articuladas e de experiências apresentadas, ao *Simpósio Escola e Convivência com a Seca*, em 1998. No Seminário a palavra “convivência” – e mais especificamente “convivência com o semi-árido” – definitivamente entrou na linguagem compartilhada das instituições presentes, e virou um “condigo de *conectividade*”, anunciando um horizonte de *interoperabilidades*. Mais do que isto: este evento trouxe as discussões para um universo mais amplo, especialmente porque importantes acadêmicos brasileiros nele se fizeram presentes. A escolha dos palestrantes foi ousada e deu preferência a nomes ilustres, como os que relacionamos a seguir.

O professor **Álamo Pimentel**, na época aluno do Doutorado em Educação na UFRGS, cuja pesquisa – sob o título “*O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no semi-árido brasileiro*” – versava sobre a experiência de formação do IRPAA, com pequenos agropecuaristas. Em sua fala, ele preferiu destacar não uma educação *para a* convivência, mas os processos educativos que se constituem *na* convivência com o semi-árido, ou seja, os processos de “convivência” já existentes e reais, que não esperaram pela “nossa” proposição de “convivência”. E relatou como teve que fazer um enorme esforço para considerar que as pessoas do sertão *vivem e sabem* coisas, que o desorientam quando é ele que está no sertão. Isso exige um redimensionamento da mentalidade *urbanosófica*,

para transformá-la numa mentalidade *ecosófica*. Nessa direção, propôs “*que nós nos situemos neste diálogo sobre a convivência com o semi-árido a partir da nossa capacidade de sentir e pensar os eixos da relação homem-mulher-natureza*”, especialmente no seio do sertão (MARTINS, REIS e AMORIM, 2000, Anexo 1, p. 8).

O professor **Miguel Arroyo**, professor aposentado da UFMG, ligado, à época, ao Programa Crer Para Ver da Fundação Abrinq e Natura Cosméticos, e a muitos movimentos sociais, particularmente ao MST e à temática da Educação do Campo, trouxe questões relativas à gestão dos sistemas educacionais, e ao vínculo entre formação e trabalho. Começou sua fala pela pergunta: “*será que a escola terá que ser aberta à realidade? Ou escola tem sua própria realidade, sua própria função?*” Ao que respondeu da seguinte forma:

Será que a experiência dos sujeitos com o seu meio, com a natureza – que é uma relação de amor de tensão não merece ser tratada pela escola. É nessa relação que o humano se produz. É na relação com a produção da vida, da produção material da vida que o humano se produz. E por isso temos que colocar nos currículos a centralidade da produção para o ser humano, para a própria construção do conhecimento (MARTINS, REIS e AMORIM, 2000, Anexo 2, p. 1).

**Durval Muniz de Albuquerque Júnior**, à época professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cuja tese de doutoramento em História, na UNICAMP, virou o livro *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (ALBUQUERQUE Jr., 1999), discutiu os paradoxos da invenção do Nordeste, nas primeiras décadas do século XX. Para ele esta invenção foi anti-moderna, cujas marcas fundamentais foram o atraso e a calamidade (vínculo indisfarçável com a temática das secas e, portanto, do semi-árido). Nessa direção ele problematizou e questionou os lugares-comuns de definição e defesa de certas feições da identidade do Nordeste e do nordestino, e seu vínculo com a marca das secas. Começou sua fala dizendo:

Eu vim tratar aqui com vocês de algumas palavras que vocês estão muito acostumados a ouvir e a achar que elas têm sentidos óbvios. As palavras são *seca*, *Nordeste*, *região*, *nordestino* e *cultura nordestina*. Parece que essas palavras, quando nós falamos, todo mundo sabe o que é; a compreensão é sempre de que está se falando da mesma coisa. Mas isso é um equívoco. Por trás dessas palavras existem diferentes significados, que são motivados também por diferentes relações de poder, por diferentes interesses. Quer dizer, eu fiz e continuo fazendo a história dessas palavras, que são palavras perigosas porque são palavras como toda palavra que constrói realidades (MARTINS, REIS e AMORIM, 2000, Anexo 3, p. 1).

E na seqüência dispôs-se a um trabalho de dê-construção daquilo que chamou falsas obviedades embutidas nestas palavras.

A professora **Edla Soares**, membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, estava envolvida, na época, com as discussões das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, tendo sido a relatora, em 2001, da proposta aprovada e sancionada posteriormente. Ela falou sobre as bases legais da educação contextualizada e afirmou que estas bases serão construídas com os nossos sonhos. Declarou, no entanto, que, em que pesem as solicitações de contextualização do ensino, há um princípio universal que merece ser levado em consideração: “*a educação escolar é um direito, não é apenas um direito em si, é também o direito que permite o acesso a outros direitos*” (MARTINS, REIS e AMORIM, 2000, Anexo 4, p. 3). É relativo, neste caso, não apenas ao que já se tem.

O professor **Neroaldo Pontes Azevedo**, professor da UFPB e Secretário de Educação do Município de João Pessoa/PB, acumulava, à época, também a Presidência Nacional da UNDIME. Ele manteve sua fala dentro do eixo das formalidades relativas à constituição dos sistemas municipais de educação, suportados pelas determinações da nova LDB. Discutiu as muitas dificuldades de garantir o “direito subjetivo à educação”, especialmente na realidade rural e advertiu que é preciso ainda lutar pela garantia do direito à educação: “*a conquista ninguém recebe, ela tem que ser feita, os direitos não são dados, eles tem que ser lutados, conquistados de verdade*” (MARTINS, REIS e AMORIM, 2000, Anexo 5, p. 2).

A professora **Maria José de Araújo Lima** (Zita), doutora em Geografia Humana, autora do livro *Ecologia Humana: realidade e pesquisa*, e diretora do Instituto de Ecologia Humana – IEH, sediado no Recife, estabeleceu sua abordagem em torno do tema da *ecologia humana* e do entendimento do homem como *entidade biosocial*, ou seja, do homem dentro do ambiente, participando da construção deste.

Para ela, seja em relação ao Rio São Francisco ou ao semi-árido, a *questão ambiental* já mudou o foco da relação *homem/natureza*, para a relação *sociedade/natureza*. Neste sentido, o desafio é que a população como um todo (e os cientistas e professores de forma particular) seja socialmente responsável, e “*compreenda a profundidade desse significado, dessa relação natureza/sociedade e da busca da interdependência entre natureza e sociedade*” (MARTINS, REIS e AMORIM, 2000, Anexo 6, p. 3).

**Nelson Preto**, professor e diretor, à época, da Faculdade de Educação da UFBA, ligado aos estudos das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC's), basicamente destacou as contradições relativas ao fato de que, mesmo que ainda existam muitas injustiças, desigualdades e atrasos enormes, paralelo a isso já existem transformações tecnológicas acontecendo de forma muito veloz (produzindo uma espécie de *frisson* tecnológico), o que nos convoca a dar atenção a isso, para não findar em uma nova forma de analfabetismo tecnológico (MARTINS, REIS e AMORIM, 2000, Anexo 7).

O professor **Cosme Batista dos Santos**, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), à época aluno do Mestrado em Lingüística Aplicada da UNICAMP, cuja pesquisa era sobre *letramento* no Semi-Árido, trouxe à discussão elementos relativos aos modos particulares de construção de sentido, no aprendizado do código escrito, particularmente nas práticas de retextualização. Sua exposição, baseada em dados de sua pesquisa em andamento, trazia elementos que corroboravam a perspectiva da “contextualização do ensino”, pois mostravam que nas práticas de retextualização o sentido é construído a partir do universo de referências que o aluno possui (MARTINS, REIS e AMORIM, 2000, Anexo 7).

Todas as abordagens desses estudiosos, cada um em sua especificidade e de modo singular, passaram a compor um quadro muito mais amplo de questões. A presença de personalidades tão diversificadas tornou possível que o seminário pudesse ser um espaço para se ir além das obviedades. Por um lado, ele contou com presença maciça de instituições governamentais, as secretarias de educação de muitos municípios (geralmente engessadas em seus imbróglis institucionais e com amplas dificuldades de dialogar com a sociedade e seus movimentos). Por outro lado, contou com a presença de Universidades, portanto, com a “voz” da academia, do saber sistematizado e conceitualmente estruturado. Além disso, contou com representações importantes do movimento social, já envolvido em práticas renovadoras de educação, algumas delas apresentadas no seminário enquanto “experiências exitosas”.

Alguns dos palestrantes estiveram ocupados com questões relativas às formalidades e à legalidade que envolvem os sistemas educacionais, com destaque para as aberturas advindas com a aprovação da nova LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), com a Lei do FUNDEF (Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996),

e com a criação das diversas diretrizes curriculares para os variados segmentos de ensino.

Outros estiveram ocupados de tecer provocações às nossas obviedades, como é o caso ALBUQUERQUE JR., bradando que “*a realidade não existe; a realidade é aquilo que se disputa e é aquilo que se diz puta, às vezes, não é? Portanto, realidade é em torno daquilo que se luta, a definição dela*” (MARTINS, REIS e AMORIM, 2000, Anexo 3, p. 2). E contestando a idéia de que o Nordeste é pobre e recebe menos recursos do Governo Federal. Pelo contrário, a seca, especialmente depois da grande seca de 1877, virou desculpa oficial para que as elites nordestinas ‘choramingassem’ recursos da União, que geralmente estancam nos bolsos destas mesmas elites. Nessa direção, o Nordeste e sua seca – sua marca fundacional – viraram um empreendimento lucrativo para as elites, ferrenhas defensoras de uma “identidade nordestina”, que foi sendo inventada nestes termos, tendo a calamidade e o beatismo sertanejos (e o passado rural e azeitado das casas grandes), como uma espécie de alegoria constitutiva.

Todos os debates – incluindo os que permearam as apresentações das experiências – motivaram, ao final do seminário, a retirada de um *Protocolo de Compromissos*, cuja promessa era dar continuidade a estes mesmos debates e à articulação de ações em função desta continuidade teórico-prática.

### **5.1.2. O passo a passo da tessitura da rede**

Ainda em 2000, nos dias 30 e 31 de outubro, em Juazeiro/BA, um encontro que reuniu algumas representações, instituições e coletivos que assinaram o *Protocolo de Compromissos* no seminário de setembro. Este encontro cumpria um dos itens do protocolo, que era dar continuidade ao processo de articulação visando à constituição de uma rede. No encontro estiveram presentes representações do IRPAA, do CAA, da Diocese de Rui Barbosa, do GARRA, do IPÊTERRAS, da SECTEL (Uauá, BA), do UNICEF, do Distrito de Irrigação Perímetro Senador Nilo Coelho, e da UNEB (DCH III). Inicialmente o encontro foi mais para aproximar estas organizações, já que os contatos anteriores não chegaram a proporcionar um conhecimento mais detalhado de seus trabalhos, das suas missões institucionais, vocações e públicos.

Era a oportunidade, portanto, de estabelecer os vínculos mais precisos com a questão da “educação no contexto do Semi-Árido”, além de avaliar o Seminário de setembro, pois assim previa o item 3 do *Protocolo de Compromissos*.

Já ali, nesta reunião, na parte da avaliação do seminário, uma consideração importante foi feita por um dos presentes, em relação ao tratamento que é dado ao item “cultura”. Apontou-se que se costuma colocar as manifestações culturais nos eventos como sendo um mero adereço. A questão cultural é sempre tratada como ilustração, para aliviar o cansaço dos participantes, mas não se tem um olhar mais específico sobre a importância das manifestações culturais, tanto que elas não estão localizadas na parte “séria” dos eventos: o que implicaria achar um novo lugar para a *cultura* não apenas nos eventos, mas no cerne das discussões que estavam sendo continuadas ali.

Começava-se assim a dispor de novos e muitos fios com os quais foi se traçando uma rede. Mas o que se via ali, mais uma vez, era um fortalecimento da perspectiva de tratar o Semi-Árido pelo eixo “não natural”, ou seja, pelo eixo da cultura, ou, no mínimo, sócio-ambiental. Se a discussão climática motivou os primeiros encontros, outros elementos iam aos poucos se inserindo, desenhando um traçado ainda pouco preciso. Muitos outros fios haveriam de se fazer presentes nesta tessitura e nesta tecelagem.

Neste encontro, os grupos de trabalho realizados no dia 31 de outubro de 2000 definiram que, para cumprir o item seis do *Protocolo de Compromissos* (“Formação de Rede Interinstitucional de Discussão e Troca de Experiências”), seria criada a “Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro”, cuja sigla, RESAB, foi criada naquele momento. **Esta é, portanto, a data inaugural de criação da RESAB.**

Ainda se definiu que a rede seria gerida, pelo menos inicialmente, por um “Grupo Gestor”, composto por representantes (e respectivos suplentes) das seguintes instituições: IRPAA, Secretaria Municipal de Educação de Curaçá, DCH III/UNEB, MOC, Distrito de Irrigação Perímetro Senador Nilo Coelho e Escola Rural de Massaroca (ERUM)/ADAC). Este Grupo Gestor faria pelo menos quatro encontros por ano, já ficando ali definida uma primeira reunião a ser realizada em fevereiro de 2001, também em Juazeiro, BA. Quanto ao banco de dados (item cinco do *Protocolo de Compromissos*), ficou indicado que o Departamento de Ciências Humanas III (DCH III/UNEB, Juazeiro, BA) assumisse esta responsabilidade por sua consecução, já que a pesquisa é um dos pilares constitutivos da Universidade.

A segunda reunião para dar continuidade à execução dos itens definidos no *Protocolo de Compromissos*, retirado do *I Seminário de Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro*, aconteceu nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2001, no sítio Vargem da Cruz, também em Juazeiro, BA, conforme fora previsto na reunião anterior. Esta reunião se realizou diante de novas expectativas na relação com o poder público, tendo em vista os resultados das eleições municipais, pois vários municípios, incluindo o município de Juazeiro, haviam eleito prefeitos considerados do “campo democrático” ou “progressista”, e que estariam mais abertos a uma articulação institucional em prol da construção de uma “educação contextualizada”.

A reunião contou com novas instituições representadas<sup>11</sup>, a exemplo da Associação dos Trabalhadores Rurais de Rui Barbosa (ATARB) responsável pela Escola Família Agrícola (EFA) de Rui Barbosa, BA (mantida por uma paróquia da Áustria e que tem parceria com a prefeitura, que “fornece” os professores e cozinheiras).

Além disso, em decorrência das questões pontuadas na reunião anterior, dois aspectos cruzaram a reunião em diversos momentos: uma discussão sobre a questão da cultura; e uma tematização da necessidade de serem produzidos materiais didáticos contextualizados (uma vez que, dizia-se, os livros didáticos são majoritariamente produzidos no sudeste do país, havendo neles um excesso descontextualização, em nome de entidades conceituais universais).

Já nesta reunião estes dois temas – *materiais didáticos contextualizados* e *cultura* – pareceram temas demasiadamente complexos para os quais as pessoas presentes na reunião não se mostravam suficientemente preparadas, e por isso a maioria das falas sugeria que o assunto fosse aprofundado. Mas já havia ali disposição em problematizá-los:

a) No caso dos livros didáticos, o que seria melhor: elaborar novos livros? Inserir novos temas? Produzir *um* ou produzir *vários* livros? Partir da realidade local para o geral ou o inverso? Que cuidados deveriam ser tomados para não acabar operando um fechamos na “realidade local”?

---

<sup>11</sup> As instituições representadas na reunião de 21 e 22 de fevereiro de 2001 foram: Associação dos Trabalhadores Rurais de Rui Barbosa (ATARB); UNICEF (escritório de Recife); GARRA, de Irecê, BA; SEE, de Juazeiro, BA; MOC, de Feira de Santana, BA; Paróquia de Araruna, PB; DCH III/UNEB, de Juazeiro, BA; SECTEL, de Uauá, BA; ERUM/ADAC, de Juazeiro, BA, IRPAA, de Juazeiro, BA; SEME, de Curaçá, BA; CAA, Xique-xique, BA; e IPÊTERRAS, de Irecê, BA.

b) E no caso da cultura? De que cultura estaríamos falando? Da erudita, da popular? Do folclore? Daquela que denunciemos sempre que “está se perdendo”? Daquela que achamos que “vem de fora” e que é “invasora”? Ou da cultura como expressão viva e cambiante, que não se permite simplesmente à dicotomia “dentro-fora”? Da cultura em termos mais amplos, que envolve os valores, as regras morais, as crenças, o imaginário...? Ou da cultura como expressão artística localizada no âmbito específico e imprecisamente delimitável da “arte”?

O fato é que, além desses temas, outros foram se adensando à discussão: a questão do trabalho; as relações de gênero; os jovens e a sua participação na sociedade; a diversidade econômica; a afetividade; a sexualidade; a ênfase nas manifestações culturais populares... Enquanto novos temas iam se perfilando ali, alguns participantes já se mostravam intranquilos com esta expansão:

Desde 98 a gente está discutindo, trocando informações. Agora a gente (como pessoa e entidade) precisa organizar coisas mais concretas. Precisamos alinhar ações. Já ocorreram alguns encontros onde discutimos todos esses pontos e não se sabe até que ponto houve avanço (fala de Juassara, do MOC; In: Relatório da Reunião de 21 e 22/02/2001).

Pelo menos em relação à cultura uma perspectiva de trabalho já despontava ali e seria objeto de diversas tematizações durante o percurso da constituição da RESAB, mostrando que quase nada estava definido e nem deveria ser dado por concluído:

Um dos trabalhos que desenvolvemos é de “resgatar”? (risos), registrar a história antiga e contemporânea e colocá-la em evidência; levá-la para a escola, para a praça. É um intercâmbio para pensar a realidade local; pensar o papel da cultura; da arte; também trabalhamos com a questão da mulher. O trabalho é basicamente de registrar histórias da comunidade (fala do representante do CAA. In: Relatório da Reunião de 21 e 22/02/2001).

O tema do “resgate” da cultura será um dos temas que, mesmo sendo marginalmente tratado na constituição da rede, a atravessará de uma ponta a outra, e ao mesmo tempo em que se abre, naquela reunião, uma perspectiva do resgate, outra abertura crítica vai se configurando, para tornar mais ampla e complexa a idéia de cultura e de como trabalhá-la:

A cultura é como faca de dois gumes. Que costumes estamos querendo preservar, trabalhar? Vê se traz vida, liberdade? Por que tem cultura que oprime e nós temos a cultura de esperar que os governos façam as coisas... (Ivanilson. In: Relatório da Reunião)



Já aqui duas palavrinhas se impõem no tocante à discussão da cultura – e elas aparecerão muitas outras vezes no percurso de constituição da RESAB e do seu trabalho. Trata-se das palavras *resgate* e *preservação*. O fato de elas estarem sendo colocadas no âmbito da discussão da cultura, isso implica em que valem para as demais discussões e para os demais temas, particularmente para o tema da produção do material didático, ou para a própria idéia de educação contextualizada; para a própria idéia de “educação para a convivência com o semi-árido” e de desenvolvimento sustentável, e assim por diante.

Em grande medida este é ainda o núcleo problemático da RESAB: resgatar, preservar: o quê, em nome de que e de quem? O fato é que estes temas, surgidos assim sem grandes explosões de humor, na verdade, acabam por formar uma outra “coluna dorsal” nos trabalhos que se seguiram na constituição da RESAB e da discussão que ela foi abrindo e sustentando. Na esteira deste dilema estão muito outros temas, bambeando entre:

- 1) uma posição pelo resgate e a preservação da cultura, de uma cultura que “está se perdendo” – o que seria um posicionamento saudosista e conservador, voltado para o passado (na maioria das vezes sustentando um dualismo simplificador e essencialista entre *o que é nosso* e *o que não é*); e
- 2) um posicionamento que encara as circunstâncias do presente, em sua complexidade, sem saudosismos e sem essencialismos, e busca apontar o futuro.

De qualquer modo a reunião foi importante para estabelecer diferenças de abordagem do termo “cultura”, especialmente entre o campo da arte, com sua diversidade de critérios estéticos; o campo da “indústria cultural” – não apenas nos termos em que a definiram ADORNO & HORKHEIMER (1985), mas como ela se mostra hoje: opôs-se, por exemplo, o “*samba de veio*” (praticado em muitas comunidades rurais), ao “Harmonia do Samba”, grupo de pagode da Bahia, uma das expressões do chamado *Axé Music*, rótulo industrial da chamada *Música Baiana*.

Também se discutiu aquilo que na cultura diz respeito aos modos de vida, profundamente intrincados no meio e na experiência social: como os códigos, os valores, os credos, os critérios de moralidade e de honra, etc. – e, no entanto, também devem ser objetos de tematização e revisão (vide discussões trazidas pela

“questão de gênero”, nas quais se tem problematizado o formato de masculinidade típica do que chamamos *identidade nordestina* ou *identidade sertaneja*, etc.).

Neste sentido cruzamentos importantes foram feitos entre “cultura” e “educação”, e entre as perspectivas de “preservação” e de “mudança”. Portanto, a cultura foi lançada em um núcleo muito mais amplo de problemáticas, do que se supunha inicialmente.

Uma das observações, da professora Odomaria Bandeira, da UNEB, fora sobre um dos aspectos da orientação da rede e do seu trabalho, e observações deste tipo viriam a ocorrer em diversos outros momentos, sem nunca esta questão ter sido esgotada, talvez por que jamais foi encarada como de fato deveria:

Quando a gente discute essa questão da problemática da cultura no semi-árido, há uma preocupação do destaque no rural, e o semi-árido não é só o meio rural; temos grandes metrópoles no semi-árido... Há peculiaridades sim, mas, são realidades distintas que não se entrecruzam? Há uma linha divisória entre o rural e o urbano? É importante discutir o que separa o campo da cidade... Há uma pluralidade urbana. É importante que se faça uma pesquisa... É importante considerar que são universos diferentes, mas precisamos diminuir as diferenças entre eles. (Odomaria Bandeira. In: Relatório da Reunião de 21 e 22/02/2001).

Neste sentido a reunião parecia indicar um nó de complexidades, que se mostrava como que compondo um eixo de tensões, que inescapavelmente iriam marcar a rede recém-nascida. De uma ponta à outra, o que de fato parecia estar fora de lugar era exatamente a linha metodológica da dicotomia e do maniqueísmo: semi-árido natural X semi-árido cultural; regate da cultura X atualização da cultura; rural X urbano... Estes dilemas vão atravessar todo o percurso de constituição da rede, mas vão mais além: vão infestar suas práticas e construções discursivas, mesmo que permaneça como uma coisa incômoda, fora do lugar, que não dá mais conta de facilitar a explicação das atuais configurações da vida e das lutas. Aquilo que a professora Odomaria indicava em sua fala – “é importante que se faça uma pesquisa” – muito fracamente foi assumido e potencializado explicitamente na rede.

Além destas discussões, grande parte daquela reunião foi para planejar a *Conferência Nacional de Educação no Contexto do Semi-árido*, que foi ali prevista para acontecer entre 23 a 26 de outubro de 2001, mas que, de fato, como já o indicamos, ocorreu quase cinco anos depois, entre os dias 17 e 20 de maio de 2006, em Juazeiro, BA.

Além disso, a maior parte da reunião voltou-se para a discussão de um projeto que deveria ser construído para buscar apoio junto a instituições de cooperação técnica. Já havia a sinalização do UNICEF (através do escritório do Recife, que apoiara a experiência de Curaçá e o próprio *I Seminário Regional de Educação no Contexto do Semi-Árido*), de que apoiaria técnica e financeiramente a iniciativa de mobilizar uma rede de educação que tivesse como objeto a “educação contextualizada”. Diante disso, propôs-se integrar em um mesmo projeto que seria encaminhado ao UNICEF, os seguintes itens<sup>12</sup>:

1. Sistematização do material didático da experiência de Curaçá/BA, que pudesse animar outras discussões em todo o semi-árido;
2. Realização da Conferência Nacional de educação no contexto do semi-árido, na qual a rede se consolidaria, finalmente;
3. Produção do material didático de 1ª a 4ª séries (definir o projeto editorial de um *livro didático*, para articular, sobretudo, o Ministério de Educação, e fazê-lo circular nacionalmente);

Em termos concretos, o eixo de tensões que começava a constituir a rede, já em seu nascimento, deveria ir sendo enfrentado com a produção de dispositivos que permitissem a continuidade e o aprofundamento das discussões. Objetivamente o que estava sendo indicado era a necessidade de sistematizar e publicar coisas que pudessem circular, abrir e alimentar novos debates. Em grande medida a reunião foi permeada de considerações sobre à necessidade de ampliação de “nossa” capacidade de registro e sistematização do que fazemos; e de publicação, editoração, etc. Isto porque, se não desenvolvermos esta capacidade, não há porque reclamar que existe um centro emanador dos discursos pedagógicos e curriculares, especialmente aqueles materializados em livros didáticos, que são produzidos e distribuídos por este centre emanador, identificado ali como sendo o “sudeste” (às vezes confundido com o *sul*).

Neste momento, ao mesmo tempo em que está se estruturando uma espécie de “coluna dorsal” de temas que a rede deveria assumir ao se fazer, surge uma outra dificuldade: a questão financeira, relativa ao custeio dos trabalhos de mobilização e animação da rede; à pesquisa e sistematização de experiências, à publicação de materiais, etc. Eis porque uma grande energia foi canalizada para a

---

<sup>12</sup> Informações constantes no texto do *Relatório da Reunião de 21 e 22/02/2001*.

elaboração do projeto que visava o estabelecimento de uma parceria com o UNICEF.

Este projeto foi construído pelo Grupo Gestor da RESAB e, de fato, todo o ano de 2001 foi utilizado em sua elaboração e nas diversas revisões e justes. A versão final de tal projeto data de agosto de 2001, e resultou numa versão modificada em relação aos itens propostos na reunião de fevereiro. Consta neste projeto:

A implementação desse projeto dar-se-á pela RESAB, que articula uma ampla rede de parceiros que se estende desde o norte do Espírito Santo até o Estado do Maranhão, cujo ponto focal é a Universidade do Estado da Bahia/DCH-Campus III, e o IRPAA, através dos quais são orientadas todas decisões que emanam da mesma.

Assim, demanda-se sobre o Unicef, além do apoio técnico e político, o aporte financeiro equivalente a R\$ 130.000,00, necessários para: realização de 10 pré-conferências de Educação; realização da "**Primeira Conferência Regional de Educação para a Convivência com o Semi-árido**"; produção de proposta editorial do *livro didático da 1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. série* para as escolas do semi-árido brasileiro; e apoio para organização da Secretaria Executiva da RESAB, no gerenciamento do Sistema de Informações sobre a Educação no SAB<sup>13</sup>.

O processo de construção do projeto refez as demandas, ou pelo menos as renomeou, o que se pode ver nos itens dos **objetivos específicos** do mesmo, como consta a seguir:

1. Fortalecer a Rede de Educação no Semi-Árido Brasileiro (RESAB);
2. Realizar Pré-conferências Estaduais de Educação para Convivência com o Semi-árido Brasileiro nos Estados atingidos pelo "Polígono das Secas";
3. Organizar base de dados sobre a Educação no Semi-Árido Brasileiro;
4. Realizar a Conferência Regional de Educação para a Convivência com o Semi-árido Brasileiro;
5. Universalizar e melhorar a qualidade do ensino no Semi-Árido Brasileiro (SAB);
6. Reorientar os currículos para as necessidades de convivência com a região Semi-árida do Brasil.

---

<sup>13</sup> Aqui e nas páginas seguintes as informações foram extraídas do texto do projeto *Educação para a Inclusão: Universalização e Qualidade da Educação no Semi-Árido Brasileiro* (IRPAA, UNEB/DCH III, RESAB, agosto de 2001), p. 9. Grifos no original.

Entre os objetivos, alguns são de difícil exeqüibilidade, como os itens 5 e 6 (embora este último em menor grau)<sup>14</sup>. Eles têm um teor de amplitude similar ao que vinha expresso no Objetivo Geral: “*Promover a inclusão educacional de qualidade de Crianças e Adolescentes no Semi-árido brasileiro*”. Não poderiam (e nem podem) ser realizados, a não ser em um processo amplo, longo e complexo, no qual também se expressará todo o potencial de *negatividade* com o qual todos os processos vitais estão fadados a se relacionar. Mas foi assim que o projeto foi enviado ao UNICEF e aprovado já em fins de 2001, sendo que o Termo de Cooperação, assinado entre a UNEB e o UNICEF (nº 0083/01), data de 12 de dezembro de 2001.

A data de aprovação e assinatura do convênio (para o qual todas as energias haviam sido canalizadas), no final do ano de 2001, significava que nada mais poderia ser feito naquele ano. Nesse período, a burocracia estatal estava encerrando seu exercício financeiro, para reabri-lo apenas em meses já adiantados do ano seguinte. E no caso específico deste projeto e deste convênio, a burocracia estatal só permitiu que os recursos fossem “descentralizados” para o Departamento de Ciências Humanas do Campus III (Juazeiro) da UNEB, em abril de 2002, quando, enfim, se pode dar início àquilo que estava previsto no projeto, cujo cronograma de atividades já se encontrava muitíssimo atrasado.

Da mesma forma tal burocracia estatal também impediu que o projeto fosse executado em 100 % dos seus recursos e atividades previstos. Apenas a primeira parcela, no valor de Trinta Mil Reais (R\$ 30.000,00) chegou a ser repassada à UNEB e ao DCH III, e a sua utilização, que deveria ir de janeiro a março durou, pelo contrário, de abril a dezembro de 2002, o que inviabilizou o repasse das demais parcelas previstas no Termo de Cooperação – e provocou o encerramento do convênio antes do tempo previsto. A burocracia estatal representa, neste sentido, uma das mais formidáveis expressões de *negatividade*, pois se situa em um ritmo muito diferente daqueles que experimentam os movimentos sociais.

Mesmo assim esta primeira parcela de pouco mais de 23% do total de recursos previstos, serviu para estabelecer uma articulação inicial nos Estados,

---

<sup>14</sup> Esta qualidade quase extemporânea destes objetivos foram os motivos das críticas feitas ao projeto, pelo Sr. Naidison de Quintella Baptista, secretário executivo do MOC, em reunião feita em Feira de Santana, BA, em 03 de junho de 2002, na sede do MOC.

começando com uma Assembléia realizada nos dias 25 e 26 de abril de 2002<sup>15</sup>, no sítio Vargem da Cruz, em Juazeiro, BA.

Esta Assembléia constitui-se em um marco na mobilização e organização objetiva da rede, depois de sua criação em outubro de 2000. É dela que saem as estratégias básicas para o trabalho de articulação dos diversos sujeitos coletivos, em toda a região semi-árida, o qual seria feito durante todo o restante do ano de 2002 – e nos anos seguintes, evidentemente, mas não mais com os recursos do mesmo Termo de Cooperação.

Nesta Assembléia foi comunicada a criação, 05 de abril de 2002, de uma lista de discussão eletrônica, no endereço <www.grupos.com.br/grupos/lista\_resab>, cujo correio eletrônico (<lista\_resab@grupos.com.br>) deveria servir ao trabalho de comunicação entre os membros da rede cadastrados e mobilizados nos Estados. Este foi apenas um dos instrumentos que a rede dispôs para sua comunicação interna (e é apenas parte de sua *conectividade* e de sua *interoperabilidade*), já que, de fato, a rede é muito mais do que isto; e contou com outros instrumentos, entre eles a reunião presencial (sobretudo porque muitas instituições também não contavam ainda, naquele ano, com o acesso à Internet).

Durante todo o ano de 2002, mesmo com apenas uma parcela de pouco mais de 23% dos recursos previstos no convênio celebrado entre UNEB e UNICEF, o trabalho de articulação dos Estados prosseguiu, através da realização de reuniões com instituições “próximas”, cumprindo os seguintes objetivos:

1. Esclarecer sobre a RESAB;
2. Estabelecer contatos e identificar instituições focais que possam conduzir um processo de articulação que decorra na geração de dados da educação no semi-árido e na realização de uma conferência estadual de educação no semi-árido;
3. Discutir as estratégias, condições e prazos para esta articulação;

---

<sup>15</sup> Estiveram presentes nesta Assembléia representantes da Secretaria de Educação e Esporte de Juazeiro, BA (Celso); da Associação de Produtores do Distrito de Irrigação Perímetro senador Nilo Coelho, de Petrolina, PE (Valtércio); do MOC (Eliene); do CEFAS (Gerardo); da Pastoral Social de Oeiras, PI (irmã Elenice); do IRPAA (Ivânia; Maisa e Edineusa, pelo projeto de construção do livro didático; Ângelo, Neide, Haroldo); UNEB/DCH III (Josemar Martins, Pinzoh, na condição de Secretário Executivo da RESAB, trabalho coberto por contrato de consultoria junto ao UNICEF; Guga, Aurilene e Francisca); Fundação Cultural de Juazeiro (Wanderléa e Cixto); CÁRITAS de Itapipoca e Limoeiro do Norte, CE (Alessandro); Fundação Clemente Mariano, Salvador, BA (José Carlos Sodré); Secretaria de Educação do Estado de Alagoas (Josefina, coordenadora do Projeto Círculo de Educação e Cultura no Semi-Árido Alagoano, e Nilda); CÁRITAS, Regional NE II, que atua em Alagoas, Pernambuco e Paraíba (Kátia); IPETERRAS (Helena e Andréa); UNICEF (Fábio).

4. Escolher membros (no Estado) para uma Comissão Regional.

Em cada reunião o ritual era semelhante, seguindo uma regularidade de itens que podem ser expressos na seguinte ordem:

1. Apresentação das instituições presentes/representadas;
2. Apresentação da RESAB (processo histórico);
3. Apresentação e discussão dos objetivos e metas do projeto “*Educação para a Inclusão: Universalização e Qualidade da Educação no Semi-Árido Brasileiro*”;
4. Discussão das estratégias pensadas para a realização das conferências nos Estados;
5. Escolha de uma Comissão Estadual da RESAB;
6. Definição de prazos e condições para a realização da Conferência Estadual;
7. Escolha de dois membros para compor a Comissão Regional da RESAB (Titular e Suplente).

A articulação baseada nestes instrumentos começou por desdobrar encontros em todos os Estados. Uma primeira reunião foi realizada em Fortaleza, CE, em 24 de maio de 2002, na sede do ESPLAR; e daí foi-se para a Bahia, com uma reunião em Feira de Santana, em 03 de junho de 2002, na sede do MOC; e depois outra reunião foi realizada no Piauí, em Oeiras, em 12 de junho de 2002, na sede do Clube do Banco do Nordeste, e assim por diante...

Ao todo foram realizadas, somente em 2002, 18 reuniões, sendo 2 (duas) no Ceará, 5 (cinco) na Bahia, 4 (quatro) no Piauí, 3 (três) em Minas Gerais, 2 (duas) em Alagoas, 1 (uma) em Pernambuco, e 1 (uma) na Paraíba. Além destas reuniões – que visavam articular as instituições e parcerias no âmbito de cada Estado – ainda havia um grupo em torno da Secretaria Executiva que se reunia mensalmente em Juazeiro/BA, para avaliar, definir responsabilidades e encaminhar a consecução das atividades. Considere-se também que, por meio da lista eletrônica da rede, mais de trezentas e cinqüenta mensagens foram trocadas entre os membros, incluindo as que fizeram circular os 5 (cinco) Boletins Eletrônicos elaborados, com informações detalhadas do percurso de articulação da rede, passo a passo, mês a mês.

Além disso, a articulação inicial da rede fez-se presente no *Encontro Estadual do Fórum de Educação do Campo*, na Bahia; nas discussões do projeto de elaboração de um *Livro Didático contextualizado* (especialmente no *Seminário do*

*Livro Didático*, ocorrido em 13 e 14 dezembro de 2002, no Centro de Treinamento do IRPAA, em Juazeiro, BA); no *III ENCONASA (Encontro Nacional da ASA)*, ocorrido em São Luís, MA, de 20 a 23 de novembro de 2002, etc. No meio deste processo, parte da energia dos envolvidos teve que ser disposta para a elaboração de um novo projeto de parceria – já que o Termo de Cooperação celebrado entre a UNEB e o UNICEF havia sido inviabilizado. Era preciso buscar apoio financeiro que permitisse dar continuidade a este processo no ano seguinte.

Em 2003, graças a um novo projeto aprovado pelo UNICEF (desta vez com Termo de Cooperação celebrado com o IRPAA), as atividades puderam ser continuadas. Além disso, uma consultoria coletiva foi constituída por meio de um contrato do UNICEF com a Cooperativa de Produção e Serviços Agropecuários, Sócio-Econômicos e Ambientais do Vale do São Francisco (COOPERFAJ), de Juazeiro, BA, o que permitiu as condições para os trabalhos de coordenação do projeto, e os demais trabalhos relativos à Secretaria Executiva da RESAB.

Este coletivo – amparado no processo de articulação ocorrido no ano anterior – realizou alguns eventos mais articulados, incluindo algumas Conferências Estaduais. E, como em 2002 o evento que disparou o processo de articulação foi a Assembléia realizada nos dias 25 e 26 de abril, o que mobilizou um novo ciclo de articulações em 2003, foi uma *Assembléia de Representantes da RESAB nos Estados*, ocorrida nos dias 19 e 20 de maio, em Teresina, PI.

Esta Assembléia foi convocada visando atualizar a estrutura de gestão de RESAB, definindo as competências de seus órgãos. Neste sentido, confirmou-se uma estrutura de gestão constituída de uma Secretaria Executiva – formada por representantes de quatro entidades localizadas na Bahia: a UNEB, a Prefeitura Municipal de Juazeiro, o MOC e o IRPAA. Este arranjo permitiu que a Secretaria Executiva permanecesse localizada em Juazeiro, BA – paradoxalmente funcionando como uma espécie de tronco para rede, quando uma estrutura reticular (supostamente adotada na RESAB), não supõe mais a existência de qualquer tronco.

Esta Secretaria teria como função os seguintes itens:

- Desempenhar as funções de Secretaria Executiva da RESAB, particularmente nas demandas relativas à organização, acompanhamento, controle e avaliação do desempenho dessa rede;
- Manter o sistema de informações sobre sociedade e educação no SAB;



- Interagir e disponibilizar informações necessárias e úteis para a RESAB, inclusive realizando análise crítica sobre a pertinência das mesmas;
- Contribuir para identificação e formulação de documentos técnicos, objetos de discussão da RESAB;
- Desenvolver atividades para sensibilização e mobilização dos componentes e parceiros potenciais da RESAB, objetivando o fortalecimento e consolidação dessa Rede;
- Articular parceiros dos diversos níveis federativos para implementação dos procedimentos e atividades necessárias à realização das pré-conferências estaduais e da Conferência Regional.
- Apoiar o processo de implantação no Semi-árido brasileiro do *Programa Melhoria na Educação*, do CENPEC, em parceria com a Fundação Itaú Social.

Aqui há uma curiosidade a ser destacada: a presença de um programa do CENPEC, entrando na pauta da RESAB, particularmente no que diz respeito às competências da Secretaria Executiva. Poderíamos ser levados a considerar que isso tem a ver com o fato de que uma rede é mesmo constituída de uma natureza móvel, cujos fluxos estão sempre se movendo e compondo constelações temporárias, configurações que se precipitam em seu movimento, de uma forma quase aleatória. Mas, na verdade, não é nada disso. A presença do CENPEC na RESAB e demandando itens de responsabilidade para a sua Secretaria Executiva só pode ser entendida como expressão das influências e interesses que também atravessam a rede; que estão instaladas na constelação das parcerias, e vão, aos poucos, desenhando a própria cartografia da rede.

Então é outra coisa, menos precipitação caótica de acontecimentos. São expressões não de uma desordem, mas de uma ordem na qual atuam forças e interesses; e ainda atuam centros de decisões que influenciam as cadeias da rede e suas configurações.

A Assembléia de Teresina também definiu que, além da Secretaria Executiva, a gestão da RESAB se faria adicionalmente pela presença de um Grupo Gestor Regional, composto de dois representantes de cada Estado, sendo que,

prioritariamente, um representaria o setor governamental e o outro o setor não-governamental. Este critério nem sempre é cumprido, exatamente pelas condições de presença das instituições de um setor e de outro, na configuração da rede em cada Estado. Diante destas condições, portanto, a Assembléia de Teresina definiu quais as instituições que comporiam este Grupo Gestor, a partir da presença das representações de cada Estado na *Assembléia*, ficando da seguinte forma o panorama das representações dos Estados no Grupo Gestor<sup>16</sup>:

- PI:** Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido (Estado);  
Cáritas (Sociedade Civil);
- MA:** AMAVIDA (Sociedade Civil);  
ASA Brasil (Sociedade Civil);
- CE:** Universidade Estadual do Ceará (Estado);  
Fórum de Educação para Convivência do AS;
- BA:** Movimento de Organização Comunitária, MOC (Sociedade Civil);  
Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, IRPAA (Sociedade Civil);
- AL:** Visão Mundial (Sociedade Civil);  
GEAVS (Sociedade Civil);
- MG:** Centro de Agricultura Alternativa (Sociedade Civil);  
Universidade de Montes Claros (Estado).

Este Grupo Gestor tinha, segundo as definições da *Assembléia*, as seguintes funções:

- Reunir-se periodicamente com poder deliberativo;
- Indicar procedimentos e princípios para o funcionamento das ações da Rede;
- Viabilizar catalogação de dados (banco de dados)
- Viabilizar e/ou fomentar a sistematização de experiências;
- Organizar e encaminhar a produção, em curto prazo, de material paradidático, com caráter de uso interinstitucional pelos membros da rede, junto à Secretaria Executiva;
- Participar e contatar os Fóruns e todos os outros parceiros;
- Desenvolver estratégias para captação e gerenciamento de recursos;

---

<sup>16</sup> Informações constantes no *Relatório da Assembléia de 19 e 20 de maio de 2003, em Teresina, PI.*

- Planejar, monitorar e avaliar as ações e recursos financeiros da Rede.
- Estimular a participação das Universidades na discussão da RESAB.

A *Assembléia de Teresina* também definiu um formato básico para a realização das Conferências Estaduais, e até das conferências sub-regionais, no interior de cada Estado, cujos objetivos era a retirada de um conjunto de proposições temáticas, e de delegados, para a realização da Conferência Nacional da RESAB. Neste sentido estabeleceu um conjunto de comissões, com suas devidas coordenações, que deveriam ser estruturadas em cada Estado, visando à realização destas conferências:

- Comissão Técnica;
- Comissão Financeira;
- Comissão de Divulgação;
- Comissão de Infra-Estrutura;
- Comissão de Mobilização.

E quanto às temáticas, as Conferências Estaduais (e sub-regionais, no interior de cada Estado) deveriam organizá-las em dois eixos, cada um com um conjunto de subitens, conforme segue:

*EIXO TEMÁTICO I: Semi-árido*

- Caracterização e conceitualização;
- Relação rural-urbano, local-global;
- Saber popular-saber científico;
- Identidade-diversidade, gênero, etnia, geração, cultura;
- Concepções de convivência.

*EIXO TEMÁTICO II: Políticas de Educação para a Convivência*

- Currículo contextualizado;
- Formação de professores;
- Gestão Educacional/Projetos Político-Pedagógicos;
- Material didático;
- Participação infanto-juvenil;
- Trabalho e Cultura;
- Relação escola-família-comunidade;

- Propostas Inovadoras: formais e não-formais.

A *Assembléia de Teresina* reuniu estas premissas e definições em um esboço de *Regimento* para as conferências, cujo texto deveria ser adaptado em cada caso, nos Estados, porém sem que os fundamentos e critérios fundamentais (como aqueles apontados aqui) fossem alterados. Não apenas as temáticas já ficavam ali definidas, como também a própria quantidade de delegados a serem retirados nas Conferências de cada Estado (proporcionalmente à população de cada um), conforme a discriminação abaixo:

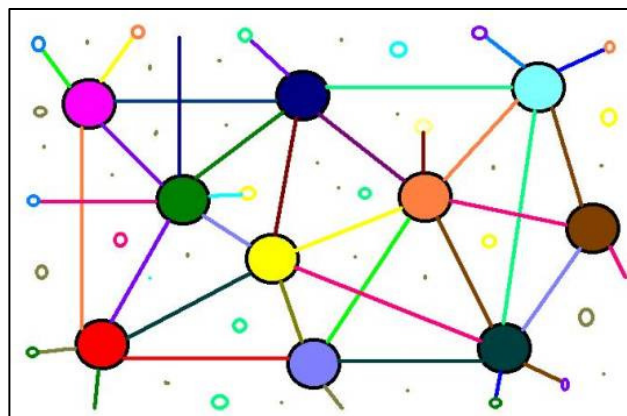
- Alagoas: 10 delegados;
- Bahia: 30 delegados;
- Ceará: 22 delegados;
- Espírito Santo: 10 delegados;
- Maranhão: 10 delegados;
- Minas Gerais: 10 delegados;
- Paraíba: 14 delegados;
- Pernambuco: 18 delegados;
- Piauí: 10 delegados;
- Rio Grande do Norte: 12 delegados;
- Sergipe: 10 delegados.

Herdando procedimentos adotados pela ASA na estruturação de suas conferências nacionais (incluindo o quantitativo de delegados de cada Estado), o que a *Assembléia de Teresina* estava fazendo era “amarrando” um formato para o funcionamento da rede.

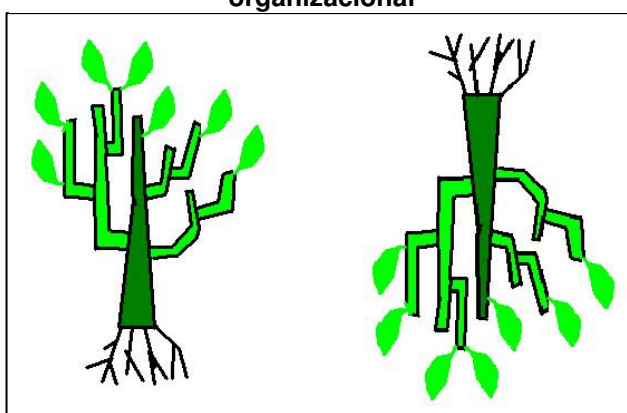
A descrição destes elementos e processos constitutivos da RESAB, por mais que seja enfadonho, é importante para mostrar que realmente existem ações dirigidas, intencionais, na estruturação das redes sociais. Isso torna um tanto paradoxal a imagem de um rizoma adotado pela RESAB, para falar de si mesma enquanto rede, conforme o conjunto de imagens a seguir



**Imagem 6: Folder da RESAB**



**Imagem 4: Representação da ideia de rizoma, adotada pela RESAB como sendo o seu modelo organizacional**



**Imagem 5: Representação do modelo arborescente, comum nos organogramas convencionais hierarquizados.**

As imagens acima foram exaustivamente utilizadas pela RESAB para constituir um “discurso organizacional” que evitava a idéia de um modelo arborescente, como discutido no capítulo anterior (os organogramas são árvores “de cabeça para baixo”), e adotava formalmente um modelo mais rizomático, mais horizontal e isonômico, particularmente interessado em não reproduzir, na rede, um centro, ou mesmo uma idéia de centro ou de tronco.

O fato, porém, de os “animadores” da RESAB (entre os quais me incluo), terem adotado tais idéias em relação à rede, não significa que ela, tenha se constituído deste modo. Este reconhecimento, aliás, devolve-nos a um ponto em que é possível discutir os discursos e as práticas em órbitas diferentes. Como vimos no segundo capítulo, nossa era desconstrucionista está permeada de afirmações –

alinhadas ao “pós-estruturalismo” – de que os discursos produzem as realidades; de que não é possível separar discurso e prática (e que, tentar isso seria voltar às dicotomias e maniqueísmos característicos da índole racionalista moderna, e assim por diante). As práticas e os discursos podem andar em direções desencontradas e até antagonistas – inclusive onde as práticas escondem discursos não explicitados, e os discursos sobre as práticas acabam sendo um tipo particular de prática.

Estabelecer uma convenção conceitual – e ideal – sobre o que é como funciona uma rede (a partir de leituras empolgadas de teóricos da moda) é algo muito diferente da construção e da realização da rede em si. Aqui, não deixa de ter sentido uma quase-anedota que é comum ser pronunciada em muitas reuniões: “o discurso na prática é outra coisa”.

A bela imagem do acontecimento desordenadamente proliferante, contida na idéia de rizoma, está longe de sê-lo de fato. Há precipitações, mas, de todo modo, o que há mesmo é um firme trabalho de articulação, cujos critérios de inclusão e exclusão vão se estruturando processualmente, mas sem muita margem para improvisos. As precipitações também se contextualizam nessa disposição. Como se pode ver, nada de deixar fios muito desamarrados. A frase mais freqüente nos encontros, assembléias e reuniões da rede (especialmente quando o rumo das discussões vai se tornando mais à vontade, “proliferante” e desordenada) é: “vamos amarrar!”.

O ritual que se estabelece nestes encontros se inicia pela “amarração” de uma pauta e de um “acordo de convivência”, com regras que devem ser compartilhadas e respeitadas, isso pretende evitar, evidentemente, o proselitismo liberal. Se isso parece um paradoxo em relação à idéia de rede, é importante não confundir um formato de funcionamento das interações mais amplas, cada vez mais complexas em nossa sociedade, e as pautas de trabalho conjunto dos movimentos sociais, cujos produtos devem ser apresentados, seja a parceiros externos que custeiam suas atividades (aliás, um outro ponto a considerar é que as parcerias cada vez mais se estabelecem com acordos que implicam a finalização e apresentação de um “produto final”, e talvez isso explique um pouco essa espécie de “paranóia da amarração”), seja aos próprios parceiros internos, em forma de resultados de uma luta que se possa avaliar sem um excessivo devaneio conceitual.

Claro que, se essa amarração puder, pelo menos, ser metaforizada em *nó*, no sentido de *conexão*, tudo ainda vai bem. E em certos momentos essa

“amarração” se torna uma “camisa de força”, uma ferramenta que inventamos para nos aprisionar. Mas há sempre a possibilidade de muitos se posicionarem dizendo que sem isso não se constrói; que a luta não pode ser entregue ao liberalismo, cuja figura que o governa é individualismo, e para o qual “não há mais projeto coletivo”.

Essa fronteira não está isenta de paradoxos. Há duas situações específicas ligadas a essas “amarrasões” que se deram, respectivamente, na *Conferência Estadual de Educação Contextualizada* do Ceará, realizada em Fortaleza entre 28 e 29 de maio de 2003, e na Conferência Nacional da RESAB, ocorrida entre 17 e 20 de maio de 2006, em Juazeiro. Curiosamente a primeira e a última das conferências realizadas nesse processo de constituição da RESAB, até a última data acima referida, foram acompanhadas por nós.

Na primeira situação, como a Conferência Estadual do Ceará foi a primeira a ser realizada, foi também o espaço de experimentação dos dispositivos do Regimento propostos pela *Assembléia de Teresina*. Ali, a falta de representantes do poder público impedia que se cumprisse a premissa da paridade (número igual de representantes do poder público e da sociedade civil), prevista no Regimento. Criou-se, então, uma situação inusitada, pois formalmente a Conferência não poderia ser finalizada – já que não havia condição para a retirada dos delegados do setor público, e sem isso não havia como finalizar a Conferência. E o mais curioso é que os próprios participantes da Conferência se perguntavam se poderiam alterar os dispositivos do Regimento que eles próprios haviam votado inicialmente.

A segunda situação ocorre na Conferência Nacional, quando, diante de um quadro de “amarrasões”, contou com um questionamento importante sobre seu formato, vindo no último dia da Conferência (20/05/2006), da parte de um representante do maior parceiro da RESAB até aqui: o UNICEF. Este questionamento conclamou a todos ao desafio de pensar novos formatos para a organização dos trabalhos da rede, incluindo os seminários, as reuniões, as conferências, etc. Sobre isto anotei o seguinte em meu Diário de Bordo:

*Hoje, na mesa de encerramento da conferência, uma das falas me chamou a atenção – e curiosamente ela veio da parte de uma pessoa do UNICEF. Esta fala reclamava do formato da conferência e dizia que os formatos de nossos eventos ainda são demasiadamente duros, antigos, arcaicos. Gastamos muito tempo, dinheiro e energia humana para fazer coisas que em geral não inovam,*

*não trazem nada de novo; são repetições às vezes do que já foi definido em outros lugares, e até já estão em alguma lei.*

*Esta fala fazia referência ao trabalho de aprovação das “diretrizes” a serem retiradas, que gastou toda a manhã de hoje. Para este trabalho foram retirados delegados nas conferências estaduais; foi aprovado um Regimento no primeiro dia, e se dispôs trabalhos em grupo e todo um ritual de apresentação, discussão e aprovação de tais diretrizes na manhã de hoje. Olhando-as bem, no entanto, não chegam a valer todo este esforço. Apenas um dos grupos, aquele que tratou de índios e quilombolas, trouxe uma reflexão estruturada e apontou, de forma sucinta e objetiva, coisas importantes para o direcionamento das ações da RESAB.*

*No geral ainda prevaleceu uma dúvida para a própria RESAB sobre se estas diretrizes deveriam ser para ela mesma, ou para as instituições externas a ela. A dúvida que se manteve foi: para que e para quem são as diretrizes. Mas, neste sentido, a fala em questão dizia: “temos que ousar outros formatos, criar outras formas de fazer encontros, conferências, seminários, reuniões... A RESAB precisa pensar outras formas de fazer estas coisas”. Isso nos diz que a I CONESA poderia ter assumido o tema da própria reconstrução da RESAB, sem medos, e sem amarrações antecipadas, acreditando em que as pessoas poderiam apontar “saídas criativas” para a própria rede. Ou não!  
(Diário de Bordo, 20/05/06).*

Realmente há um tipo de formalismo e de “amarração” que já se parece mais com um cacoete, em relação ao qual já nada estranhamos, e que se torna cansativo, desgastante e pouco produtivo e criativo.

Na verdade, com estas contradições e paradoxos lhe constituindo, a RESAB se tornou uma realidade, como já indicamos, ainda em 2003. Além da continuidade da articulação em alguns Estados e da abertura das articulações noutros, foram realizadas 3 (três) Conferências Estaduais: a do Ceará; a do Piauí, ocorrida nos dias 18 e 19 de novembro de 2003, em Teresina; e a da Bahia, ocorrida entre 03 e 06 de dezembro de 2003, em Salvador. Felizmente, apesar das amarrações, o processo foi permitindo que em cada Estado as articulações tomassem formatos heterogêneos e as próprias conferências tivessem nomeações distintas, e composições também diferenciadas. É o caso da Bahia. Nesse Estado, ao contrário dos outros, a conferência foi realizada em parceria com Fórum de



Educação do Campo (FEEC), que é outra rede, com outro perfil de gestão e outro conjunto de atores coletivos e de temáticas específicas.

Com paradoxos e tudo, em 2004 os eventos que marcaram a mobilização da RESAB foram as articulações internas – tendo, por esta motivação, acontecido o *Encontro do Grupo Gestor*, entre 08 e 09 de março de 2004, em Juazeiro/BA. Além disso, ocorreram mobilizações nos Estados, especialmente no Espírito Santo e na Paraíba. No primeiro se realizou a Conferência Estadual em abril de 2004. Na Paraíba, esta conferência aconteceu em Patos, nos dias 5 e 6 de junho de 2004, e foi antecedida por duas conferências sub-regionais: uma também em Patos, em 18 de março; e outra em Cajazeiras, em 4 de novembro.

Nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, algumas reuniões com integrantes da Secretaria Executiva chegaram a acontecer, mas as articulações não evoluíram. Mas enquanto estas articulações nos Estados passavam por dificuldades, a RESAB avançava no sentido de fincar o seu reconhecimento nacional. Em Brasília a rede participa com representante nos trabalhos de construção do *Programa Um Mundo Para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido*, de iniciativa do UNICEF. Também foi convidada para participar do GT de Educação do Campo do CONDRAF<sup>17</sup> e, concomitantemente, foi solicitada a dispor de um representante no GPT de Educação do Campo do MEC, como já indicamos.

A expansão deste reconhecimento rendeu convites para participações em outros eventos, entre eles o encontro de *Intercâmbio de Experiências de Educação do Campo do Nordeste* (para os Estados PB, PE, RN, CE e PI), realizado pela SDT/MDA; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC; e Serviço de Tecnologia Alternativa/SERTA, em Glória do Goitá, PE, entre 16 e 18 de setembro de 2004.

Os envolvimento com espaços e outras redes de abrangência nacional também exigiam que a RESAB não descuidasse do processo de sua articulação nos Estados do semi-árido, nem de estar sempre fortalecendo a própria articulação interna. Por isso, foi realizada em 29 e 30 de outubro de 2004, em Juazeiro/BA, da *2ª Assembléia Geral* da rede. E como continuidade das articulações na Bahia dividiu com o Fórum Estadual de Educação do Campo, FEEC, a realização da //

---

<sup>17</sup> Participação definida pela Resolução do CONDRAF nº 41, de 05 de abril de 2004, conforme Artigo 3º, alínea XV (DOU, Seção 1, página 89, 13/07/2005), e mantida pela Resolução nº 57, também do CONDRAF, de 12 de julho de 2005, conforme Artigo 3º, alínea XIV (DOU de 14 de julho de 2004).

*Conferência Estadual de Educação do Campo e Para a Convivência com o Semi-Árido* (ocorrida entre 08 e 11 de dezembro de 2004, em Salvador).

O ano de 2004 foi também aquele em que a Secretaria Executiva da RESAB investiu na produção de material para publicação. Por um lado, já havia o trabalho com a produção de um Livro Didático – que foi finalizado e impresso em fins de 2005, em dois volumes, com o título *Conhecendo o Semi-Árido* (LINS, SOUZA e PEREIRA, 2005a e 2005b), e lançado no dia 18 de maio de 2006, dentro da programação da Conferência Nacional. Por outro lado, era preciso investir em subsídios teóricos que amparassem melhor o trabalho e as proposições da própria rede. Assim publicou-se, em 2004, o livro *Educação para a Convivência com o Semi-Árido: Reflexões Teórico-Práticas* (RESAB, 2004).

Em 2005, além da continuidade dos trabalhos de articulação da rede nos Estados, da realização de reuniões internas e assembléias, e da construção de projetos visando à busca de apoio para a realização da Conferência Nacional, a Secretaria Executiva deu continuidade a seu intuito de produzir referenciais que amparem o trabalho e as proposições da rede. Assim, pensou-se o “Selo Editorial”, cujo primeiro produto foi a publicação do volume 1 do *Caderno Multidisciplinar – Educação e Contexto no Semi-Árido Brasileiro* (RESAB, 2006).

Em 2006 – até o ponto em que coletamos as últimas informações para compor esta tese – todo o trabalho esteve voltado para a realização das conferências Estaduais que ainda não haviam sido realizadas (Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco), e a realização da Conferência Nacional.

### **5.1.3. Um quadro fractal atual da RESAB**

A RESAB continua seu processo de articulação nos Estados e, ao mesmo tempo, tentando constituir uma auto-imagem, que seja minimamente coerente com o que ela tem sustentado ser uma rede, pelo menos em termos ideais. Ao fazermos um balanço e ao tentarmos traçar um *mapa* de sua atual constituição vemos que ela já conseguiu uma ampla mobilização; que já estendeu suas malhas em todos os estados do semi-árido, mas ainda mantém pontos muito frágeis. Importante mesmo é sua constituição, e até mesmo suas irregularidades estão de acordo com o seu próprio processo. Vamos a uma revista de seu estado atual.

### 5.1.3.1. Alagoas

Atualmente as instituições que fazem parte da RESAB no Estado de Alagoas são: AAGRA, CACTUS, Cáritas Regional Nordeste II/AL, COPPABACS, GEAVS, NUDEC e a Visão Mundial – Unidade Sertão I (AL/SE). O Grupo Gestor no Estado é formado por uma representação da GEAVS (Estevão Firmo) e da Visão Mundial (Juliana Alves).

No processo de articulação no Estado, a RESAB estabeleceu parceria com a Secretaria Estadual de Educação (por intermédio do PROER – Programa de Educação Rural), na instituição do Fórum Estadual Permanente de Educação do Campo de Alagoas (FEPEC). E também com as Secretarias Municipais de Educação dos Municípios de Estrela de Alagoas, que já desenvolvem a PECEMEAL (Proposta de Educação Camponesa das Escolas do Município de Estrela de Alagoas) e Igaci, na formação de uma Comissão de Educação Camponesa, constituída por 10 educadores e 12 lideranças comunitárias, desencadeando na elaboração da PRODECAMI – Proposta de Desenvolvimento da Educação do Campo do Município de Igaci.

A articulação da RESAB estabeleceu aproximação com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por meio do Programa de Assessoramento Técnico-Pedagógico aos Municípios Alagoanos (PROMUAL), onde está sendo desenvolvido o Programa de Fortalecimento das Secretarias Municipais de Educação do Semi-árido, do MEC, um programa de capacitação dos gestores e do pessoal técnico das secretarias de educação. Também se articulou com os trabalhos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), objetivando inserir a educação do campo, na constituição dos territórios.

Nesta direção, os eventos de articulação da RESAB no Estado foram os Fóruns Estaduais de Educação do Campo, os Seminários Municipais, as Jornadas Pedagógicas, e a própria Conferência Estadual de Educação Contextualizada, realizada nos dias 17 e 17 de fevereiro, em Palmeira dos Índios.

Como desdobramentos há a própria articulação do FEPEC e a inicialização do processo de construção de Planos Municipais de Educação em alguns municípios do semi-árido alagoano. E a importância disso se confere na disposição que a SDT teve para financiar um seminário visando desencadear a discussão da educação em outros territórios.

No entanto, ainda há um conjunto de dificuldades e pontos frágeis (segundo os próprios membros do Grupo Gestor do Estado), como, por exemplo, a ausência de entidades governamentais na estrutura da Comissão Estadual da RESAB; o desconhecimento das ações que estão sendo desenvolvidas na educação, pelas entidades ditas “parceiras” da RESAB /AL; a ausência de uma agenda coletiva, focando a questão da educação, entre as entidades que fazem parte da RESAB/AL; e a falta de um planejamento da RESAB na Alagoas.

#### 5.1.3.2. Bahia

Na Bahia, a relação de instituições que participam da RESAB é um tanto maior que as outras. O quadro destas instituições é formado por: IRPAA, AECOFABA, REFAISA, GARRA, Cáritas Regional Nordeste II; MOC, AEC, UNEB, ADAC, Secretaria de Educação de Sento-Sé; Secretaria Municipal de Fátima; Secretaria de Educação de Uauá, ARCAS; Aghenda-Paulo Afonso; Diocese de Rui Barbosa, Secretaria de Educação de Filadélfia, Secretaria de Educação de Ibepeba, Sindicato dos Professores de Campo Formoso; EFA de Pintadas, Secretaria de Educação de São José do Jacuípe, EFASE de Monte Santo, Secretaria de Educação de Correntina, Pastoral de Educação de Brumado, Caporec-Ilhéus; EFA de Ilhéus, Projeto Sobradinho, CPT-Senhor do Bonfim, Secretaria de Educação de São Domingos, STR de São Domingos, Fatred-Sisal e representação do Mandato do Deputado Estadual Zilton Rocha.

O Grupo Gestor no Estado da Bahia é formado pelas seguintes instituições: IRPAA, GARRA, Cáritas, AECOFABA, REFAISA, AEC e DCH III/ UNEB. Diferentemente dos outros Estados – e até contrariando a paridade na constituição do Grupo Gestor – há várias instituições e quase todas são da Sociedade Civil. Esta configuração deve-se à influência do FEEC na estruturação da RESAB no Estado.

As parcerias estabelecidas foram com o UNICEF (Escritório de Salvador), que financiou projetos durante os anos de 2003 e 2004, cujos recursos garantiram as atividades de mobilização e articulação da rede e do FEEC, conjuntamente. A CESE apoiou financeiramente o projeto para realização das Conferências Estaduais.

Os eventos no Estado incluem a realização de sete pré-conferências regionais de Educação do Campo e para Convivência com o Semi-Árido, em 2003, e

a realização da primeira (2003) e da segunda (2004) *Conferencia Estadual de Educação do Campo e para Convivência com o Semi-Árido*. Além disso, ainda realizou-se um encontro com as coordenações regionais do Fórum do Campo e da RESAB, em maio de 2005.

Entre os acontecimentos mais importantes no Estado encontramos a assessoria dada pela rede ao encontro sobre Diretrizes Operacionais de Educação do Campo, promovido pela Secretaria Estadual de Educação do Estado, para os coordenadores municipais de educação do Estado; a participação no Comitê Estadual do Pacto *Um Mundo para Criança e Adolescente do Semi-Árido*; a assessoria na *Oficina de Educação Contextualizada*, no Encontro Estadual da ASA-BAHIA; a assessoria no *Seminário de Educação para a Convivência*, no município de Irecê; e a inclusão do eixo *educação para a convivência* no plano do Território de Irecê.

Ainda se podem relacionar outros acontecimentos e eventos que, embora não estejam relacionados à ação da RESAB, têm como objetivo e objeto da ação o semi-árido e a educação no semi-árido, e são reflexos da repercussão da discussão da educação contextualizada no semi-árido sustentada pela rede. É o caso da criação de *Curso de Especialização em Ensino Superior e Docência no Contexto do Semi-Árido*, no Campus VII da UNEB, em Senhor do Bonfim; a criação de um núcleo de aprofundamento de educação do campo no campus XVI da UNEB, em Irecê; e a inclusão de módulo de *Educação para a Convivência*, no curso de Pedagogia da UFBA, para professores/as da rede municipal de Irecê.

Segundo a Secretaria Executiva existem vários pontos frágeis. Um deles refere-se à captação de recursos, para garantir as realizações das atividades da rede. Outra dificuldade é o número limitado de pessoas para atender às demandas cada vez mais crescentes, grande parte delas vindas de municípios que querem abrir esta discussão, mas como não contam com pessoas que possam fazê-las, recorrem sempre à rede.

Uma parte significativa destas demandas está relacionada ao fato de a RESAB ter sido integrada às discussões da “educação do campo” em âmbito nacional e estadual: participou do encontro dos pesquisadores do campo, em Brasília, e está na comissão para revisão do Plano Nacional de Educação, na qual uma das ações é a elaboração de um capítulo específico dedicado à educação do campo e à educação contextualizada.

Além disso, a rede participou do Seminário Estadual de Educação do Campo, do MEC, tendo se tornado membro do Grupo Executivo do MEC no Estado, onde caminha junto com o FEEC, na implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Neste sentido, por influência do FEEC, existem dificuldades e confusões que em grande medida tornam a discussão da educação contextualizada na Bahia um tanto ruralizada.

#### 5.1.3.3. Ceará

No Ceará houve uma articulação inicial que contou especialmente com a presença da Cáritas. Depois a coordenação ficou com a representação da Universidade Estadual do Ceará, que manteve uma aproximação com a UNDIME-CE, e com a Fundação Konrad Adenauer.

Esta composição permitiu, juntamente com o Fórum Cearense Pela Vida no Semi-Árido (onde estão congregadas instituições vinculadas à ASA), a realização da *I Conferência Estadual de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semi-Árido no Ceará: uma Nova Política Educacional*, ocorrida em 28 e 29 de maio de 2003.

Também foi realizado o seminário *Educação Contextualizada e a Convivência com o Semi-Árido*, em 20 de agosto de 2004, em Sobral, CE.

Depois da Conferência, no entanto, esta composição tornou-se conflituosa e enfraquecida. Agora, a RESAB tenta tomar uma nova configuração no Estado, atuando com outras instituições e outras regiões, que estão buscando a constituição de um novo Grupo Gestor e um novo caminhar no Estado, voltando a fortalecer o vínculo com o Fórum Cearense Pela Vida no Semi-Árido.

De qualquer modo a articulação anterior, além de ter promovido a *I Conferência Estadual de Educação Contextualizada*, logrou a publicação de uma das primeiras referências da Rede, reuniu as palestras da conferência. Este livro foi coordenado por Ângela KÜSTER e Beatriz Helena Oliveira de Mello MATTOS, que levou o título de *Educação no contexto do semi-árido brasileiro*.

#### 5.1.3.4. Espírito Santo

O Espírito Santo é um Estado com problemas de identificação com o Semi-árido, primeiramente porque sempre esteve fora do chamado “Polígono das Secas” e depois porque também não faz parte do Nordeste – estando livre, portanto, de todo o conjunto de *dizibilidades* e *vizibilidades* relativas à sua identidade. Mas o Estado está envolvido nesta questão desde que a ASA o incluiu entre os Estados que fazem parte do Semi-Árido Brasileiro. Por esta definição da ASA, o Semi-Árido Brasileiro se estende por uma área que abrange a maior parte de todos os Estados da Região Nordeste (86,48%), mais 11,01% do Estado de Minas, na parte setentrional, e 2,51% do Estado do Espírito Santo, no norte do Estado, ocupando uma área total de 974.752 Km<sup>2</sup>. Também a Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, expande a área de atuação da extinta SUDENE e incluiu os municípios do Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas Gerais, e o norte do Espírito Santo.

No entanto, o *Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para Redelimitação do Semi-Árido Nordestino e do Polígono das Secas*, do Ministério da Integração Nacional, apresentado no início de 2005, redefine a área do Semi-Árido e deixa de fora o Estado do Espírito Santo. As conclusões do referido relatório estabelecem que o Semi-árido Brasileiro envolve uma área de 853.383,59 km<sup>2</sup>, equivalentes a 10,02 % do espaço brasileiro. Sua área apresenta uma configuração espacial diferente da área do Polígono das Secas, oficialmente reconhecida com cerca de 950.000 km<sup>2</sup>, e sua delimitação espacial extrapolou a superfície configurada pela isoietal modal<sup>18</sup> de 800 mm. Mas, mesmo assim, o Norte do Espírito Santo não reúne condições fisiográficas e ecológicas que o enquadrem no domínio do semi-árido. Eis aí o dilema do Estado!

No que diz respeito às articulações da RESAB, desde a realização da Conferência Estadual de Educação Contextualizada, em abril de 2004, esta problemática foi percebida pela Secretaria Executiva da rede. Pelo que tudo indica – segundo a Secretaria Executiva da rede – houve um momento de euforia inicial (como se fazer parte do Semi-Árido equivalesse a algum tipo de bonificação) e em seguida a as articulações desandaram.

---

<sup>18</sup> Indicador de incidência pluviométrica, abaixo do qual se situam as áreas semi-áridas.

Tive buscando uma informação quanto às ações da educação do campo no Estado, através de uma pessoa do MEC, que acompanha o Grupo Executivo por lá, e ela tem dito que já estão deixando de lado, pois não há nenhuma iniciativa, por mais tímida que possa se apresentar, ou seja, não se tem muito interesse (Edmerson dos Santos Reis, Secretaria Executiva da RESAB).

Na Conferência Estadual de Educação Contextualizada foi definido um Grupo Gestor, constituído pela Secretaria da Educação do Município de Águia Branca, e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Pinheiros, como titulares; o CEIER do Município de Vila Pavão, e o Projeto Araçá, de Vitória, como suplentes. A Secretaria Executiva da RESAB notifica que essas instituições e pessoas responderam até o final de 2004, sendo que de lá pra cá as administrações e as representações foram renovadas, perdendo-se assim o contato com as pessoas que estavam antes.

Parece uma total letargia por parte dos que estão na lista representando o Espírito Santo, pois não reagem de forma alguma. Este ano já tentei inúmeras formas de contato (FETRAES, UNDIME, ASA, entre outras) e nada de reação ou resposta (Edmerson dos Santos Reis, Secretaria Executiva da RESAB).

Aqui há um dado a ser levado em consideração: as instituições são feitas por pessoas. Por isso, em grande medida, as conexões entre as instituições são sustentadas pela disposição das pessoas nestas fronteiras de contato. O deslocamento destas pessoas muda as configurações dos contatos e interações. Esta é apenas mais uma constatação de que as redes são feitas de pessoas e, portanto, por planos de *desejos* e de *intencionalidades*.

#### 5.1.3.5. Maranhão

O Maranhão também é um Estado que continua com problemas na articulação, pois a cada nova reunião do Grupo Gestor da rede vêm pessoas ou instituições diferentes. Para a Secretaria Executiva isso termina por atrapalhar o processo de mobilização, já que não existe um ponto focal e o que existia antes, a AMAVIDA, nunca mais deu resposta. Neste caso não há um Grupo Gestor constituído no Estado. Na reunião da rede ocorrida em 17/01/2005, houve a participação de um representante do Sindicato dos Servidores Públicos de



Chapadinha e outro da *Agenda 21* também de Chapadinha. Estes ficaram com a responsabilidade de promover a articulação no Estado e retirarem uma agenda de mobilização, pois são apenas 24 municípios localizados no Leste do Estado.

Ocorre que no Maranhão também há um problema de identidade com o Semi-Árido. Embora o Estado estivesse incluído no texto da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que criou a SUDENE, como área de atuação desta, este Estado esteve fora do chamado Polígono das Secas (criado pela lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, com área redefinida pelo Decreto-Lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946 e, posteriormente, pela Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951). Também não entrou nas modificações da área do Polígono feitas posteriormente – que em geral se contiveram em regularizar municípios que foram desmembrados de outros, os quais já faziam parte do Polígono. O que, de fato, traz o Maranhão para a discussão do Semi-Árido é a articulação da ASA, e o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais.

#### 5.1.3.6. Minas Gerais

Minas Gerais mantém circunstâncias parecidas com o que ocorre no Estado do Espírito Santo. Mas para os membros da Secretaria Executiva da rede “é uma mistura do que acontece no Espírito Santo, com a realidade de Alagoas”.

Temos mantido sempre contato, mas parece que tem algo que tem emperrado a articulação. Já ouvi dizer que é por que para muitos, estar no Semi-árido Mineiro diminui a condição de ser mineiro, do sul, da parte mais rica; além de existir um problema de articulação entre si, dos movimentos, que não se entendem, nem se fortalecem. O nosso contato lá continua sendo com a Magda, da UNIMONTES, do CAA e agora da Cáritas. A articulação lá é hoje com Marcela, da Cáritas NE3. Só no ano passado, fomos lá mais de três vezes, mas mesmo assim não foi possível realizar a conferência e constituir definitivamente o Grupo Gestor (Edmerson dos Santos Reis, Secretaria Executiva da RESAB).

No dia 24 de novembro de 2005, na UNIMONTES, aconteceu um encontro de Rearticulação da RESAB em Minas Gerais, como mais uma tentativa de articular instituições que de fato estivessem interessadas em constituir a rede no Estado, e constituir um vínculo com os outros Estados inseridos no SAB, mas as dificuldades continuam. A própria representação de Minas Gerais na Conferência Nacional foi tímida e, a contar pela intervenção de uma das pessoas que estiveram

presentes, o signo lingüístico “semi-árido” não tem muito significado por lá. O signo por lá parece ser outro, conforme a anotação a seguir.

*No momento do debate da mesa da manhã do dia 19/05/2006, na Conferência Nacional da RESAB, entre as demais pessoas que falaram, interveio uma mulher que não consegui gravar o nome, mas ela disse ser do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Ela disse mais ou menos isto: “(...) ontem a discussão estava um pouco longe de nós, porque falávamos de educação do semi-árido; mas hoje o professor Munarim [Coordenador Nacional de Educação do Campo, na SECAD/MEC], já trouxe uma fala mais próxima de nós, a **educação do campo...**” (Anotação do Diário de Bordo, 19.05.2006. Grifo da anotação).*

Aqui cabe retornar àquela observação de NEGRI e HARDT (2004, p.75), constante no capítulo anterior, de que os dois obstáculos da comunicação entre as lutas e os novos movimentos sociais são a ausência de reconhecimento de um inimigo comum, e a falta de uma linguagem comum. Possivelmente, como também ocorre com o Estado do Espírito Santo, falte à população do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, algum sentimento identitário de pertencimento ao Semi-Árido Brasileiro, pois foi convencionado lidar com este (e com a seca) como sendo uma realidade apenas do Nordeste.

No entanto, desde a Lei nº 1.348, de fevereiro de 1951, as cidades de Pirapora, Bocaiúva, Salinas e Rio Pardo de Minas faziam parte do Polígono das Secas. Além disso, a Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que criou a SUDENE, decreta em seu Artigo 1º, que é também área de atuação deste órgão, a zona de Minas Gerais compreendida no Polígono das Secas. E em 1998, a região do vale do Jequitinhonha foi formalmente incluída como área de atuação da SUDENE, com a Lei nº 9.690, de 15 de julho daquele ano.

O Polígono das Secas, segundo a Resolução nº 11.135, do Conselho Deliberativo da SUDENE, compreende uma área de 1.084.348,2 km<sup>2</sup>, correspondentes a 1.348 municípios, entre os quais 86 (oitenta e seis) estariam no Estado de Minas Gerais. A Portaria nº 89 do Ministro de Estado da Integração Nacional, de 16 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2005, torna público a lista dos municípios que passam a integrar a Região Semi-Árida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, segundo os trabalhos do Grupo Interministerial, instituído pela Portaria nº 6, de 29 de março

de 2004 para nova delimitação do semi-árido. Nesta nova delimitação 85 (oitenta e cinco), municípios são parte do Semi-Árido Brasileiro<sup>19</sup>, sendo que, destes, 40 são antigos e 45 são novos municípios inseridos.

Estes deveriam ser motivos suficientes para que o termo “*semi-árido*” não soasse tão estranho (enquanto “educação do campo” soaria como algo “mais próximo”), à população do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha. No entanto, existem motivos suficientes para o reconhecimento senão de um “inimigo comum”, pelo menos de uma questão e de uma linguagem comuns.

#### 5.1.3.7. Paraíba

As instituições que fazem parte da RESAB na Paraíba são: a Comissão Pastoral da Terra (CPT Sertão), a Secretaria de Educação de Cajazeira, a Secretaria de Educação de Jericó, o Programa Popular de Ações Comunitárias da Diocese de Patos, a Cáritas de Patos, e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), por meio dos *campi* de Patos, Cajazeira e Campina Grande.

Atualmente, o Instituto Nacional do Semi-Árido Celso Furtado (INSA-CF) está negociando com a rede, e começa a ajudar em sua articulação na Paraíba, podendo vir a ser um bom parceiro, não só na Paraíba, como em todo o Semi-Árido.

Estou deixando fora a Secretaria de Educação do Estado, que não nos procurou até o momento, apesar de estarmos no Comitê do Pacto, e estarmos sempre acompanhando as ações com o UNICEF na Paraíba. A Unicampo (Programa Universidade Camponesa, da UFCG), que tem à frente o Dr. Marcio de Matos Caniello, também apenas aparece nos encontros. A UEPB tem uma pessoa, como suplente, no Grupo Gestor, mas que não tem respondido. Nessa rearticulação vamos rever a representação porque a UEPB tem *campi* em Campina Grande, Guarabira, Catolé do

---

<sup>19</sup> Os 85 municípios de Minas Gerais que fazem parte do SAB, perante a nova delimitação são: Águas Vermelhas, Almenara, Cachoeira de Pajeú, Araçuaí, Bandeira, Berilo, Berizal, Bonito de Minas, Capitão Enéas, Caraiá, Catuti, Chapada do Norte, Comercinho, Cônego Marinho, Coronel Murta, Cristália, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Divisópolis, Espinosa, Felisburgo, Francisco Badaró, Francisco Sá, Fruta de Leite, Gameleiras, Grão Mogol, Ibiracatu, Indaiabira, Itacarambi, Itaobim, Itinga, Jacinto, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Jenipapo de Minas, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, José Gonçalves de Minas, Josenópolis, Juvenília, Lontra, Mamonas, Manga, Mata Verde, Matias Cardoso, Mato Verde, Medina, Miravânia, Montalvânia, Monte Azul, Monte Formoso, Montezuma, Ninheira, Nova Porteirinha, Novo Cruzeiro, Novorizonte, Padre Carvalho, Padre Paraíso, Pai Pedro, Patis, Pedra Azul, Pedras de Maria da Cruz, Ponto dos Volantes, Porteirinha, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Rubim, Salinas, Salto da Divisa, Santa Cruz de Salinas, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Retiro, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Paraíso, Serranópolis de Minas, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo, Varzelândia, Verdelandia e Virgem da Lapa.

Rocha e, me parece que em Pombal (Adelaide Pereira da Silva, Secretária Executiva da RESAB).

O Grupo Gestor (GG) foi redefinido na Conferência Estadual, composto por representante do PROPAC e da CPT–Sertão, representando a Sociedade Civil (respectivamente titular e suplente). Representando o Poder Público ficaram a UFCG, campus de Patos, como titular, e a UEPB na suplência. Mas, para Adelaide Pereira da Silva, que está na Secretária Executiva da rede, este GG da Paraíba precisa ser repensado.

Me afastei um pouco para tratamento de saúde mas as coisas foram esfriando e eu tomei á frente novamente e passei a fazer algo concreto no Alto Sertão Paraibano (território de atuação da CPT). O P1MC acabou por tomar muito tempo de Irenaldo, do PROPAC. Não tem havido respostas e nesse momento estamos rearticulando e estamos propondo avaliar essa representação. Acredito que até e-mails tenham mudado mas por telefone tenho buscado contatos. Um projeto, com verbas para deslocamento, pode nos ajudar a andar mais rápido e com eficiência atualmente não temos. Atualmente o Professor Rovilson José Bueno, da UFCG, campus de Cajazeiras, é a pessoa que mais tem colaborado comigo no Estado, e até fora do Estado. Na CPT Sertão toda a coordenação da Rede de Educação do Alto Sertão (articulação local na região de assentamentos de Reforma Agrária), está em sintonia com a Secretária Executiva da RESAB, vez que a CPT integra esta, através de mim, e de Valdeni Venceslau Bevenuto. Temos o apoio dos coordenadores da CPT, Antônio Cleide Goveia e Maria do Socorro Ferreira (Adelaide Pereira da Silva, Secretária Executiva da RESAB).

A Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAASP) colabora mediante seus assessores tanto na articulação local como fora, por intermédio de sua representação na ASA-PB e na ASA-Brasil. Para Adelaide, o que falta é dinheiro, projetos que cubram despesas que precisam e devem ser feitas para que a rede se teça no Estado. Ela informa que atualmente a Pró-Reitora de Extensão da UFCG está empenhada em apoiar essa articulação e aposta numa parceria proveitosa, mas está entrando na luta apenas agora. Por isso a parceria mais significativa no Estado até o momento é a CPT-Sertão, que vem apoiando e participando desde 2003.

A CPT ajudou na realização das Pré-Conferências em Cajazeiras, Patos e Campina Grande, e na Conferência Estadual se empenhou na divulgação, inclusive imprimindo cartazes, fôlderes, etc. Mas, neste momento, a UFCG e o INSA-CF podem vir a ser grandes parceiras.

Os eventos mais significativos da RESAB na Paraíba foram a realização das Conferências Sub-Regionais e a Conferência Estadual, bem como o *// Seminário sobre Educação do Campo – Refletindo a Convivência com o Semi-Árido*, realizado em abril de 2005, oportunidade em que foi criada a Rede de Educação do Alto Sertão, sob a Coordenação da CPT, congregando professores com exercício nas escolas dos assentamentos, lideranças dos assentamentos, gestores municipais de educação, professores e alunos da UFCG (campus de Cajazeiras), assessores da CPT e da CAASP. Tais eventos produziram um conjunto significativo de diretrizes que exemplificam a idéia de currículo contextualizado, cujo primeiro passo de sua construção, segundo Adelaide, é “*conhecer o chão que pisa para, a partir deste, poder abrir outras portas*”.

A dificuldade básica do trabalho de articulação da rede na Paraíba, e da difusão da noção de “educação contextualizada para a convivência com o semi-árido” é ainda a dificuldade financeira. É nesta direção que vem a informação de Adelaide.

Nesse nosso trabalho fazemos porque acreditamos e um bocado de nós nem pensamos na recompensa material, financeira. Tudo que queremos é fazer da melhor forma possível. O tempo todo estamos nos qualificando para isto. No geral as pessoas primeiro querem saber o quanto vão ganhar, para depois pensar no que sabe e pode fazer. É desalentador, mas é assim que funciona. Enfim: temos dificuldades de contar com pessoas que se comprometam, com um outro olhar para a educação no Semi-Árido. Como a RESAB articula Sociedade Civil e Poder Público Governamental, e esse casamento ainda não é fácil, isso representa também uma dificuldade e, às vezes, muito séria, porque há também a disputa pelo poder (...). Temos dificuldades de ordem econômica, verbas para articular todos as regionais no estado, ou pelo menos as regiões que podem ser pólos irradiadores. Se a Secretaria de Educação do Estado tivesse se interessado, talvez essa dificuldade fosse minimizada. (Adelaide Pereira da Silva, Secretária Executiva da RESAB).

#### 5.1.3.8. Pernambuco

No Estado de Pernambuco, a RESAB se resume praticamente a duas instituições o CAATINGA e a Secretaria Municipal de Educação de Petrolina. O próprio Grupo Gestor é formado por estas duas instituições, respectivamente da sociedade civil e do poder público, e titular e suplente. De todo modo, conta com apoios importantes como a ASA/PE, o UNICEF e o próprio Pacto Nacional *Um Mundo para Criança e Adolescente do Semi-árido*, cujo governo do Estado é

signatário. Talvez falte alguma articulação com as instituições que fazem parte do Pacto, ou com outras instituições que são parte da própria ASA. Mas, certamente falta também o envolvimento das instituições de pesquisa (a EMBRAPA Semi-Árido, por exemplo, localizada em Petrolina-PE), Universidades, etc.

Os eventos relacionados sobre a articulação da rede no Estado não passam daqueles relativos aos encontros do Grupo Gestor RESAB, da Formação do Comitê Estadual do Pacto *Um mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido*, e de outros encontros não necessariamente relacionados a algum tipo de mobilização específica em prol da RESAB. Tanto assim que houve enorme dificuldade de articulação para a realização da Conferência Estadual da RESAB e para a formação do próprio Grupo Gestor do estado. A mais significativa dificuldade talvez seja, em termos de articulação das organizações da sociedade civil, a dificuldade de integração da RESAB com a ASA Pernambuco.

#### 5.1.3.9. Piauí

No estado do Piauí tem havido uma facilidade significativa porque o Governador do Estado é o ex-deputado Wellington Dias, autor da proposta de criação de um Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido (PPCSA). Ao se tornar Governador, ele o instituiu em seu Estado, criou uma coordenação específica para isso, e fez com que outras secretarias de Estado se integrassem às demandas e à filosofia do Programa, como é o caso da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Piauí (SEDUC).

Mas há outras importantes instituições envolvidas, como é o caso da ; Cáritas/PI e da Escola de Formação Paulo de Tarso (EFPT). O Grupo Gestor no Estado é formado pela representação do *Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido* e Cáritas/PI. Mas há parcerias importantes com instituições como o Projeto Dom Helder Câmara e a COOTAPI, que financiou a construção e sistematização do livro *Semi-Árido Piauiense: vamos conhecê-lo?* O empreendimento deste livro conta ainda com o apoio do CENPEC, para a diagramação; com o apoio da SEDUC e do MEC, em um projeto que visa a compra de 12.000 (doze mil) exemplares, e ainda a negociação com o Banco do Nordeste para sua impressão.

A repercussão da criação do *Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido* fez com que outros setores do governo do Estado se integrassem, como é o caso da Secretaria do Desenvolvimento Rural do Piauí/SDR, da Fundação Cultural do Piauí/FUNDAC, da Universidade Estadual do Piauí/UESPI, da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/SEMAR, e da EMATER-PI. Da parte do setor não-governamental se integraram, além da Cáritas-PI, da Escola de Formação Paulo de Tarso e da COOTAPI & Associados, a Obra Koolping, o CEFAS de Floriano, o Centro de Formação MANDACARU, a Fundação D. Edilberto (FUNDED), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a União Nacional dos Dirigentes Municipais – UNDIME-PI, e, ainda, o IRPAA, da Bahia, que passou a desenvolver trabalhos no Estado. É importante ainda observar que SEDUC tem extensões em todo o estado, que são as Gerências Regionais de Educação, unidades educacionais distribuídas por todo o Estado, cada uma com um número de municípios a elas jurisdicionados, o que caracteriza uma rede específica, por onde outros vínculos com a discussão da educação contextualizada podem se desenvolver.

O Governo do Estado do Piauí, através do *Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido*, criou o *Projeto Viva o Semi-Árido*, desenvolvido em 10 municípios do Estado, escolhidos por critérios como o IDH, a existência de ações de convivência com o semi-árido já iniciadas e discussões sobre educação contextualizada, e ainda a proximidade entre os mesmos. Nestes municípios estão sendo desenvolvidas ações nas áreas de *Educação Contextualizada* (formação de professores/as, implantação de novos materiais didáticos produzidos no Estado, como livros e vídeos); *Criança e Adolescente* (com ações no campo da garantia dos direitos previstos no ECA); e *Recursos Hídricos e Produção Apropriada* (construção de cisternas, pequenas barragens, etc.).

O objetivo deste projeto é desenvolver tecnologias apropriadas para a *convivência com o semi-árido*, para que sirvam de modelos para outros municípios no Estado, especialmente aqueles que tenham a mesma especificidade climática e façam parte do recorte semi-árido no Estado, que são, ao todo, 151 municípios.

Diferentemente de outros Estados, no Piauí a questão do semi-árido e da “educação para a convivência com o semi-árido” têm fortes ligações com os rumos políticos adotados pelo Governo Estadual. Além disso, estes rumos estão profundamente agenciados em várias fronteiras com os movimentos sociais no

Estado. E isto facilitou que a RESAB fosse ali articulada. Nesta direção, alguns eventos já foram realizados, entre eles a *1ª Conferência Estadual da RESAB* no Piauí, em novembro de 2003; o *1º Encontro Estadual da RESAB*, em maio de 2004; e o *2º Encontro Estadual da RESAB*, março de 2006 (entre os dias 22 e 23).

Além desses encontros foram realizadas oficinas de *Educação Contextualizada*, o que decorreu na produção do vídeo didático “*O Semi-Árido cheio de Vida*”, e do livro paradidático “*Semi-Árido Piauiense: vamos conhecê-lo?*”. Ainda houve a produção de *Cadernos de Atividades* (para uso da 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental, conjugado com o livro).

Embora não sejam eventos relacionados à RESAB, outros ainda merecem destaque, como os *Seminários de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semi-Árido* e as *Oficinas Pedagógicas de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semi-Árido*, ocorridos em seis *Gerências Regionais de Educação*, e nos dez municípios envolvidos no “Projeto Viva o Semi-Árido”, e mais as *Oficinas Pedagógicas sobre Semi-Árido Brasileiro*, realizadas em sete *Gerências Regionais de Educação*, situadas na região semi-árida piauiense.

Para os representantes da RESAB no Piauí, as dificuldades e os pontos frágeis estão relacionados ao que eles chamam de “abstração resabiana”, ou seja, a RESAB é um formato de organização muito impreciso. Mais uma vez aparece o fator “recursos financeiros” como uma dificuldade recorrente, e apontamentos que se referem a algo mais “objetivo”, mais “concreto”, para permitir a mobilização, os deslocamentos, a realização de eventos, etc.

#### 5.1.3.10. Rio Grande do Norte

As articulações da RESAB no Estado do Rio Grande do Norte, estiveram por muito tempo totalmente paradas, sem sequer haver a definição de instituições e/ou pessoas que pudessem compor o Grupo Gestor da rede no Estado. O desafio passa por rever, inclusive, a forma de articulação dos estados, pois seguir a mesma lógica não será possível para concluirmos tudo até a Conferência Nacional. Uma pessoa que havia assumido a responsabilidade por ser um “ponto focal” no Estado estava tendo dificuldades de abrir novos contatos (novas conexões).



Por outro lado, as dificuldades verificadas no Rio Grande do Norte refletem a própria condição de ser da RESAB, e de suas dificuldades financeiras, para sustentar processos instituintes e convergentes nos diversos Estados. De certo modo, a RESAB fincou-se na sombra da tutela financeira do UNICEF, e isso parece tê-la impedido de abrir novos horizontes. Criou-se uma espécie de dependência.

No entanto, algumas semanas antes da realização da 1ª Conferência Nacional de Educação do Semi-Árido (I CONESA), alguns órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (particularmente a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária, SEARA) assumiram a responsabilidade de animar as articulações da rede no estado e realizar a *1ª Conferência Estadual da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro* (CONRESAB-RN). Esta foi realizada em Açu, nos dias 21 e 22 de abril de 2006, cujo tema foi “*Educação do campo e para a convivência com o semi-árido: construindo perspectiva para um novo modelo de desenvolvimento*”.

Esta conferência permitiu a reunião de várias instituições governamentais e não-governamentais do Estado; a retirada de diretrizes para o trabalho interinstitucional, a retirada dos delegados para a Conferência Nacional, e ainda a definição de nomes de pessoas e de instituições que se responsabilizarão pela continuidade à articulação da RESAB no Estado.

De todo modo foi um momento para aprofundar as questões levantadas pela RESAB, especialmente as premissas inerentes à discussão da educação contextualizada, ou da “educação para a convivência com o Semi-Árido”.

#### 5.1.3.11. Sergipe

No Estado de Sergipe, as articulações da RESAB se dão em torno de algumas instituições: a Associação Mão do Arado, a Cáritas (Regional NE-3), a Fundação Dom José Brandão de Castro, a Associação de Pais e Mestres de Bom Jesus dos Passos (município de Poço Redondo), o Projeto Dom Hélder Câmara, com apoio das Prefeituras de Poço Verde, Poço Redondo e Monte Alegre de Sergipe.

O Grupo Gestor está formado pela Associação Mão do Arado, pela Cáritas, pela Fundação Dom José Brandão de Castro e pelas Associações de Pais e

Mestres de Bom Jesus dos Passos, e de Monte Alegre de Sergipe. As parcerias mais importantes estão ligadas à Educação de Jovens e Adultos e à criação do *Fórum Permanente do Semi-Árido*.

Os desdobramentos mais importantes foram a realização da *Conferência Estadual da Educação no Contexto com o Semi-Árido*, e a implantação do *Fórum Regional do EJA-Semi-Árido*. E ainda houve a implantação feita pela Universidade Tiradentes (em Poço Redondo), do *Curso de Especialização Educação no Contexto com o Semi-Árido*, algo semelhante ao que ocorreu na Bahia, no Departamento de Educação VII da UNEB (Senhor do Bonfim), que implantou o *Curso de Especialização Educação Superior e Docência no Contexto com o Semi-Árido*.

Mais uma vez as dificuldades apontadas pelas pessoas que fazem a rede no Estado referem-se à falta de recursos financeiros para mobilização dos municípios, etc. Isso nos leva insistentemente a uma constatação: as redes, por mais que haja uma face virtual, apenas potencial, ela carece de um estado de materialidades, reivindica uma face concreta em que os contatos, as ações, as realizações para as quais a rede se põs em movimento, necessitam não apenas de fluxos subjetivos, de vontades e intencionalidades mas, de condições objetivas: **condições materiais de produção da existência**.

Esta qualidade ou propriedade precisa ser inventariada na formalização conceitual das redes. Mesmo a suposta virtualização da vida ainda se matem dependente de bases materiais tão banais quanto aquelas que possibilitaram o surgimento das civilizações.

## 5.2. Algumas Imagens

Na página a seguir disponibilizamos algumas reproduções de ‘*folders*’, panfletos e cartazes de encontros, conferências e seminários, realizados no percurso de constituição da RESAB e do seu trabalho, todos ocorridos sob a égide da “educação para a convivência com o semi-árido”. São partes da memória de uma trajetória de seis anos.